

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



GUILHERME AUGUSTO CABREIRA

A Geopolítica do Imperialismo:

Continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal
de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011

PELOTAS, 2022

GUILHERME AUGUSTO CABREIRA

A Geopolítica do Imperialismo:

Continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C117g Cabreira, Guilherme Augusto

A geopolítica do imperialismo : continuidades, discontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011 / Guilherme Augusto Cabreira ; Tiaraju Salini Duarte, orientador. — Pelotas, 2022.

145 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Geopolítica do imperialismo. 2. Projeto neoliberal. 3. Privatizações. 4. Fernando Henrique Cardoso. 5. Luiz Inácio Lula da Silva. I. Duarte, Tiaraju Salini, orient. II. Título.

CDD : 320.12

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

GUILHERME AUGUSTO CABREIRA

A Geopolítica do Imperialismo:

Continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011

Dissertação de mestrado aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 08/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte (Orientador e Presidente da Banca)

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Angelita Matos Souza

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Robinson Santos Pinheiro

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Bruno Nunes Batista

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Rita Lazarini Cabreira, por me apoiar incondicionalmente no ano de 2011, onde abri mão de minha estabilidade para trilhar o caminho que hoje estou percorrendo, uma trajetória que jamais teria sido iniciada sem o apoio de sua pessoa, você é, sem sombra de dúvidas, o grande motor propulsor dessa história. A você agradeço imensamente, sobretudo nessa reta final de conclusão. Ao meu pai, Ademir Cabreira, por compreender de sua forma que este caminho é longo e complexo e que, por certas vezes, me encontro emparedado por um muro de incertezas que envolve estar inserido dentro deste universo que historicamente foi renegado a nossa família. A Beatriz Lazarini Cabreira, minha irmã, por estar sempre presente, onde construímos uma relação de diálogo aberto para conversarmos, sobretudo o que envolve a nossa existência enquanto indivíduo singulares.

A dona Diná, Vovó Jeanine e seu Jeferson, pessoas que me acolheram em sua família, tornando este processo mais suave, na medida em que dividimos espaços de acolhimento no qual me senti abraçado para seguir no meu propósito.

Ao professor Tiaraju Salini Duarte, pela maestria dialética na condução do processo de construção desta pesquisa, que passou por inúmeros atravessamentos por conta da pandemia. Poucos foram os momentos em que nos encontramos presencialmente, mas através de muito diálogo conseguimos construir a dissertação que iremos apresentar.

Ao grupo de pesquisa GEOTER pelas discussões feitas ao longo do mestrado na pandemia, elo que garantiu que a pesquisa continuasse a fluir através de reuniões semanais e debates. Um agradecimento especial aos amigos Antonio Kila, Willian Lourenço, cujas experiências trocadas foram fundamentais para que o trabalho fosse concluído. Um abraço especial ao geógrafo Eduardo Schumann, pelo minucioso trabalho na elaboração dos mapas.

A Marina dos Santos Landa, Pastel, Gigi e Bento, por tudo que envolve este processo que se inicia no ano de 2017. A convivência com vocês em família fez com que essa etapa fosse potencializada e se transformasse nesse trabalho.

RESUMO

A dissertação de mestrado intitulada a geopolítica do Imperialismo: Continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011, procura avaliar de que forma o Programa Nacional de Desestatização se desenha entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no recorte espaço-temporal da pesquisa e quais os impactos deste projeto nos aspectos referentes as políticas de controle do território por parte do Estado Brasileiro. Para que isso fosse possível, utilizamos fontes de dados oficiais do governo federal, sobretudo no BNDES e do BACEN, onde a amplitude se concentrava em torno da esfera nacional. Como resultado temos durante o governo FHC uma continuidade intensificada da política de privatização do governo Collor, responsável por organizar institucionalmente o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil. O governo Lula, por sua vez, inaugura um novo modelo de desestatização, centrado na lei de PPPs, representando uma descontinuidade com elementos de transformação, inaugurando um novo modelo de transferência do controle dos sistemas produtivos e de infraestrutura nacional para o capital privado internacional e nacional.

Palavras-chave: Geopolítica do imperialismo. Projeto neoliberal. Privatizações. Território. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

ABSTRACT

The master's dissertation entitled Geopolitics of Imperialism: Continuities, discontinuities and transformations of the neoliberal process of privatization of the Brazilian territory in the period from 1995 to 2011, seeks to evaluate how the Programa Nacional de Desestatização is designed between the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, in the spatial-time frame of the research and what are the impacts of this project on the aspects related to the policies of control of the territory by the Brazilian State. For this to be possible, we used official data sources from the federal government, especially from BNDES and BACEN, where the extent was concentrated around the national sphere. As a result, during the FHC government, we have an intensified continuity of the privatization policy of the Collor government, responsible for institutionally organizing the development of neoliberalism in Brazil. The Lula government, in turn, inaugurated a new model of privatization, centered on the PPP law, representing a discontinuity with elements of transformation, inaugurating a new model of transferring control of productive systems and national infrastructure to international private capital and national.

Keywords: Geopolitical of imperialism. Neoliberal project. Privatizations. Território. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Teses e dissertações da Geografia com a temática desnacionalização.....	24
Gráfico 2	Teses e dissertações da Geografia com a temática Imperialismo.....	25
Gráfico 3	Teses e dissertações da Geografia com a temática Privatizações.....	26
Gráfico 4	Teses e dissertações da área de Geografia com a temática FHC.....	27
Gráfico 5	Teses e dissertações da Geografia com a palavra Lula.....	27
Gráfico 6	Desestatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Tipo de operação.....	102
Gráfico 7	Desestatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Setores produtivos.....	103
Gráfico 8	Evolução dos investimentos externos diretos durante o governo Fernando Henrique Cardoso (US\$ Milhões).....	108
Gráfico 9	Desestatizações realizadas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva – Tipo de operação.....	125
Gráfico 10	Desestatizações realizadas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva – Setores produtivos.....	126
Gráfico 11	Evolução dos investimentos externos diretos durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (US\$ Milhões).....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Artigos selecionados nos anais do ENANPEGE 2019 através das palavras-chaves da dissertação.....	29
Quadro 2	Fusões e Aquisições: classificação e principais motivações.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma metodológico da pesquisa.....	37
Figura 2	Infográfico sobre os processos de desestatização.....	37
Figura 3	Privatizações e concessões no período de 1995 a 2002..	100
Figura 4	Privatizações e concessões no período de 2003 a 2011..	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados macroeconômicos durante II PND*.....	63
Tabela 2	Fluxos de Investimento Estrangeiros Diretos (IEDs) em países selecionados (US\$ Milhões) 1990-2001.....	79
Tabela 3	Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (1995 a 2002) referente a privatizações	97
Tabela 4	Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (1995 a 2002) referente a concessões	100
Tabela 5	Receita dos principais leilões realizados através do PND na era FHC – (US\$ Milhões).....	104
Tabela 6	Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (2003 a 2011) referente a privatizações	116
Tabela 7	Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (2003 a 2011) referente a concessões	116

LISTA DE SIGLAS

ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
EUA	Estados Unidos da América
F&A	Fusões e Aquisições
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEOTER	Geografia Política, Geopolítica e Territorialidades
GT	Grupos de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDS	Investimentos Externos Diretos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desestatização
PND*	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPP	Parceria Público-Privada
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	Introdução	15
1.1	Apresentação e contexto	16
1.2	Caracterização do problema	19
1.3	Justificativa.....	22
1.4	Objetivos.....	32
1.5	Metodologia.....	33
2	A geopolítica do imperialismo, neoliberalismo e globalização, construindo possibilidades de articulação	38
2.1	A geopolítica do imperialismo: do passado colonial aos desdobramentos contemporâneos.....	38
2.2	O neoliberalismo periférico brasileiro.....	47
2.3	O processo de globalização: da gênese a atualidade.....	53
3	Brasil pós-1973: da crise do petróleo ao modelo privatista e desnacionalizante	59
3.1	O II e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND*) (1975-1985)...	61
3.2	O plano verão (1989): o ensaio do projeto neoliberal brasileiro.....	65
3.3	O plano Collor (1990): solidificando os ideias do projeto neoliberal brasileiro.....	66
3.4	O plano real de Itamar/fhc (1993): a consolidação do projeto neoliberal no Brasil.....	69
4	A geopolítica do imperialismo e as continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território no Brasil: uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva	81
4.1	A abordagem geográfica do território: processos de transformações, continuidades e descontinuidades.....	81

4.2	As novas faces da geopolítica do imperialismo no Brasil: As continuidades, descontinuidades e as transformações do processo neoliberal.....	85
4.3	A agenda neoliberal e o território brasileiro: Uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.....	92
4.3.1	O PND assume a centralidade na política econômica brasileira: as privatizações nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002).....	93
4.3.2	O Programa Nacional de Desestatização em processo de transformação: notas sobre o regime de desestatização do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011).....	110
5	Considerações finais.....	135
	REFERÊNCIAS.....	139

1 Introdução

Buscaremos através do desenvolvimento deste relatório apresentar os resultados da Dissertação de Mestrado intitulada Geopolítica do Imperialismo: Continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas.

O capítulo introdutório deste trabalho é dividido em quatro subseções, e tem como objetivo oferecer um panorama geral sobre o autor e a proposta de pesquisa, sendo articulado da seguinte forma:

- O tópico 1.1 apresenta a trajetória pessoal e acadêmica do autor até o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

- O tópico 1.2 caracteriza o problema da pesquisa, sendo responsável por apresentar aspectos relevantes sobre a problemática por meio de questões históricas e conceitos fundamentais que orientam o desenvolvimento teórico-metodológico da dissertação. Neste sentido, buscamos construir uma contextualização sobre o processo de desenvolvimento que garantiu em parte a aplicação efetiva do neoliberalismo no Brasil e os seus desdobramentos na economia política brasileira do território nacional.

- O tópico 1.3 apresenta as justificativas, no qual buscamos organizar um levantamento sobre o estado da arte das palavras-chave selecionadas, além de construir uma compreensão sobre os diferentes direcionamentos que a Geografia brasileira, nas suas mais variadas frentes de atuação, construiu sobre a temática e o contexto da pesquisa.

- O tópico 1.4 demonstra os objetivos da dissertação, divididos em geral e específicos, edificando um raciocínio que mostre a linearidade de pensamento a ser aplicado na pesquisa, a incluir a disposição sobre a organização dos capítulos que irão compor a dissertação. O encerramento da introdução (1.5) acontece mediante a apresentação da proposta de metodologia que será empregada, na qual iremos demonstrar os caminhos que levarão ao pleno desenvolvimento da mesma.

1.1 Apresentação e contexto pessoal

Neste primeiro momento utilizarei a construção textual em primeira pessoa, tendo em vista a necessidade de narrar, ainda que brevemente, minha caminhada até o presente momento. A trajetória em Pelotas começa no mês de agosto de 2011, logo após a aprovação no curso de Bacharelado em Geografia da UFPel, campo de conhecimento que criei grande proximidade, sobretudo a Geografia Humana. Importante destacar que sou oriundo do município de Piracicaba, no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 1.516,0 km de distância daquele lugar que viria a se tornar o meu novo lar e que iria me transformar em um grau de intensidade que eu jamais poderia imaginar.

A aproximação teórica com um dos conceitos da dissertação, a citar o imperialismo, aconteceu logo no início da graduação, especificamente no 2º semestre, durante a disciplina de organização do espaço mundial I, ministrada pelo então professor Paulo Roberto Quintana Rodrigues (hoje aposentado). O referido mestre nos apresentou os efeitos devastadores (na vida das pessoas e na economia) das políticas coloniais aplicadas pelos países do centro do capitalismo nos continentes Africano, Asiático e Sul-americano.

A compreensão apresentada por ele demonstrava que este passado colonial assola até hoje os países da periferia do sistema capitalista, que encontram suas economias na categorização denominada "em desenvolvimento", apresentando atrasos em seus processos de industrialização e na criação de tecnologias. Em conjunto com tal situação, estas áreas do globo mantem uma relação de dependência com aqueles países que construíram suas riquezas com base em processos de pilhagens e do genocídio de povos originários.

Sendo assim, o raciocínio que vem se construindo na pesquisa vincula-se a ideia originária plantada na Organização do Espaço Mundial I, a qual aponta para uma nova forma de dependência, que antes era mantida através da relação entre colonizador e colonizado, que se apresenta sob novas roupagens. O contato com essa disciplina fez com que eu buscasse espaços alternativos de formação, sobretudo grupos de leitura, como é o caso do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves onde acabei aprofundando algumas leituras que culminaram no desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso, onde obtive o título de Geógrafo.

Minha monografia foi intitulada “Diálogos com Lenin: Imperialismo e Multinacionais no século XXI”, orientada pela Professora Dra. Giovana Mendes de Oliveira” (a qual sou imensamente agradecido, sobretudo no que refere-se a liberdade teórica a mim concedida durante as orientações), onde buscamos, a partir das contribuições da teoria leninista do imperialismo, desenvolver um panorama sobre o processo de atuação dessas corporações e suas estratégias para adentrar as economias periféricas. Evidenciou-se nesta pesquisa que a chegada destas empresas acarreta em processos de fusões, aquisições e desnacionalizações, pois empresas de menor porte, sobretudo nos países periféricos, são desalojadas ou incorporadas.

Segundo a teoria de Lenin (1986), a etapa monopolista do capitalismo faz com que o processo de livre concorrência (a mão invisível do mercado) conduza ao monopólio ou oligopólio, processo pelo qual um número reduzido de empresas mantém a hegemonia sobre um setor produtivo, tornando as economias periféricas refém das multinacionais, que possuem seu centro de comando em países que historicamente sempre estiveram à frente na corrida pelo desenvolvimento.

Toda esta caminhada leva a pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado, a qual buscará incorporar o teor destas discussões, sobretudo no que chamamos de Geopolítica do Imperialismo. Podemos dizer que a dissertação configura-se como um aprofundamento da pesquisa desenvolvida no ano de 2015, caminho que vem sendo discutido há pelo menos sete anos.

Posterior a obtenção do título de bacharel em Geografia, iniciei o mestrado em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no ano de 2016, onde procurei estudar sobre as lentes da teoria leninista do imperialismo o processo de oligopolização do setor de fertilizantes do estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa, mesmo que não tenha sido concluída, foi muito importante para a minha trajetória, pois foi por meio dela que compreendi os efeitos da abertura comercial brasileira (sobretudo a partir dos anos de 1990) na economia nacional.

Após um hiato acadêmico que durou mais de um ano, retorno para a UFPel no semestre de 2018/2, na condição de aluno do curso de Licenciatura em Geografia, graduação concluída em 2022. Desde o ano de 2020 fui bolsista do Programa de Residência Pedagógica e esta etapa foi fundamental para a entrada e permanência nos estudos na pós-graduação.

Desta forma, me inscrevo para a seleção do mestrado em geografia da UFPel

no final do ano de 2019, sendo aprovado na terceira colocação, realizando, desde então, diversas atividades. No que tange aos 24 créditos obrigatórios solicitados pelo programa, eles foram cumpridos através das seguintes disciplinas: (I) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia; (II) Tópicos Especiais I; (III) Território, Economia e Aglomerações Competitivas; (IV) Território, Geografia Política e Processos de Globalização; (V) O Estado-Nação Brasil no Século XXI e (VI) Estágio de Docência na Graduação. Destacamos que todas as disciplinas cursadas possuíam ligação direta com a proposta de pesquisa, a incluir o estágio docência, realizado no componente curricular Organização do Espaço Mundial I, do curso de Bacharelado em Geografia.

Em conjunto com o ingresso no PPGeo, passei a integrar o grupo de pesquisa GEOTer: Geografia Política, Geopolítica e Territorialidades, cadastrado no CNPQ, realizando encontros formativos semanais conjuntamente com alunos e alunas da graduação e pós-graduação. Nestes encontros existem os momentos destinados a orientação coletiva de pesquisas em andamento e também a construção de novas pesquisas, resultando em publicações que levam o nome do grupo para eventos científicos variados.

Alguns resultados produzidos na confluência entre as disciplinas, orientações particulares e o grupo de pesquisa foram publicados, como foi o caso do artigo completo intitulado "Geopolítica clássica e sua relação com o nazismo: as justificativas teóricas/ideológicas da política imperialista do III reich no século XX", publicado no III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Para além, foram publicados dois resumos expandidos, sendo eles, respectivamente: (I) Neoliberalismo e privatizações: notas preliminares sobre o caso brasileiro e (II) O conceito de território usado e o processo de globalização econômica: uma análise das transformações do Brasil na contemporaneidade.

Ambos os resumos expandidos foram publicados em eventos locais da UFPel, a citar XXII Encontro de Pós-Graduação e o VII Seminário de Pós-Graduação em Geografia. Ressalto que participei da comissão organizadora e científica do seminário anual do PPGeo, onde trabalhei na organização dos anais do evento e na avaliação de trabalhos da graduação.

1.2 Caracterização do problema

A década de 1950 marca o período em que o Estado brasileiro emprega esforços substanciais para efetivar seu processo de industrialização, a internacionalização de sua economia e a inserção intensiva e subordinada do país no capitalismo mundial. Para que tais objetivos fossem alcançados, o governo brasileiro, sobre a presidência de João Café Filho, lança em 17 de janeiro de 1955 a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), iniciativa responsável por orientar o país rumo à sua internacionalização, criando condições institucionais favoráveis ao aporte do capital internacional em território brasileiro.

Segundo Caputo e Melo (2009) e Maciel (2014), a instrução 113 representa um novo paradigma na política econômica brasileira, na medida em que subordina de forma crescente a economia nacional ao capital internacional, que assume o controle mediante o financiamento de parcela significativa do processo de industrialização do país, obtendo cada vez mais protagonismo no interior do tripé: capital estatal - capital nacional - capital internacional, o qual seria a base do processo de desenvolvimento industrial nacional nos anos posteriores.

A entrada massiva de capital internacional intensifica-se ao longo dos sucessivos anos e governos, encontrando na ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) terreno fértil para a sua reprodução ampliada, submetendo a economia brasileira às regras do capitalismo monopolista e reconstruindo as relações de dependência entre centro e periferia, agora sobre novas bases (Maciel, 2014). Segundo Cislighi (2019) foi durante o período ditatorial que o Brasil entrou definitivamente na fase monopolista do capitalismo, na medida em que os processos de concentração e centralização do capital apresentavam predomínio do capital internacional na forma de Investimentos Externos Diretos (IEDs), dos monopólios e do capital financeiro, elementos centrais da fase imperialista do capitalismo.

O processo de exportação de capitais sobre a forma de IEDs é identificado por Lenin (1986) como característica fundamental do capitalismo em sua fase monopolista. A teoria clássica do imperialismo argumenta que ao atingir o seu maior grau de desenvolvimento o capitalismo evolui para a sua fase superior, o imperialismo. Através da sua obra, Lenin (1986) identifica os pilares de sustentação do capitalismo em seu novo grau de desenvolvimento, colocando em evidência o papel central dos monopólios, do capital financeiro e da exportação de capitais,

expressões predominantes deste momento do modo de produção capitalista.

Como demonstramos anteriormente, foi durante a ditadura empresarial-militar que o capitalismo monopolista cria raízes no Brasil e os investimentos do capital internacional aumentam exponencialmente. Para corroborar com tal afirmação, coloca-se que os dados do Banco Central do Brasil (BACEN) evidenciam, com base no valor do dólar de dezembro de 1985, um salto quantitativo que sai de “956 milhões de dólares no período 1951-1960 para 2,12 bilhões na década seguinte (1961-1970), 12.3 bilhões entre 1971-1979 e nada menos que 9,49 bilhões apenas entre 1980 e 1984.” (MACIEL, 2014, p.68).

O movimento responsável por criar as condições necessárias para inserir de forma subordinada o Brasil na economia mundial é continuado, encontrando seu ápice na década de 1990, que transforma substancialmente estes processos devido a chegada efetiva da teoria neoliberal no país. Este receituário político-econômico na sua versão para a América Latina é apresentado no encontro realizado em novembro de 1989 em Washington, capital dos Estados Unidos, formalizado como Consenso de Washington. As diretrizes desta nova economia política possuíam o objetivo de reduzir o papel do Estado através das privatizações, disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, comercial e investimentos externos diretos (Gennari, 2001).

A aplicação do neoliberalismo no Brasil é garantido pelo processo de abertura comercial e a criação do Programa Nacional de Desestatização¹ (PND) através da lei nº 8031 de 12 abril de 1990 durante o governo Fernando Collor, que buscava acelerar as privatizações das empresas estatais (Espíndola, 2005; Gennari, 2001), reordenando a posição estratégica do Estado na economia e transferindo à iniciativa privada atividades devidamente exploradas pelo setor público.

O papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) consiste em atuar tanto na estruturação dos projetos de desestatização como no apoio financeiro aos vencedores dos leilões. Entretanto, tais políticas são intensificadas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que orienta as ações governamentais buscando atrair o capital financeiro internacional para o

¹ A desestatização consiste na venda de ativos públicos ou a transferência da prestação de serviço público à iniciativa privada por prazo determinado ou permanente. Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm

território brasileiro.

Esta forma de gestão do desenvolvimento econômico apoia-se na abertura da economia nacional privilegiando o capital internacional, que atua mediante IEDs, comprando os elementos que foram privatizados, leiloados por órgãos ligados à União e os governos em suas esferas estaduais. Este movimento de aplicação de capitais torna-se extremamente rentável, sobretudo nos países que se encontram na periferia do sistema, na medida em que o investimento necessário para a instalação é superado pelas altas taxas de lucro obtidas através de condições históricas de atraso e desenvolvimento desigual (GONÇALVES, 1984).

As políticas econômicas baseadas nas privatizações, ou desestatização, segundo a denominação utilizada pelos órgãos responsáveis por sua aplicação, avançam de forma quantitativa com relação aos segmentos leiloados para a iniciativa privada. Segundo dados fornecidos pelo BNDES (2002), entre 1900 e 1994, os investidores diretos envolvidos nas aquisições de estruturas leiloadas eram representados majoritariamente (36%) por empresas nacionais, entretanto, anos posteriores essa realidade apresentaria configurações distintas com relação ao seu primeiro período.

Os anos 90 então representam o período de aumento significativo de investimentos externos diretos no Brasil, base do processo de reestruturação econômica que tinha como princípio a abertura para o capital internacional, acarretando em um aumento da desnacionalização² da economia em importantes segmentos (BENETTI, 2000). Este processo, ocasionado pela entrada de capital internacional, atingiu setores que são extremamente estratégicos para o desenvolvimento de uma economia soberana frente ao cenário das disputas hegemônicas mundiais inseridas no processo de globalização econômica.

Os reflexos do movimento destes fluxos de capitais servem de base para os estudos da Geografia do Imperialismo (GONÇALVES e AZEVEDO, 1982), a qual fornece instrumentos teóricos e metodológicos fundamentais para a presente proposta de pesquisa. Propomos, portanto, um retorno ao que Amin (2006) e Boron

² Este fenômeno configura-se como um processo pelo qual grupos internacionais adquirem uma parcela significativa da economia nacional mediante estratégias que permeiam desde (I) compra de empresas nacionais por grupos estrangeiros; (II) concorrência que esses grupos fazem às companhias nacionais, desalojando-as do mercado; (III) ocupação de setores dinâmicos da economia por capitais estrangeiros (SANDRONI, 1999)

(2020) intitulam de Geopolítica do Imperialismo contemporâneo, buscando uma convergência desta análise com os conceitos de neoliberalismo e globalização econômica.

Destacamos a importância do neoliberalismo e da globalização para a presente proposta de pesquisa, pois compreendemos, assim como Becker (2012), que novas problemáticas emergem a partir do avanço destes dois processos políticos sobre o território brasileiro, empregando o domínio privado do espaço geográfico como forma de controle social. O retorno à Geopolítica do imperialismo contemporâneo significa, portanto, avançar na recuperação da dimensão política do espaço geográfico, mas que tem como condição a superação (GONÇALVES e AZEVEDO, 1982) das análises deterministas sobre o fenômeno do imperialismo.

Dentro dessa perspectiva de análise geográfica do capitalismo, o desenvolvimento da Geopolítica do imperialismo, do neoliberalismo e da globalização não acontece somente no campo das idéias, operando sobre bases cujo desdobramento destas dinâmicas se materializam no território, requerendo análises que articulem o espaço geográfico com os fatores econômicos, sociais, políticos e militares que são parte integrante da totalidade destes conceitos.

Desta forma, a presente pesquisa possui como tema as questões relacionais entre imperialismo e privatizações no Brasil, buscando avaliar a validade de articulação entre estes dois conceitos para compreender as transformações políticas e econômicas que o país atravessou dos anos de 1995 a 2011. Neste sentido, com a definição do recorte temporal, iremos centrar as análises nos governos de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

1.3 Justificativa

Como pontapé inicial, apontamos que o processo de privatizações assumiu uma nova centralidade na atual agenda política e econômica brasileira, existindo um planejamento setorial³ que tem como propósito entregar alguns segmentos das

³ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/31/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-115-projetos-em-carteira-e-quer-leiloar-ao-menos-6-estatais-em-2020.ghtml>;
<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/30/agora-vai-mac-cord-promete-privatizacoes-e-bilhoes-em-imoveis-ainda-em-2021>

infraestruturas nacionais para a iniciativa privada, evidenciando a necessidade de estudos científicos que dêem sustentação a compreensão destes fenômenos.

A análise geográfica do processo de desenvolvimento do capitalismo, com seus conceitos e metodologias, possibilita leituras que busquem compreender os impactos desta agenda neoliberal no território brasileiro, discussões essas que procuraremos transitar ao longo do desenvolvimento da dissertação.

Neste sentido, com o objetivo compreender a produção da geografia brasileiras sobre os temas que a presente pesquisa versa, buscou-se construir um estado da arte a partir de uma busca concentrada nos conceitos chaves da dissertação, sendo elas: (I) Desnacionalização; (II) Imperialismo; (III) Privatizações; (IV) FHC e (V) Lula.

O estado da arte configura-se como um instrumento capaz de mapear, desvendar e examinar produções científicas, com o propósito de apresentar os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes em determinado assunto pesquisado e uma área específica da ciência. Portanto, avança no sentido da construção de um mosaico que reflete a produção realizada existente, proporcionando ao pesquisador o conhecimento geral sobre a sua área de pesquisa. Em síntese, podemos afirmar que os:

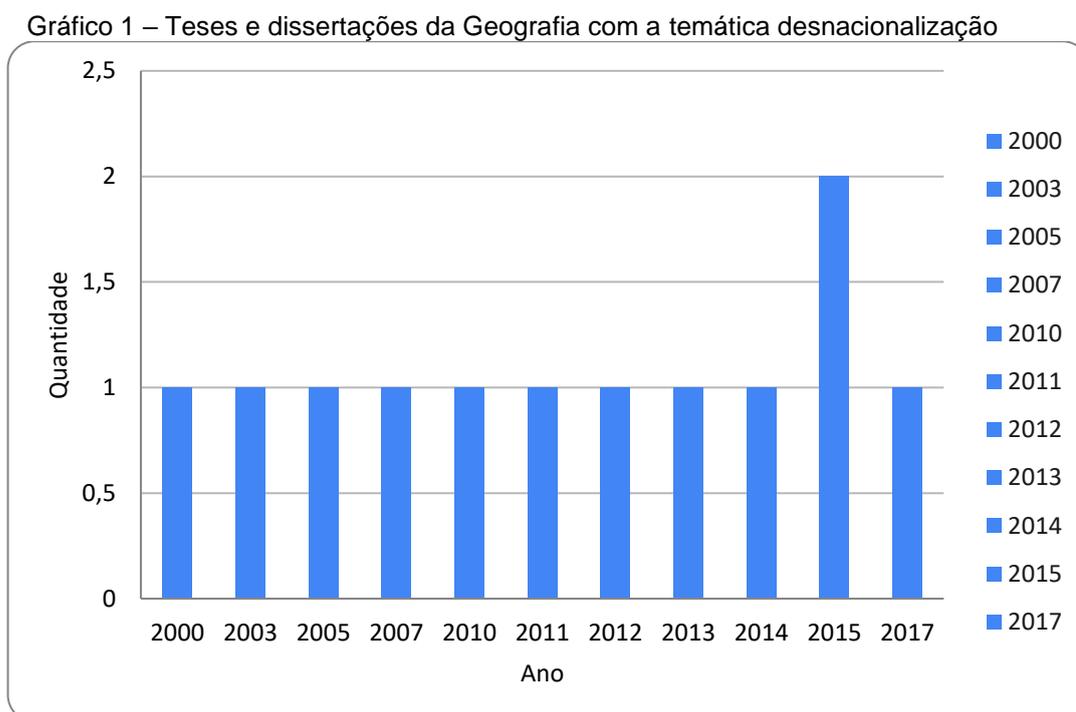
Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI, ENS, 2006, p.39)

No primeiro parágrafo apresentamos as palavras-chaves utilizadas na pesquisa, que, de forma conjunta com a escolha de acervos para consulta, coleta do material de pesquisa, análise do material, organização do relatório do estudo e elaboração das conclusões, compõem as etapas metodológicas necessárias para a realização de um estado da arte, que listamos nos parágrafos posteriores.

A metodologia utilizada, para além da escolha das palavras-chave, será dividida em duas etapas, sendo a primeira relacionada à consulta e a segunda sobre a análise do material coletado na plataforma elencada como fonte primária de dados. Sendo assim, elaboramos gráficos no sentido de listar as produções científicas da

Geografia previamente selecionadas no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ agrupadas de acordo com a palavra-chave utilizada para a pesquisa e seu respectivo ano de publicação.

O primeiro grupo de teses e dissertações vem através da palavra-chave “Desnacionalização”, apresentando um número extremamente restrito de pesquisas no âmbito da Geografia.



Fonte: Banco de Teses e dissertações Capes, 2020, adaptado pelo autor.

No banco de dados existem pesquisas na Geografia envolvendo o conceito de desnacionalização somente a partir dos anos 2000, totalizando doze pesquisas, as quais centram suas análises majoritariamente na área da Geografia Econômica (11 trabalhos) e Estudos Agrários (1 trabalho). A Universidade de São Paulo (USP) é o berço de oito das doze produções, com participação da Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Federal de Pernambuco

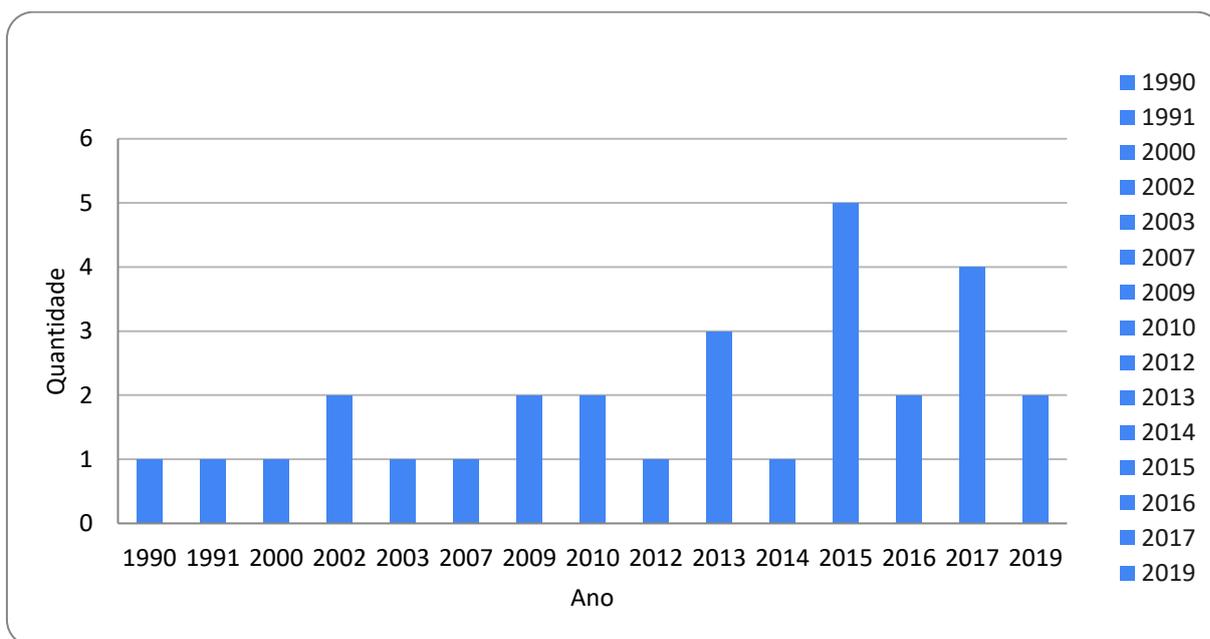
⁴ O BTD da Capes é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca deste tipo de produção intelectual, e faz parte do Portal de Periódicos da Instituição. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

(UFPE).

As teses e dissertações possuem seus enfoques em diferentes setores produtivos que compõem a economia brasileira, como a indústria siderúrgica, automobilística, a produção de sementes, os segmentos de carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro, buscando compreender como ocorrem os processos de centralização e concentração do capital. Existem estudos que versam diretamente sobre os processos de Fusões e Aquisições (F&A) e Investimentos Externos Diretos (IEDs), levando em conta o desenvolvimento teórico dos conceitos e sua aplicação através de exemplos reais que ocorreram ao longo da história econômica do Brasil.

Dando continuidade à proposta, os próximos trabalhos foram aqueles obtidos através da palavra-chave “Imperialismo”, que apresentou um total de 29 produções científicas entre os anos de 1990 e 2019.

Gráfico 2 – Teses e dissertações da Geografia com a temática Imperialismo



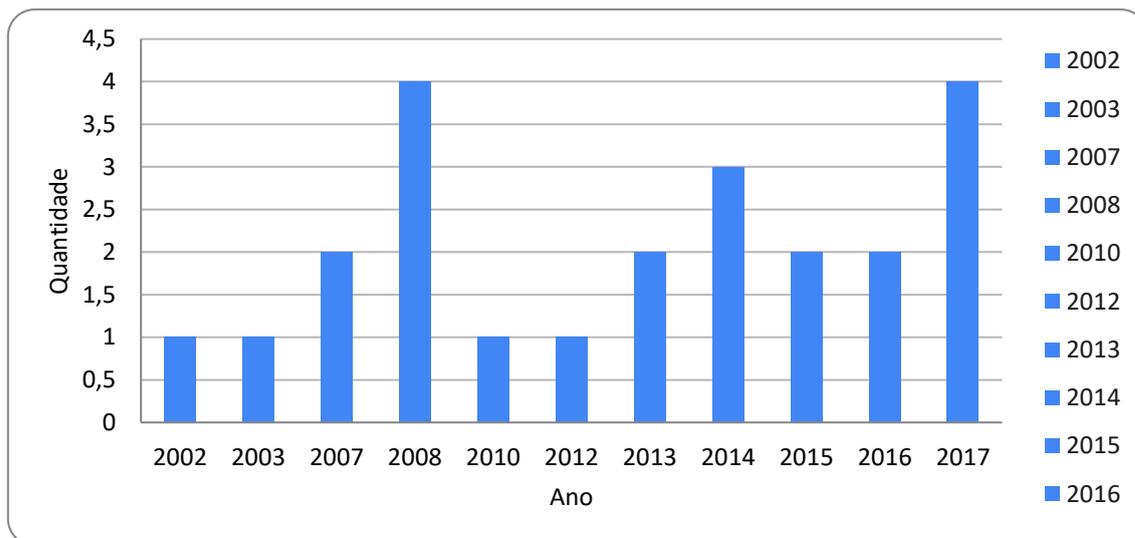
Fonte: Banco de Teses e dissertações Capes, 2020. Organizado pelo autor.

O eixo de concentração, assim como na primeira pesquisa, se dá nas universidades paulistas, mas agora com uma presença do Estado do Rio de Janeiro, com eixos dispersos distribuídos entre os Estados do Paraná; Sergipe; Santa Catarina, Ceará e Pernambuco. As produções se concentram sobre a Geografia Econômica e Política, abrangendo assuntos que envolvem a influência política dos Estados Unidos no Brasil; as relações de dependência do Brasil com os países do

centro do capitalismo; Imperialismo e Estado; A dinâmica imperialista contemporânea; Neoliberalismo e imperialismo e Geografia Militar.

Após, apresentamos os dados que pertencem ao grupo referente à palavra “Privatização”, que totalizou 23 teses e dissertações compreendidas entre os anos de 2002 a 2017.

Gráfico 3 – Teses e dissertações da Geografia com a temática Privatizações



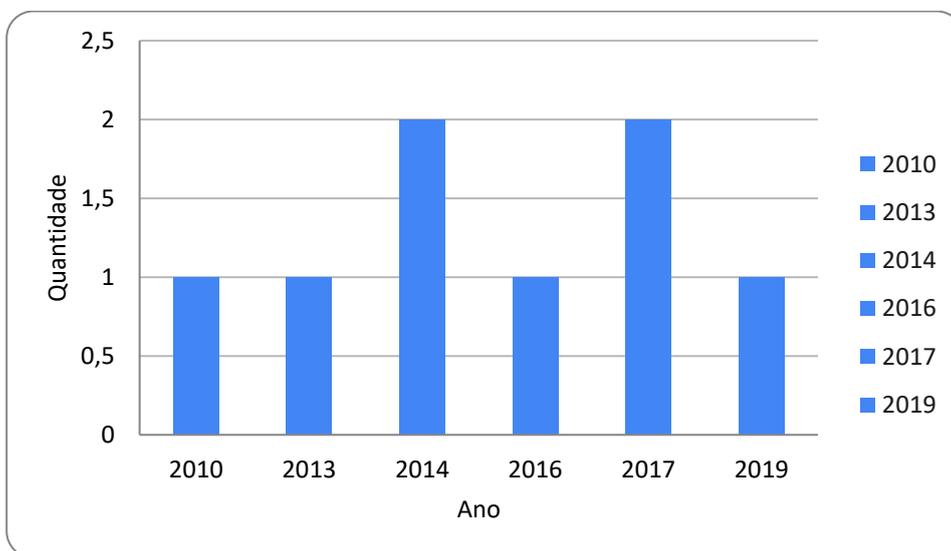
Fonte: Banco de Teses e dissertações Capes, 2020. Organizado pelo autor

Por ser um conceito que caminha lado a lado com o processo de desnacionalização da economia brasileira, os estudos em ambas as áreas possuem similaridades e linhas de raciocínio que fazem com que os estudos se complementem. Os processos analisados são as reestruturações produtivas em diferentes setores econômicos; o uso do território pelo capital internacional e os IEDs no Brasil. As universidades se concentram novamente no eixo Rio-São Paulo, com a participação dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Ceará e Sergipe.

No sentido de nos encaminhar para o final desta proposta, entraremos nas palavras-chave que nos remetem a Presidentes que um dia já estiveram à frente da gestão do Brasil, sendo eles, respectivamente, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento de escolha destas duas gestões surge como um grande questionamento para a presente dissertação: Existe uma continuidade das políticas neoliberais de privatizações e desnacionalizações do governo FHC e Lula?

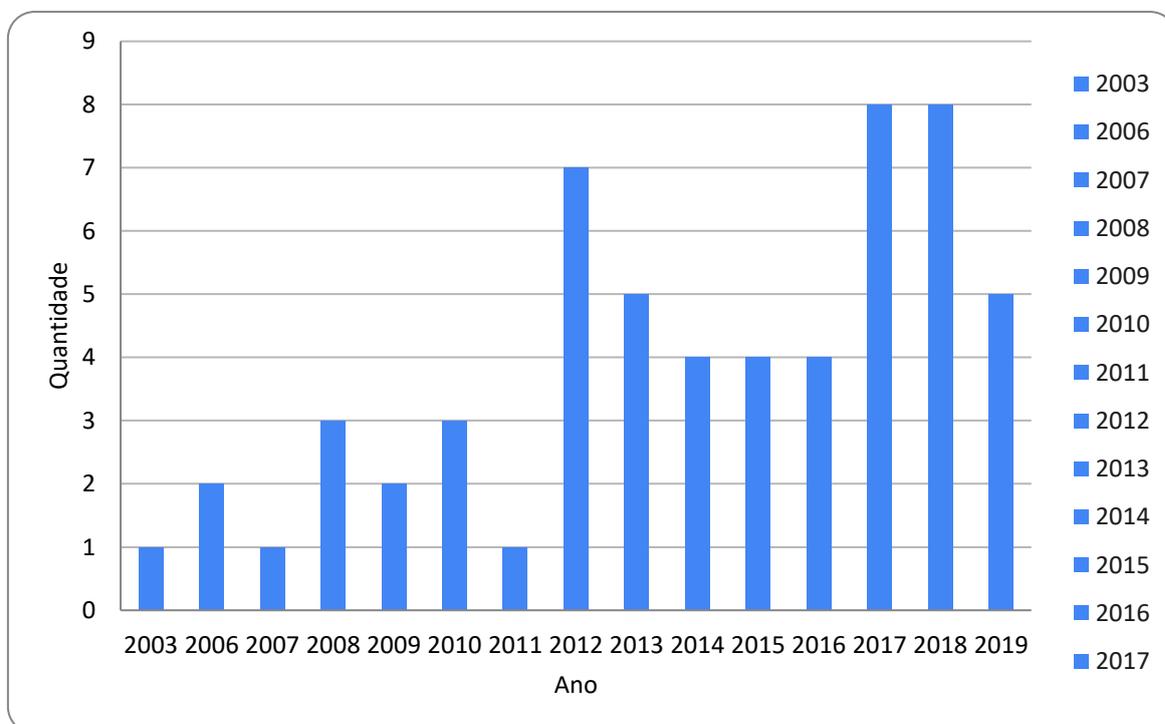
Nos gráficos abaixo mostramos as teses e dissertações obtidas através da palavra-chave “FHC” e “Lula”, que juntas somam o total de 66 produções científicas entre os anos de 2003 e 2019.

Gráfico 4 – Teses e dissertações da área da Geografia com a temática FHC



Fonte: Banco de Teses e dissertações Capes, 2020. Organizado pelo autor.

Gráfico 5 – Teses e dissertações da Geografia com temática Lula



Fonte: Banco de Teses e dissertações Capes, 2020. Organizado pelo autor

Como é possível observar através dos gráficos, os estudos na Geografia são mais volumosos durante o período do governo Lula, e, se comparado a outras palavras-chave utilizadas, abarca estudos das mais variadas áreas da Geografia, como a política, econômica, estudos agrários e até mesmo eleitorais.

Os temas estudados são os mais variados possíveis, indo desde a expansão das Universidades Públicas pelo país, questões de desenvolvimento regional, sobre a geografia política da inserção do Brasil na América Latina, internacionalização das empresas brasileiras, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pesquisas relacionadas a questões como gênero e regularização de territórios quilombolas e indígenas. Com referência a busca sobre a palavra “FHC”, encontramos estudos que versam sobre os conflitos por terra, a historiografia da inserção do Brasil na economia mundial e questões relacionadas à fronteira.

A próxima base de dados consultada para a realização deste estado da arte foram os anais do XIII ENANPEGE, que ocorreu durante os dias 2 a 6 de setembro de 2019, no município de São Paulo. Utilizamos somente o último evento devido ao fato da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) disponibilizar na rede somente os anais desse.

Os trabalhos selecionados através das palavras-chave elencadas distribuem-se em quatro diferentes Grupos de Trabalho (GTs), todos concentrados na área da Geografia Humana, totalizando cinco artigos. Para facilitar a visualização dos artigos, organizou-se uma tabela contendo as seguintes variáveis: grupos de trabalho; palavras-chave de obtenção; título; área de concentração e autores.

Quadro 1 – Artigos selecionados nos anais do ENANPEGE 2019 através das palavras-chaves da dissertação.

GRUPO DE TRABALHO	PALAVRAS-CHAVE DE OBTENÇÃO	TÍTULO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	AUTORES
GT 08 – Desenvolvimento Regional, Redes Técnicas e Reestruturação Produtiva e Financeira	Concessões	DO ESTADO PROVIDOR AO ESTADO REGULADOR: AS CONCESSÕES E PARCERIAS-PÚBLICO-PRIVADAS NAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	Geografia Econômica	BASTIANI, P. A. ⁵
GT 17 – Formações socioespaciais: Progresso Técnico no Espaço Urbano e Agrário	Desnacionalização	FUSÕES E AQUISIÇÕES DE EMPRESAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO PERÍODO 2000 - 2018	Geografia Econômica	CORRÊA, S. D.
GT 17 – Formações socioespaciais: Progresso Técnico no Espaço Urbano e Agrário	Desnacionalização; Imperialismo	OLIGOPOLIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR GENÉTICO NO BRASIL: DESNACIONALIZAÇÃO, FUSÕES E INICIATIVA CHINESA NO SETOR	Geografia Econômica	BANDEIRA, J. L; ESPÍNDOLA, C. J
GT 30 – Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território	Privatização	Proporção do capital privado sobre a propriedade da infraestrutura elétrica do país – perda de controle do estado sobre o território	Geografia Política	SILVA, L. C. M
GT 44 – Planejamento, Gestão e Produção do Espaço	Privatização	DO IMPERATIVO DA FLUIDEZ À PRIVATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE TRANSPORTES NO BRASIL EM PERÍODOS RECENTES (2007-2016)	Geografia Política	ANDRÉ, P. B; MESQUITA, Z. G

Fonte: Anais do XIII ENANPEGE, 2019. Organizado pelo autor.

⁵ Este trabalho foi obtido através do termo "concessão", o qual não está entre as palavras-chave utilizadas. Entretanto, optamos por incluir este artigo devido ao fato de o mesmo examinar o emprego do termo concessão frente ao modelo de privatização, discussões extremamente fundamentais para a pesquisa.

Ao observar os dados é possível analisar que os estudos relacionados aos processos de intervenção do imperialismo, das privatizações e desnacionalizações do XIII ENANPEGE possuem uma predominância entre os GTs das áreas da Geografia Econômica e Política.

Dos artigos analisados, dois constroem uma linha de raciocínio que os aproximam em seus resultados de análise, sendo, respectivamente, Silva (2019), André e Mesquita (2019). Estas pesquisas argumentam que o processo de domínio do capital internacional sobre os setores de infraestrutura elétrica e transportes no Brasil tem como resultado a perda do controle Estado Brasileiro sobre o seu território e, “como consequência, uma privatização do território em si” (ANDRÉ; MESQUITA, 2019, p.12)

Já os trabalhos da Geografia Econômica possuem enfoque analítico sobre o processo de desnacionalização da economia brasileira em diferentes setores produtivos. Bandeira e Espíndola (2019) demonstram que, entre os anos de 1997 e 2016, 35 empresas brasileiras do ramo de sementes foram adquiridas mediante processos de fusões e aquisições por apenas sete multinacionais, colocando em evidência a drenagem financeira no território brasileiro. Corrêa (2019) demonstra que estamos vivendo em um período de intensificação mundial destes processos, no qual o Brasil entra em evidência por conta dos projetos de privatização do governo brasileiro, que busca um salto quantitativo no capital internacional presente no território brasileiro.

Através da pesquisa do estado da arte, podemos compreender que as produções científicas da geografia voltadas às interpretações dos processos de privatizações apresentam, no geral, compreensões que não atrelam de forma direta estes fenômenos a estratégias aplicadas pelo capital privado (seja nacional ou internacional) para exercer o controle particular do território brasileiro.

Neste sentido, as noções que defendemos compreendem as privatizações não somente como apropriações de setores produtivos ou de infraestruturas, mas também a privatização do próprio território nacional, resultando em perdas significativas do controle da extensão territorial brasileira por parte do Estado, indo de acordo com as leituras de Tozi (2009); André e Mesquita (2019).

Destacamos que a nossa proposta consiste em uma análise geográfica dos processos de privatizações durante os governos Fernando Henrique Cardoso

(PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pois compreendemos que a transição entre os governos representou, no imaginário social brasileiro e em diversas análises políticas, um momento de superação do projeto neoliberal através da consolidação de um governo progressista representado pela estratégia democrático popular petista.

Sendo assim, o nosso trabalho avança no sentido de avaliar as continuidades, descontinuidades e transformações das políticas neoliberais privatizantes durante o recorte temporal estabelecido (1995 a 2011), buscando evidenciar os impactos desta agenda política no território brasileiro e compreender se existiu, de fato, uma ruptura com o neoliberalismo, ou se o mesmo se apresentou através de novas roupagens e estratégias de ação.

Salienta-se que as concepções que buscaremos construir possuem sua base fundamentada nas análises relativas a Geopolítica do imperialismo contemporâneo de Amin (2006), argumentando que o capitalismo é um sistema ontologicamente polarizante: ele produz a formação simultânea de centros dominantes e periferias dominadas, condição fundamental para o processo de produção, reprodução e acumulação do capitalismo a nível mundial.

A globalização intensifica estes processos, sobretudo quando falamos da compreensão de Gonçalves (2006) sobre o fenômeno, a qual nos alinhamos. O autor citado demonstra que os discursos de interdependência são cada vez mais comuns nas análises sobre este conceito e mascaram as relações hierárquicas de poder entre os países na atual divisão internacional do trabalho.

1.4 Objetivos

Objetivo geral

Analisar, sobre a ótica da Geopolítica do Imperialismo, as continuidades, descontinuidades e transformações do processo de privatização do território brasileiro durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011).

Objetivos específicos

- (I) Desenvolver conceitualmente a Geopolítica do Imperialismo;
- (II) Analisar o processo de desenvolvimento do Imperialismo e do neoliberalismo no Brasil do século XX;
- (III) Avaliar as políticas econômicas relativas às privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva;
- (IV) Mapear as principais privatizações que ocorreram no Brasil entre os anos de 1995 a 2011;
- (V) Compreender o neoliberalismo e os impactos de sua agenda político-econômica no território brasileiro no período de 1995 a 2011.

1.5 Metodologia

Para que o objetivo central que baliza o desenvolvimento da presente proposta de pesquisa possa ser investigado, faz-se necessário a aplicação de sucessivas etapas metodológicas que serão listadas, buscando seguir uma ordem que possa construir a linearidade dos raciocínios e da estrutura textual (capítulos) da dissertação.

Do ponto de vista da metodologia, iremos nos orientar no sentido da construção de uma pesquisa quali-quantitativa, que, segundo Godoy (1995) e Knechtel (2014) avalia as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e as variáveis qualitativas através da observação, interação participativa e a interpretação dos discursos dos sujeitos.

A escolha da metodologia deve ser feita através dos objetivos elencados, pois a pesquisa quali-quantitativa se encaixa de forma mais pertinente nos estudos complexos de cunho interpretativo, além de utilizar os recursos das abordagens qualitativa e quantitativa de forma complementar, possibilitando a compreensão do fenômeno estudado, através de um trabalho intensivo de registro de informações, coleta, organização e análise dos dados numéricos e textuais (PESSÔA, 2012).

O eixo central para delimitação da pesquisa é a problemática do tema, pois a formulação do problema implica, necessariamente, na construção de um corpo teórico que tem por objetivo orientar e contextualizar o objeto de estudo no espaço, no tempo e na história. Sendo assim, é necessário no percurso de desenvolvimento da pesquisa, delimitar o recorte espacial e temporal no qual se situa o objeto da pesquisa, tendo em vista que recorte espacial refere-se “aos limites do espaço a ser estudado e onde se localiza o tema selecionado [...]”. O recorte temporal refere-se ao momento do tempo no qual se situa nosso tema espacialmente recortado” (CORRÊA, 2003, p.11-12).

O recorte espacial da pesquisa tem como foco a escala nacional, na medida em que procura em suas análises compreender os processos de privatizações no território brasileiro e seus impactos. Com relação à questão temporal, o recorte é centrado entre os anos de 1995 a 2011, situados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Tal opção dá-se com o intuito de analisar a existência, entre estes governos, de continuidades e descontinuidades na aplicação de políticas neoliberais privatizantes que compõem

a totalidade de seus governos.

Neste sentido, a primeira etapa metodológica do trabalho constitui-se em uma revisão bibliográfica buscando construir os referenciais teóricos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Utilizamos a abordagem metodológica construída por Bardin (1977), intitulada análise de conteúdo, definida sinteticamente como:

um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Para tanto, enfatizamos que esta metodologia foi aplicada através de três etapas elaboradas por Bardin (1977):

(I) A pré-análise – que consiste na seleção dos documentos, construção das hipóteses, objetivos e a formulação de indicadores que fundamentaram a interpretação;

(II) A exploração do material – é feita através da codificação, que é o agrupamento das informações extraídas do texto em unidades que irão caracterizar o conteúdo;

(III) Tratamento dos resultados – inferência e interpretação, quando os resultados obtidos forem significativos e válidos é necessário os organizar através de quadros, tabelas, facilitando a interpretação dos dados orientados pelos objetivos iniciais ou por descobertas que surgiram.

Neste sentido, os materiais consultados são livros, artigos científicos, teses e dissertações, disponibilizados gratuitamente na internet em plataformas como a Scielo, Periódico CAPES e Banco de teses e dissertações CAPES, além de revistas científicas de áreas diversas das Ciências Humanas.

O primeiro levantamento é referente ao desenvolvimento de nossa concepção sobre a Geopolítica do Imperialismo, possuindo como principais fontes até o presente momento o teórico clássico do imperialismo, Lenin (1986), além das contribuições de Becker (2012); Godoy (2015); Amin (2006); Boron (2020); Gonçalves e Azevedo (1982). Com relação ao neoliberalismo e a globalização utilizamos as contribuições de Harvey (2005), Gennari (2002); Leme (2010); Almeida (2009); Santos (2000) e Santos, Silveira e Souza (1998).

No que tange ao capítulo teórico, empregaremos uma metodologia de análise

dos referenciais que possa nos dar subsídios para extrair destes fenômenos políticos, a citar a Geopolítica do Imperialismo, o neoliberalismo e a globalização, e suas características fundantes enquanto processos político-econômicos que operam em escala internacional em períodos históricos distintos. Empregamos uma abordagem metodológica que avalia estes conceitos de forma individualizada, mas, compreende que a conexão entre estes processos formam uma totalidade complexa.

Portanto, a noção de totalidade é compreendida como uma cisão que deve ver os objetos de estudo como estruturas significativas, para que cada elemento seja compreendido, levando em conta suas particularidades e sua articulação no conjunto que forma um todo concreto, múltiplo e diverso. Trata-se, desta forma de:

cindir a geografia do mundo em subtotalidades, que se tornam estruturas significativas para cada conjunto de eventos. Uma cisão da totalidade é uma nova totalidade com um significado, uma estrutura num conjunto mais abrangente, uma estrutura e um sistema por que sua realidade é dada pelo movimento. (SILVEIRA,1999, P.24)

A segunda etapa consistiu no levantamento de dados empíricos através de plataforma oficiais do governo federal, a citar o censo de capitais estrangeiros no Brasil do BACEN⁶ e as séries históricas dos processos de privatizações/desestatização do BNDES⁷. Os censos de capitais estrangeiros do BACEN e as séries históricas do BNDES sobre os processos de privatizações/desestatizações que já ocorreram em território brasileiro configuram-se como as fontes primárias de dados.

Iremos utilizar como base de consulta para além dos já citados, os importantes veículos de informação da alta cúpula empresarial brasileira, sendo elas as Revista Exame e Valor Econômico, as quais se configuram como ferramentas na formação e transmissão de idéias da burguesia brasileira. De forma complementar, buscaremos jornais que publicaram matérias sobre a temática dentro do recorte temporal estabelecido⁸.

A tabulação de todos os elementos levantados será realizada através das

⁶ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/censocapitaisestrangeiros>

⁷ Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/Relatorios-de-Atividades-PND>

⁸ Todas as reportagens levantadas na pesquisa serão catalogadas, analisadas e separadas em categorias por temática.

ferramentas do Software Excel. Os dados são compostos, respectivamente, pelas seguintes variáveis:

(I) – Censo de capitais estrangeiros: Ano; País de origem; Fluxo de capital em US\$ milhões; Porcentagem e Total.

(II) – Séries históricas de privatizações/desestatizações: Tipo de operação; Ano; Empresa e Setor.

(III) - Reportagens sobre os processos de privatização/desestatização no território nacional

Após, no terceiro momento da metodologia da pesquisa, será realizado um mapeamento temporal das principais privatizações no Brasil entre os anos de 1995 a 2011. Tal processo ocorre com base nos dados quali-quantitativos elencados no tópico anterior, objetivando espacializar como o neoliberalismo (por meio de seus agentes e discursos) materializa-se no território brasileiro. Para tanto, será utilizada a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para efetivar tal processo optou-se pelo software livre Qgis.

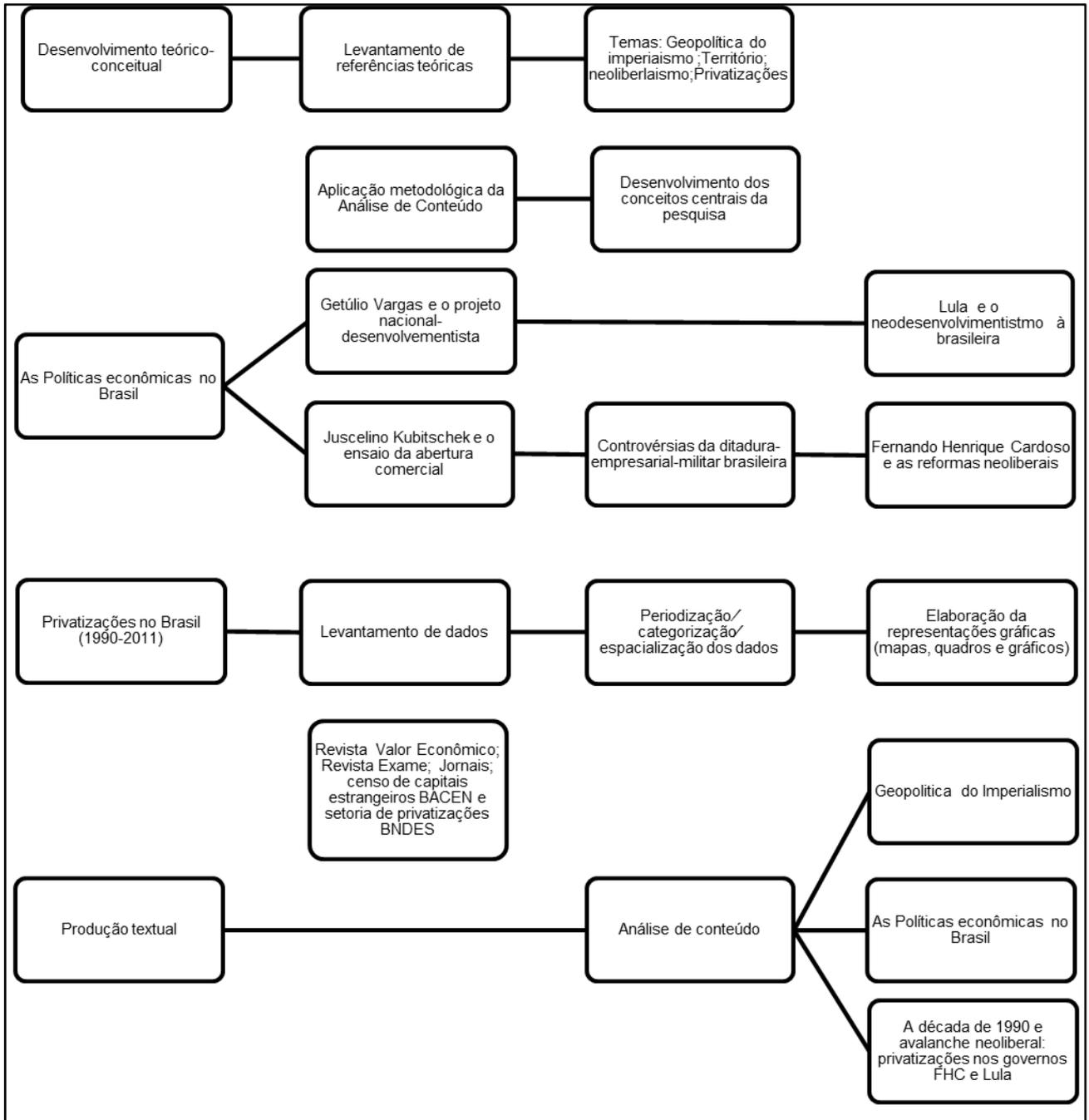
A última etapa metodológica da pesquisa centra-se no processo de análise de dados, os quais vão possibilitar compreender os impactos do neoliberalismo no território. O tratamento dos dados será feito através da terceira etapa da metodologia utilizada, denominada por Bardin (1977) como tratamento dos dados – inferência e interpretação, onde:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos [...] o analista, tendo a sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 1977, p. 101).

Assim, teremos subsídios teóricos e estatísticos para que possamos analisar os períodos que competem às gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), buscando compreender se à transição entre os governos e modelos de Estado representa uma continuidade ou descontinuidade da política econômica neoliberal no Brasil.

Por fim, de forma ilustrativa, apresentamos o esquema síntese (figura 1) da metodologia como forma de compreender o todo e suas partes

Figura 01 – organograma metodológico da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2020)

2. A geopolítica do imperialismo, neoliberalismo e globalização, construindo possibilidades de articulação

A proposta que buscaremos desenvolver ao longo desta seção se constitui como um dos pilares estruturais de nossa pesquisa. A primeira etapa metodológica consistiu em uma revisão bibliográfica visando construir nossa concepção sobre os conceitos centrais, que são as ferramentas operacionais das análises propostas, que, por sua vez, possuem ligação íntima com os objetivos elencados.

Desta forma, este capítulo será constituído de três subseções, cada qual destinada ao desenvolvimento de três processos políticos distintos, a citar: (I) Geopolítica do imperialismo; (II) Neoliberalismo e (III) Globalização. Devido ao fato de nos alinharmos a proposta de análise de Silveira (1999) optamos por desenvolver nossas concepções sobre os processos de forma individualizada, visando compreender a estrutura de funcionamento de cada conceito.

Destacamos que a estratégia metodológica de análise individualizada dos processos representa uma das partes fundamentais da nossa proposta de análise, que é compreender as particularidades históricas, o desenvolvimento destes conceitos e a forma de articulação na totalidade, representado pelo modo de produção capitalista. Sendo assim, compreendemos que a Geopolítica do imperialismo, o neoliberalismo e a globalização representam engrenagens de funcionamento articuladas em um todo coeso e complexo (totalidade) que estrutura o sistema capitalista.

2.1 A geopolítica do imperialismo: do passado colonial aos desdobramentos contemporâneos

Propomos desenvolver inicialmente o conceito de imperialismo, que representa uma das dimensões do que compreendemos como a Geopolítica do imperialismo. A escolha por esta estratégia fundamenta-se em uma lógica de razão histórica, pois o referencial teórico escolhido para esta fundamentação antecede as leituras que iremos nos basear para desenvolver o fenômeno que dá nome a esta subseção, que por sua vez também utiliza, por muitas vezes, o livro por nós elencado para este breve momento.

A estratégia consiste em um movimento que busca analisar as leituras direto de sua fonte primária, evitando atravessamentos de terceiros (as), haja visto que o livro, considerado por muitas e muitos como uma leitura clássica sobre a teoria do

imperialismo, é facilmente encontrado de forma gratuita em diversos domínios digitais.

Elegendo a obra de Lenin (1986) "O imperialismo, fase superior do capitalismo" como síntese paradigmática da interpretação do imperialismo oriundo da segunda revolução industrial, procuraremos analisar os eixos fundamentais do livro para aferirmos qual a aderência que ainda possui à realidade atual.

Ao escrever a obra, o autor identificou o surgimento de novos traços fundamentais que caracterizavam essa nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista; entre eles estavam o surgimento de associações monopolistas que partilhavam o mundo economicamente entre si e a constante exportação de capitais para territórios distantes (COSTA, 2013, p.174).

Esta última característica elencada ocorre mediante investimentos externos diretos, configurando-se como uma estratégia das economias centrais para extrair valor fora de suas fronteiras nacionais. Tal processo só é possível pelo fato destes países apresentarem um padrão de desenvolvimento que os propicia aplicarem seus capitais excedentes, alimentando a acumulação do capital.

Frente a este movimento de acumulação de capital, cujo às raízes remontam a processos históricos, podemos apontar que neste período houve um amadurecimento das relações capitalistas, pois, se anteriormente essa integração acontecia somente por meio da comercialização de produtos, na etapa monopolista do capital (imperialista), foi-se inserida uma nova variável:

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera os monopólios, é a exportação de capital (LENIN, 1986, p.61).

A Inglaterra torna-se, em meados do século XIX, o primeiro exportador de produtos manufaturados. Para o mundo, a exportação de capitais passa a tomar maiores proporções somente no início do século XX, onde as grandes potências imperialistas da época (Inglaterra, França e Alemanha) passam a investir capital massivamente em suas colônias espalhadas pelo globo, fato que justifica a expressão 'a partilha do mundo entre as associações capitalistas'. A exportação de capital tornou-se viável, pois:

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma

série de países atrasados terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. (LENIN, 1986, p.62)

Vale destacar que durante o início deste processo, as relações econômicas aconteciam diretamente entre as potências mundiais e as suas colônias, e estas, por sua vez, passam a ser integradas na economia internacional de forma subordinada através dos investimentos realizados pelos países que competiam para garantir a hegemonia no cenário mundial. Essa relação se materializava por meio de concessões de empréstimos financeiros voltados para a construção de infraestruturas necessárias para a industrialização. À medida que o capital adentrava estes territórios, as relações capitalistas passavam a se desenvolver de forma intensa.

O imperialismo representa o amadurecimento histórico das características centrais de funcionamento do capitalismo, entretanto, este processo de metamorfose só pode ser assegurado se as condições relativas à estrutura de produção atingirem um grau elevado de desenvolvimento, ao ponto de transformar substancialmente essas estruturas, conforme descreve Lenin (1986, p. 87):

[...] quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se [...] e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada [...].

As características mencionadas que passam a se manifestar nesse processo de transição é a gradativa substituição da livre concorrência pelos monopólios, que passam a hegemonizar as relações econômicas, sendo esta etapa fundamental para o início do processo de transição em curso, ou seja, "a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas" (LENIN, 1986, p.87).

Recorrendo a uma abordagem histórica, podemos refletir acerca de como o processo de desenvolvimento do capitalismo proporciona, inevitavelmente, a constituição de grandes monopólios capitalistas, fenômeno que marca esta nova etapa. Este fato é resultado de um extremo grau de concentração de capital, proporcionando no interior da disputa capitalista um processo de concentração da produção

A consolidação dos monopólios a partir do processo histórico de acumulação de capital, tem como reflexo a competição desigual entre empresas de menor porte,

que por possuírem recursos produtivos limitados, passam a ser eliminadas através de diferentes estratégias pelos grandes conglomerados, que por sua vez buscam garantir a consolidação de sua hegemonia. Desta forma, a concentração avança também para a esfera produtiva, acarretando uma centralização intensa da produção em um número extremamente reduzido de empresas, se compararmos, por exemplo, com realidades que antecedem esta conjuntura.

Neste período, os monopólios se organizavam em grupos denominados cartéis, cujas estratégias eram orientadas visando garantir a centralização de múltiplos setores produtivos, objetivando consolidar a hegemonia no comando das relações econômicas por um grupo restrito de organizações empresariais. Como produto desta conjuntura, tem-se o fenômeno das fusões e aquisições, que é um dos mecanismos utilizados para eliminar a concorrência da disputa intercapitalista.

Para além, podemos observar também outro *modus operandi*, que consiste no fato de que:

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas. (LENIN, 1986, p. 23)

Devido a essa cartelização operada pelas associações monopolísticas, observa-se no interior das relações econômicas uma mudança paradigmática no que diz respeito às formas de competição de mercado, pois como apontamos ao longo do capítulo, uma das condições necessárias para o surgimento dos monopólios reside na superação da livre concorrência, acarretando "o estrangulamento [...] de todos aqueles que não se submetem ao monopólio [...]" (LENIN, 1986, p.27).

Assim, observa-se o surgimento de uma nova importante variável que, aliada ao fator da concentração de capital, tende a impulsionar de forma extremamente significativa a consolidação dos monopólios. Aqui, nos referimos ao emprego da técnica, compreendida como os mecanismos voltados ao aprimoramento dos processos produtivos, onde sua concentração age igualmente como uma ferramenta que impede o surgimento de novas empresas na concorrência de mercado:

[...] são precisamente as grandes proporções das empresas e seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas

empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que diz respeito ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. (LENIN, 1986, p.20)

Como produto deste fator, observa-se um fenômeno inovador no que diz respeito às estruturas organizacionais e produtivas das associações monopolísticas, que frente ao processo de competição, passaram a aprimorar seus processos produtivos para garantir sua viabilidade na disputa pela hegemonia de mercado. Tal movimento é chamado de combinação, que consiste na reunião de diferentes ramos da indústria em uma só empresa, ou seja, passa-se a operar em só empreendimento as diferentes etapas para a constituição de um produto final para a comercialização.

Pelo fato de o capitalismo atingir sua fase monopolista, a forma como seria feita a repartição global dos territórios pelas potências dominantes também tomariam novas configurações, cuja transformação deu-se justamente pelo aumento quantitativo e qualitativo no processo de acumulação do capital proporcionado por este momento histórico específico do modo de produção. Decorrente disto, a exportação de capitais passou a permear territórios que até então não estavam subordinados às nações dos centros hegemônicos de poder e, esta nova dinâmica, representa a transição das políticas coloniais clássicas para o colonialismo específico da etapa monopolista do capital.

Para sintetizar de forma breve e elucidativa, apontamos os traços fundamentais desta nova etapa do capitalismo, denominada imperialismo, que possui repercussões que atingem as relações econômicas em escala mundial, possuindo dinâmicas que buscavam consolidar e expandir ainda mais as relações econômicas, mas mantendo o seu caráter de submissão ao centro da economia capitalista:

[...]1. a concentração da produção e do capital levada a um grau de monopólio tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 1986, p.88).

O sociólogo argentino Atilio Boron (2020) propõe em seu livro "América Latina

en la geopolítica del imperialismo" uma revisão e atualização da teoria do imperialismo no começo do século XXI. o autor elabora uma síntese do que considera as principais manifestações deste processo na contemporaneidade (abarcando questões que envolvem a dimensão política, econômica, geopolítica e militar), buscando compreender as repercussões deste processos para os países situados na periferia do sistema capitalista. O primeiro aspecto abordado vai de encontro a ideia que procuramos desenvolver ao longo deste capítulo: o imperialismo representa a fase superior do capitalismo e tem por objetivo reorganizar em escala mundial o processo de acumulação de capital:

a) Pese a todos los discursos que pretenden negar su existencia, el imperialismo continúa siendo la fase superior del capitalismo. Una fase que por su insaciable necesidad de acrecentar el pillaje y saqueo de los bienes comunes y las riquezas de todo el mundo adquiere rasgos cada vez más predatorios, agresivos y violentos, colocando objetivamente a la humanidad a las puertas de su propia destrucción como especie. (BORON, 2020, p.39)

Boron (2020) avança nas discussões deixando evidente que as cinco características fundamentais⁹ do imperialismo definidas por Lenin (1986) no século XX, permanecem válidas, embora a estrutura dos processos tenham sofrido metamorfoses, que por sua vez são reflexos da conjuntura específica do capitalismo globalizado do século XXI.

A próxima dimensão do imperialismo desenvolvida pelo autor, central no processo de desenvolvimento da presente pesquisa, coloca em evidência o processo de globalização como uma das facetas do capitalismo do século XXI. Para além, demonstra o papel geopolítico desempenhado por organizações internacionais cujas origens remontam a países dos centros hegemônicos de poder, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que organizam suas ações visando garantir o interesse dos Estados do qual representam.

c) Al ser la globalización la fase superior del capitalismo, instituciones, reglas del juego e ideologías que el capitalismo global impuso a la salida de la Segunda Guerra Mundial permanecen en la escena. Lejos de desaparecer acentúan su gravitación: el fm, el fmi, el Banco Central Europeo, la omc, la oecd, el Banco Interamericano de Desarrollo (bid), la Organización de Estados Americanos (oea), la otan y otros organismos por el estilo permanecen firmes en sus puestos, redefiniendo sus funciones y sus tácticas de intervención en la vida económica, social y política de los pueblos, pero siempre invariablemente al servicio del capital. (BORON,

⁹ As cinco características do imperialismo podem ser consultadas na página 42 do presente trabalho.

2020, p. 40-41)

Quando nos debruçamos sobre a Geopolítica do imperialismo contemporâneo, precisamos fazer referência ao papel central desempenhado pelos Estados Unidos da América como grande potência imperialista do século XXI. Esta conjuntura diferencia-se daquela onde Lenin (1986) formulou sua teoria, pois naquele período as disputas por territórios aconteciam entre um número maior de países, sobretudo do continente europeu que agora perderam espaço na corrida pela hegemonia:

d) Contrariamente a lo que ocurría en su fase clásica, el imperialismo actual tiene un centro indiscutido: Estados Unidos. Europa es un socio menor del sistema imperialista, sin capacidad política, económica o militar para impedir siquiera los abusos y los atropellos que Estados Unidos hizo, y continúa haciendo, en la mismísima Europa. (BORON, 2020, p.41)

O processo de consolidação norte-americana remonta, segundo Amin (2006) ao período que sucedeu o fim da segunda guerra mundial, haja visto que os principais Estados que concorriam diretamente com os Estados Unidos tiveram seus territórios e economias destruídas. Entretanto, esta não seria a única questão determinante, haja visto o papel central do monopólio produtivo e tecnológico praticado por este país na corrida pela influência no cenário mundial no período pós-guerra.

Encontramos esta mesma abordagem nas contribuições de Dumenil e Lévy (2007) apontando que imperialismo na era neoliberal é caracterizado pela hegemonia norte-americana, que drena enormes fluxos de renda do resto do mundo. Os autores trazem o debate para a contemporaneidade, na medida em que insere nas análises o papel central dos EUA como grande centro político e econômico do mundo. Para eles, o imperialismo pode ser caracterizado pela:

[...] capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo. Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; mas também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro. Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes, com conseqüências desastrosas para muitos países menos avançados [...] (DUMENIL e LÉVY, 2007, p.3)

Outro importante ponto destacado por Boron (2020) diz respeito às novas configurações que os monopólios passaram a se organizar no século XXI, haja visto que os processos observados no século XX pelas teorias clássicas foram

aprofundados, atingindo novas esferas. Destaca-se a existência de cinco frentes onde o domínio é exercido por um número reduzido de agentes, representando a consolidação dos oligopólios modernos, característico do funcionamento do capitalismo contemporâneo, a citar:

[...]son cinco los monopolios (en verdad, oligopolios) que caracterizan al funcionamiento del capitalismo contemporáneo: el tecnológico; el control de los mercados financieros mundiales; el acceso oligopólico a los recursos naturales del planeta; el de los medios de comunicación y, por último, el de las armas de destrucción masiva. (BORON, 2020, p. 42)

Desta forma podemos concluir que a passagem do século XX para o XXI representa uma transição conceitual no que refere-se aos processos de funcionamento do capitalismo: a literatura supera a ideia dos monopólios, relacionados às teorias clássicas do imperialismo e passa a utilizar a noção de oligopólios, cujo movimento acompanha as novas dinâmicas de funcionamento do capitalismo na contemporaneidade.

Através desta atualização conceitual da teoria do imperialismo, podemos observar que a dimensão espacial dos estados nacionais em conjunto com o poder do sistema financeiro tem sido cada vez mais incorporada nos debates, possibilitando o desenvolvimento do que compreendemos como Geopolítica do imperialismo contemporâneo. Conforme destaca Becker (2012, p. 17) a "A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder".

Esta perspectiva é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo do final do século XX, tendo em vista que a reorganização das relações de poder no espaço relacionam-se às mudanças no processo de acumulação capitalista. Por conseguinte, edificam-se novas estratégias construídas pelas grandes corporações que transformam seu discurso, mas mantém sua essência no que tange a materialização de suas intenções no espaço, principalmente nos países periféricos (BECKER, 2012).

O sistema capitalista, ao desenvolver suas relações, constrói de forma concomitante centros de domínio político-econômico e periferias dominadas, que, nesta lógica de dominação, convertem-se em territórios de extração de valor. Estas são as características próprias do processo de acumulação do capital operando em

escala mundial:

O sistema mundial contemporâneo seguirá sendo, conseqüentemente, imperialista (polarizante) para qualquer futuro possível, enquanto a lógica fundamental de suas realizações siga dominada pelas relações de produção capitalistas. Esta teoria associa então o imperialismo com o processo de acumulação de capital em escala mundial, fato que considero como uma única realidade com diferentes dimensões indissociáveis (AMIN, 2006, p. 4)

Neste sentido, o imperialismo enquanto fenômeno político e econômico se transformou devido às condições específicas para a sua reprodução encontrada nas periferias do sistema capitalista, carecendo de estudos que compreendam os fundamentos sobre os quais se “alicerça uma geopolítica de dimensões globais, demanda a observação cuidadosa das condições de produção e reprodução nas economias periféricas ou dependentes.” (XAVIER, 2018, p 388).

Sendo assim, é possível encontrar no conceito de imperialismo associado a geopolítica ferramentas essenciais para compreender o funcionamento de algumas dinâmicas do sistema, como os movimentos de capital, sua expansão territorial, as relações de poder que são construídas, etc.

Quando nos referimos a geopolítica do imperialismo contemporâneo, propomos compreender as disputas entre os Estados nacionais e seus diferentes mecanismos de intervenção, seja na forma de investimentos externos diretos ou das corporações multinacionais, na disputa pela hegemonia político-econômica a nível mundial. Neste sentido, compreendemos o espaço por meio de uma arena conflituosa que mescla diversos atores e estruturas da sociedade que se atravessam em múltiplas escalas.

Neste cenário, as economias periféricas, como é o caso brasileiro, assumem, por muitas vezes, posições de subordinação, aceitando, por muitas vezes, orientações que vem de fora de nossas fronteiras nacionais e possuem como objetivo garantir os interesses daqueles que sempre estiveram à frente nesta disputa, como é o caso do neoliberalismo.

2.2 O neoliberalismo periférico brasileiro

Durante este tópico iremos desenvolver nossa concepção sobre o conceito

de neoliberalismo, buscando articular, para além das questões políticas e econômicas que orientam esta doutrina, o panorama histórico de consolidação no Brasil. O nosso ponto de partida é orientado pela proposta analítica de Filgueiras (2006) que consiste em diferenciar conceitualmente três fenômenos: (I) Neoliberalismo; (II) Projeto neoliberal e (III) Modelo econômico neoliberal periférico.

Historicamente o nosso debate situa-se após a II guerra mundial, nos continentes da América do Norte e Europa, onde, segundo Anderson (1995), temos a origem do que conceituamos como neoliberalismo, que representa uma doutrina político-econômica formulada pelos economistas Friedrich Hayek, Milton Friedman, entre outros. O desenvolvimento desta teoria parte de uma “crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo”. (FILGUEIRAS, 2006, p.179)

O livro que deu origem a difusão da doutrina neoliberal foi "O caminho da Servidão", escrito em 1944 por Friedrich Hayek, que, em linhas gerais, representava um ataque a racionalidade econômica da época (o Estado de bem-estar social) e uma primazia pela individualidade das pessoas e das empresas (CERQUEIRA, 2008). A obra citada demonstrava assim uma aversão a processos de intervenção planejada do Estado na economia e no mercado para fins de regulação referindo-se, neste contexto específico a conjuntura inglesa:

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. (ANDERSON, 1995, p.09)

Em 1947, no período pós-guerra, as bases do Estado de bem-estar passam a se espalhar para territórios situados fora do continente europeu, como uma estratégia voltada para recuperar as economias destruídas. Decorrente disto, Friedrich Hayek convoca uma reunião na Suíça com indivíduos que, para além de compartilharem de sua orientação ideológica, eram inimigos ferrenhos do modelo de Estado europeu que estava por se consolidar e do New Deal norte-americano. Entre os participantes encontravam-se os principais expoentes desta corrente, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken,

Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga (ANDERSON, 1995).

A partir deste encontro funda-se a Sociedade Mont Pèlerin a qual, de acordo com Cerqueira (2008), era uma organização de caráter franco-maçônico neoliberal altamente organizada que discutia suas ações estratégicas em encontros internacionais realizados a cada dois anos. Seu objetivo era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10).

Neste sentido, o papel do Estado deveria ser exatamente o contrário do modelo vigente à época: ao invés de garantir a diminuição da desigualdade através de políticas sociais, ele deveria proteger a ordem espontânea, intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo. Estas ideias representaram a polêmica que prosperou durante aquele período, colocando em evidência a doutrina neoliberal, justamente por ir na contramão das tendências econômicas, sobretudo quando:

argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995, p.12)

Esta doutrina encontrou diversas barreiras para a sua popularização, sobretudo durante as décadas de 50 e 60, que representaram o auge do desenvolvimento do capitalismo, apresentando altos índices de desenvolvimento, alicerçados sobre as bases do Estado de bem-estar social. Decorrente disto, as denúncias feitas por parte das análises neoliberais sobre o perigo das intervenções do Estado na economia não possuíam qualquer adesão à realidade concreta.

Entretanto, o ano de 1973 marca a chegada de uma profunda crise no modelo econômico pós-guerra, que associou, pela primeira vez, altas taxas de inflação com índices baixos de crescimento, proporcionando terreno fértil para a execução das teses neoliberais, que encontram sucesso em períodos de espiral inflacionária (CERQUEIRA, 2008).

A explicação para esta crise segundo a doutrina neoliberal residia no poder excessivo de negociação política dos sindicatos e do movimento operário, os quais por meio das pressões reivindicavam melhorias no salário e aumentaram significativamente os gastos sociais do Estado, corrompendo as bases naturais do

processo de acumulação capitalista. A soma destes dois processos resultava na redução das taxas de lucros das empresas, desencadeando processos inflacionários que por sua vez levavam a uma crise generalizada das economias de mercado.

A solução proposta para a crise eminente passava, necessariamente, por reformulações nas funcionalidades do Estado, sobretudo no que refere-se ao enfrentamento dos movimentos sindicais organizados, na supressão dos gastos sociais e da não intervenção estatal na economia de mercado. Conforme Anderson (1995, p.14), "o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas".

As primeiras experiências práticas do neoliberalismo em países do centro do capitalismo aconteceram no final do ano de 1979, representados pelos governos de Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido de 1979 - 1990) e de Ronald Reagan (Presidente dos EUA no período de 1981 - 1989), comprometidos abertamente, cada qual de acordo com suas especificidades, com o programa formulado pela sociedade Mont Pèlerin.

Segundo Anderson (1995), o modelo inglês foi o mais pioneiro e puro, pois seguiram à risca o receituário através de estratégias que buscavam: (I) contrair a emissão monetária; (II) elevar as taxas de juros; (III) baixar drasticamente os tributos sobre grandes fortunas; (IV) abolir controles sobre fluxos financeiros; (V) aumentar os níveis de desemprego; (VI) sufocar as greves operárias através da imposição de políticas anti-sindicais e (VII) cortar gastos sociais.

A particularidade do modelo inglês reside em uma característica que chegou tardiamente, mas que é central para a nossa pesquisa: a execução por parte da então primeira ministra inglesa de um amplo processo de privatizações, que se iniciou pela habitação pública, avançando para as indústrias básicas dos setores de aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

Este movimento representou a supressão da participação do Estado na economia enquanto agente produtor e regulamentador por meio da política de desestatização, cujo pacote de medidas representou a mais ambiciosa e sistemática das experiências neoliberais em países do centro do capitalismo (CERQUEIRA, 2008).

A experiência norte-americana foi bem distinta da inglesa, sobretudo pelo

fato da não existência de um Estado de bem-estar social aos moldes europeus. Os enfoques empregados pelo então presidente Ronald Reagan estavam concentrados em torno da dimensão geopolítica: a competição militar com a União Soviética, concebida como a estratégia para destruir a economia inimiga, abalando o governo comunista da Rússia.

Deste fato reside um componente central em qualquer experiência neoliberal: o anticomunismo. Segundo Hayek, a ideologia comunista representava a mais completa das servidões humanas, e este fato fortaleceu o poder de propagação da doutrina defendida por este autor, adentrando os movimentos de direita da Europa e da América do Norte, ameaçados pela expansão da União Soviética.

Na América Latina, o primeiro laboratório do neoliberalismo foi o Chile. A experiência chilena, representou, através da ditadura de Pinochet (1973-1990), a mais verdadeira e pioneira experiência do ciclo neoliberal da história contemporânea, que tal qual as outras, possuía suas particularidades. Neste caso específico, o desenvolvimento da doutrina foi garantido através da supressão da democracia por uma das ditaduras militares mais cruéis do período pós-guerra, entretanto, como destaca Anderson (1995, p.22) “a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo”.

De acordo com Cerqueira (2008) o programa neoliberal da ditadura de Pinochet foi aplicado de maneira dura, e buscava, em linhas gerais: (I) A desregulação da economia; (II) desemprego massivo; (III) repressão sindical; (IV) redistribuição de renda em favor dos ricos e (V) privatização dos bens públicos. Podemos observar que, mesmo existindo particularidades entre as realidades inglesa, Estadunidense e chilena, elas seguem o padrão neoliberal de políticas que buscam rearranjar o papel do Estado na economia, o que não viria a ser diferente no caso brasileiro.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a implementar uma proposta de projeto neoliberal; tal fato deu-se em função de características específicas da conjuntura política brasileira. Filgueiras (2006) demonstra a dificuldade em construir um novo pacto nacional em que os interesses de todas as classes dominantes fossem atendidas e por outro, a forte atividade sindical organizada pelos trabalhadores, na década de 1980, expresso através da criação de importantes organizações de massa, como a Central Única dos Trabalhadores

(CUT) e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Desta forma, podemos afirmar que o neoliberalismo brasileiro e o seu programa político foi se constituindo como resultado das disputas políticas entre as classes. A concepção adotada por nós demonstra que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, a ideia é que ele foi se desenhando a partir da luta de classes e este fato somado às características próprias da formação econômico-social brasileira.

Por conta das especificidades de cada país, o modelo neoliberal aplicado no Brasil foi diferente do chileno. Frente a isso, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico para o Brasil, como resultado das disputas entre a burguesia e as classes trabalhadoras, sendo um modelo econômico neoliberal periférico que é o resultado da forma como o *projeto* se configurou, a partir da estrutura anterior do território brasileiro, que é diferente dos demais países da América Latina (FILGUEIRAS, 2006).

O ano de 1989 marca o período em que o projeto neoliberal supera o campo meramente doutrinário e passa a se constituir como um programa político apoiado por diversas frações do capital, apontando que a crise que o país atravessava por meio da espiral inflacionária tinha um caráter estrutural e que o projeto "neodesenvolvimentista" era incapaz de oferecer uma resposta adequada à conjuntura.

A partir da eleição de Fernando Collor (1990) o neoliberalismo, que já havia adentrado na maior parte da América Latina chega ao Brasil, através do discurso que buscava combinar a abertura da economia com o processo de privatizações, possuindo como alvo privilegiado da crítica a constituição de 1988, por apresentar artigos que vão na contramão das idéias do projeto neoliberal.

O processo de consolidação do neoliberalismo enquanto um projeto político foi apoiado por diversas frações das classes dominantes da sociedade brasileira e a sua vitória estimulou a transnacionalização de grandes grupos econômicos nacionais e o fortalecimento da burguesia brasileira (FILGUEIRAS, 2006). Nesta nova configuração política do Brasil, os principais beneficiados pelo projeto neoliberal eram as classes que compunham o bloco dominante, sendo elas:

[...]faz parte da fração hegemônica, do bloco dominante: o capital financeiro internacional —expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países

desenvolvidos—; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). (FILGUEIRAS, 2006, p. 183-184)

Para além, o projeto neoliberal contou com a adesão tardia da classe média alta, sobretudo os novos ricos, que possuíam aversão a qualquer política relacionada ao Estado de bem-estar social. A demora na popularização deste projeto aconteceu por causa de especificidades da estrutura produtiva do Brasil, onde o processo de abertura comercial, proposto através de reformas estruturais, atingiria de forma diferenciada os setores da produção industrial e agro-industrial, ocasionando uma disputa que “se dava em torno do ritmo e amplitude que abertura deveria assumir” (FILGUEIRAS, 2006, p.185)

O projeto neoliberal brasileiro estava comprometido em garantir as reformas orientadas para o mercado, através da proposição de um conjunto de alterações na economia que atuavam em pelo menos quatro dimensões estruturais: (I) a relação capital/trabalho; (II) a relação entre as distintas frações do capital; (III) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e (IV) a estrutura e o funcionamento do Estado. Em linhas gerais, a experiência nacional fundamenta-se através de:

(i) abertura comercial, que significa a eliminação de alíquotas de importação, a centralização de tarifas alfandegárias e a eliminação ou redução de barreiras não tarifárias; (ii) liberalização financeira, que ocorre por meio da eliminação ou redução dos programas de crédito dirigido, da eliminação dos controles sobre taxas de juros, da reforma da legislação bancária e do mercado de capitais; (iii) liberalização do regime de investimentos estrangeiros, que implica a quebra de monopólios em áreas estratégicas e o fomento aos movimentos de fusões e aquisições, recompondo a malha empresarial doméstica, agora com ampla participação de empresas estrangeiras; (iv) privatizações de serviços públicos e empresas estatais; (v) a desregulamentação do mercado de trabalho, caracterizada pela redução do orçamento de instituições de seguridade social, o fomento à prática de terceirização, a exclusão da excepcionalidade do regime de contratação por tempo determinado, a subcontratação, a disseminação de contratos de aprendizagem e formação. (MASSIMO, 2013, p. 135)

Como encerramento das discussões, demonstra-se que o processo de aplicação e evolução do projeto neoliberal brasileiro, passou, de acordo com Filgueiras (2006) por três períodos distintos: (I) a sua fase inicial, em 1990, bastante turbulenta, onde o governo Collor aplicou as primeiras ações concretas de natureza neoliberal; (II) a fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social

neoliberal, através de Fernando Henrique Cardoso e (III) momento de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, no qual amplia-se e se consolida a hegemonia do capital financeiro, através do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

2.3 O processo de globalização: da gênese a atualidade

Esta subseção será dedicada ao desenvolvimento do conceito de globalização, partindo de uma perspectiva centrada principalmente nas discussões econômicas sobre este fenômeno. A ressalva torna-se importante haja visto que os processos de globalização abarcam, em essência, questões que podem ser interpretadas através de diferentes métodos analíticos.

A globalização representa uma nova etapa em curso na economia mundial, provocando um conjunto de novos fenômenos na vida social da humanidade, na economia, política, nas relações capital-trabalho (COSTA, 2013). Apontando para o desafio de procurar compreender os dados dessa nova realidade de forma não dogmática, objetivamos neste momento extrair as consequências analíticas e teóricas desta fase do capitalismo na contemporaneidade.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações econômicas, territoriais e sociais que tornaram o mundo atual distinto de outras épocas históricas. A geopolítica internacional deste período é representada, de acordo com Oliveira (2015) pelo fim do socialismo na URSS e pela vitória da ideologia burguesa, sendo que desse momento em diante passamos a observar um processo de reordenação territorial do capitalismo mundial.

Observa-se a partir desta conjuntura político-econômica específica o processo de reprodução ampliada do capital, agora operando sobre escala global. A diferença deste período, se comparado com o início do século XX, reside no fato da expansão das relações capitalistas atingirem países que em outros momentos eram organizados através de experiências socialistas ou economias centralmente planejadas. Para além, "a globalização causa impactos inclusive nas nações tradicionalmente organizadas em moldes capitalistas "emergentes" ou "dominantes", centrais ou periféricas, ao norte ou ao sul". (IANNI, 1998, p.28)

Desta forma, a utilização dos termos *global* e *globalização* surge inicialmente não como reflexo da produção intelectual e acadêmica, mas como propaganda ideológica da burguesia que buscava legitimar o processo de reordenação global

pelo qual o capital passava no final do século XX (OLIVEIRA, 2015). Do ponto de vista científico, este período representa a consolidação de um novo paradigma epistemológico nas ciências humanas, demonstrando que:

O seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez, são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional [...] (IANNI, 1994, p. 147)

Durante esta época, as análises em escala nacional perderam a sua relevância, pois a noção de sociedade global proposta pela ideologia da globalização era, do ponto de vista analítico, central para o desenvolvimento do sistema capitalista. Portanto, era necessário a construção de novos recursos metodológicos e conceituais para fundamentar a compreensão das novas dinâmicas globais que estavam em eminência.

Para que o processo de reordenamento territorial do capital que estava por trás do discurso da globalização se consolidasse, foi necessário construir as condições político-econômicas favoráveis ao desenvolvimento da nova configuração do modo de produção capitalista. E a partir desta constatação observamos que “o que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo.” (IANNI, 1998, p.27).

Isto se dá pelo fato de que a globalização exige a reestruturação do Estado dentro dos moldes aspirados pela doutrina neoliberal, através da privatização de empresas produtivas estatais, dos imperativos universais da desregulação financeira, a não intervenção governamental nos processos econômicos, e, por fim, a modificação das relações entre sociedade e Estado, pois neste modelo, os serviços básicos de saúde, educação, transporte, habitação e previdência devem ficar a cargo da iniciativa privada. Ianni (1998) demonstra que estas reformas buscam adaptar as economias nacionais às regras da globalização econômica, que por sua vez, é condição necessária do processo de reprodução ampliada do capital, agora operando sobre a escala global.

Trata-se portanto de reconhecer a articulação sistêmica entre neoliberalismo e globalização (IANNI, 1988). Os projetos neoliberais apontavam a necessidade de formação de ‘Estados Mínimos’, que por sua vez eram os agentes responsáveis por criar as legislações que garantissem: (I) Liberalização total do comércio; (II) Livre

circulação de capitais internacionais; (III) Abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais; (IV) Suspensão do protecionismo econômico e (V) Quebra dos monopólios via privatização de empresas estatais (OLIVEIRA, 2015).

Este conjunto de ações buscavam deixar o poder estatal distante de quaisquer empreendimentos econômicos e funções sociais que possam gerar lucro às classes dominantes nacional e internacional, condição fundamental para a reprodução ampliada do capital no período da globalização econômica que está se desenvolvendo (IANNI, 1998).

A reprodução ampliada do capital, característica do período da globalização, acontece mediante a internacionalização das forças produtivas e das relações de produção (COSTA, 2013). Ela se desenvolve através de estratégias de concentração do lucro e da centralização do capital por mecanismos de fusões e aquisições de empresas menos dinâmicas e periféricas por parte dos grandes oligopólios mundiais. Tal processo representa a forma sobre como o capital em suas diversas formas atravessa territórios e fronteiras, globalizando-se:

Esse processo estava fundado na formação, compra e fusões de oligopólios econômicos que monopolizaram a economia em termos mundiais. Como novidade, formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais. (OLIVEIRA, 2015, p.230)

Durante a década de 1990, importantes intelectuais procuraram construir uma explicação científica para o conceito de globalização, dentre os quais destacamos as análises feitas por brasileiros, representados pelo geógrafo Milton Santos (2000) e o sociólogo Octavio Ianni (1995). Muitos foram os debates e caminhos percorridos para interpretação deste processo, desdobrando-se em compreensões que o entendiam, de acordo com Ianni (1998): (I) Maquinação ideológica do neoliberalismo; (II) Os que distinguem mundialização e globalização e (III) Globalização como uma nova face do imperialismo.

No interior destas abordagens, os autores percorreram por um ou outro caminho analítico. Entretanto, existiam aqueles que procuravam estabelecer conexões entre as abordagens, entendendo que o mundo não era mais o mesmo desde o ano de 1970 (OLIVEIRA, 2015). Dentre eles estava Milton Santos, que em

sua análise enfatizava a importância deste novo período da história, que por sua vez possuía suas características próprias:

A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo. Devemos evitar aquilo que Marx chamava de erro do século, isto é, definir uma condição histórica como se ela fosse uma condição já passada. A globalização é coisa nova, inteiramente nova [...]. Por conseguinte, a globalização deve ser tratada como um período histórico, isto é, um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptíveis, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica. (SANTOS, 2000, p.15)

O autor procurava demonstrar que, em linhas gerais, a globalização pode ser compreendida como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para ele, é possível observar no interior deste processo a existência de dois discursos possíveis: O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade (Santos, 2000).

O discurso da globalização como fábula, amplamente divulgado por meios de comunicação e por organismos internacionais, fundamenta-se na ideia de que todos os elementos da estrutura social usufruem de forma igualitária dos benefícios advindos deste período. Desta forma:

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. [...] Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2000, p.9-10)

Este discurso ideológico mascara muitos problemas que envolvem o processo tal como ele é: a globalização como perversidade. A noção difundida de que vivemos uma aldeia global apátrida e sem fronteiras, fundamenta-se em uma das afirmações tradicionalmente utilizadas quando falamos deste conceito: estamos vivendo em um mundo cada vez mais interdependente. Analisando criticamente a assertiva, é possível observar que ela mascara as assimetrias de poder existentes, sobretudo quando falamos de relações entre centro e periferia:

até porque interdependência não quer dizer, necessariamente, que todos são igualmente dependentes nessa ordem mundial de interdependência generalizada." [...] Assim, a interdependência contém, embutida dentro de si, relações hierárquicas de poder que, se não consideradas, faz com que deixemos de fora um componente decisivo, constitutivo mesmo, da ordem mundial que se vem desenhando." (GONÇALVES, 2006, p. 22-23)

A globalização em curso na economia mundial emerge então como uma nova fase do capitalismo, representando o período em que o modo de produção atingiu um novo patamar de desenvolvimento, transformando-se, de acordo com Costa (2013) em um sistema mundial. Até o período que antecede a passagem do século XX para o XXI, as relações econômicas internacionais operavam com ênfase em duas variáveis, o comércio mundial e a exportação de capitais.

Entretanto, ao expandir estas relações para as esferas produtiva e financeira, e para outros campos da vida social, como a cultura e a informação, o sistema unificou em escala global o ciclo de acumulação do capital. Ianni (1995) faz uma síntese desta relação

Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. [...] Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global. (IANNI, 1995, p. 135-136)

O processo de amadurecimento internacional por qual o capitalismo passa através das transformações dialéticas oriundas do período da globalização impôs ao grande capital a urgência de um reordenamento dos monopólios globais. Estes, por sua vez, acontecem mediante estratégias de mega-fusões e incorporações nos setores industrial, bancário e de serviços, cujo terreno institucional para garantir o sucesso de tais operações foi preparado pelos projetos neoliberais específicos de cada país (COSTA, 2013).

Nesta constatação reside a intersecção entre os conceitos de geopolítica do imperialismo, neoliberalismo e globalização, pois esta conjuntura introduz uma nova configuração na disputa intercapitalista pela hegemonia mundial, travada pelos países do centro do capitalismo e suas corporações.

Encerramos nossas discussões através da avaliação do conceito globalização feita pelo economista norte-americano John Kenneth Galbraith, alinhado politicamente ao liberalismo e crítico dos conservadores. Ao ser questionado por um jornalista da Folha de São Paulo sobre as crises dos anos 90 serem um efeito da globalização, afirma:

Globalização é um termo que eu não uso. Não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que são sempre causas de graves problemas.¹⁰

¹⁰ Entrevista completa disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/dinheiro/23.html>

3 Brasil pós-1973: da crise do petróleo ao modelo privatista e desnacionalizante

Neste capítulo buscamos apresentar o contexto histórico que leva a ascensão do neoliberalismo como política econômica no Brasil durante a década de 1990 por meio da reestruturação do Estado. Para tanto, optamos por realizar um recorte temporal que inicia-se com um dos maiores eventos macroeconômicos do século XX, a crise do Petróleo de 1973.

Essa conjuntura teve como resultado um colapso na economia mundial nos anos de 1970, atingindo de forma intensa os países localizados na periferia do sistema capitalista, a incluir o Brasil. Posterior ao período em questão, a economia brasileira viria a vivenciar momentos de oscilações negativas e positivas constantes no que diz respeito às variáveis relacionadas ao seu Produto Interno Bruto, balança comercial e a dinâmica produtiva interna. A resposta aos efeitos desta crise adotada pelos sucessivos presidentes traduziu-se em diferentes planos econômicos.

O período pós-1973 é caracterizado por fatores marcantes que acarretaram em uma fase depressiva na economia mundial, estando diretamente ligadas às dificuldades associadas à crise do petróleo e à redução da liquidez do sistema financeiro internacional. Destacamos também os aspectos referentes à organização da economia internacional, sobretudo: (I) Os elevados fluxos internacionais de investimentos externos direto (IEDs); (II) A reestruturação econômica via adoção de políticas neoliberais; (III) Aumento no fluxo do comércio mundial de mercadorias e (IV) a reestruturação produtiva e territorial do capital. (ESPÍNDOLA, 2015).

Frente a esta conjuntura de crise cíclica mundial do capitalismo, os governos brasileiros pós década de 1970, eleitos democraticamente ou não, passam a adotar diferentes tipos de reformas no sentido de amenizar os efeitos colaterais oriundos desta conjuntura, entre os quais destacam-se o Plano Verão (1989); O Plano Collor (1990) e o Plano Real (1994).

Tais medidas adotadas buscavam combater a inflação, que conjuntamente com outros efeitos negativos da crise econômica, como a desregulação das contas do Estado e o aumento excessivo da importação de energia, traziam efeitos nefastos para a sociedade brasileira. Sendo assim, os governos optaram pela recuperação mediante projetos de reformas produtivas de base que buscavam a utilização de

setores produtivos já existentes, porém ociosos, por meio da inserção brasileira na economia global:

Em termos gerais, cabe destacar, que, a partir de 1970, o governo militar brasileiro implantou políticas ativas de promoção das exportações, apoiadas em incentivos fiscais e creditícios por intermediário de uma instituição reguladora e operadora. A carteira do comércio exterior do Banco do Brasil (CACEX) foi criada em 1953, no governo Getúlio Vargas, que comercializava diretamente os produtos brasileiros. Os incentivos às exportações faziam-se via taxas de juro baixas, isenção de impostos na compra de insumos (regime drawback), etc. Já o controle das importações efetuava-se mediante restrições ou proibições de determinados produtos (ESPÍNDOLA, 2015, pp. 5-6).

A soma destes fatores, que são endógenos e exógenos a realidade nacional brasileira, tem como reflexo diferentes desdobramentos nos planos adotados. Sendo assim, este capítulo busca avaliar os efeitos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975), III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980) Plano Verão (1989); Plano Collor (1990) e do Plano Real (1994) na reestruturação das funções do Estado, da economia e da estrutura produtiva brasileira no período pós-crise do petróleo. Para além, iremos buscar compreender quais as estratégias aplicadas por estas diferentes plataformas econômicas de governo para inserir o Brasil na economia internacional.

A justificativa para a escolha destes planos econômicos reside no fato dos mesmos antecederam a chegada da agenda neoliberal no Brasil na década de 1990. Sendo assim, constrói-se uma análise que evidencia as semelhanças e diferenças entre os objetivos destas reformulações aplicadas na economia brasileira e dos preceitos que orientariam a doutrina neoliberal aplicada no território nacional.

A perspectiva adotada na pesquisa concentra-se sobre a ideia de que o Plano Verão (1989); Plano Collor (1990) e o Plano Real (1994) foram responsáveis por criar as condições institucionais, políticas e econômicas necessárias para que o neoliberalismo se produzisse e reproduzisse de forma eficaz no território brasileiro. A organização textual está estruturada em quatro subseções para além da presente introdução, dedicando um tópico para cada plano econômico que propomos a analisar, respeitando a cronologia de idealização e aplicação dos mesmos.

Destacamos que a organização deste capítulo concentra-se entre os anos de 1973, marcado pela crise mundial do petróleo, e 1993, período onde o plano real passa a ser aplicado diretamente no Brasil. As análises abrangem processos político-econômicos que operam diretamente em diferentes escalas, no qual iremos nos debruçar sobre os efeitos diretos ocasionados por este momento de crise e

reorganização do capitalismo na esfera mundial, evidenciando os impactos na economia, na política e no território brasileiro. Optamos por concentrar esforços no plano real, pois foi através dele que o Estado brasileiro e suas atribuições passaram por mudanças estruturais extremamente significativas, transformando substancialmente a economia política brasileira e reestruturando o papel do Brasil no cenário internacional.

3.1 O II e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND*¹¹) (1975-1985)

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND*), do período de 1975 a 1979, foi elaborado durante a ditadura empresarial-militar brasileira, durante o governo autoritário de Ernesto Geisel, idealizado pelo ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, permanecendo em vigência até o primeiro ano do governo João Figueiredo (MATOS, 2002).

O II PND* mudou a ênfase do plano de industrialização brasileiro, dando enfoque para a indústria de bens de capital, mas encontrou uma conjuntura mundial de crise cíclica do capitalismo, com redução significativa nas taxas de lucro em nível mundial. O plano buscava manter o padrão de desenvolvimento vigente, com forte participação do Estado enquanto principal agente da economia, cujo objetivo central era manter o crescimento acelerado como política básica (MATOS, 2002), mesmo reconhecendo as dificuldades impostas pela crise do petróleo.

A meta estabelecida para o quinquênio 1975-1979 buscava ajustar a economia nacional à situação da crise do petróleo e a consolidação de uma nova etapa da industrialização brasileira. O II PND* previa que até 1980 o Brasil deveria tornar-se uma sociedade industrial moderna, baseado em um modelo de economia competitiva, cuja modernização exigiriam o investimento total de 1 trilhão e 750 bilhões de cruzeiros, nas áreas de indústria de base, do desenvolvimento científico e tecnológico e da infra-estrutura econômica (MATOS, 2002).

De acordo com Sandroni (1999) e Furtado (1981) o II PND* buscava superar a condição do Brasil enquanto país do Terceiro Mundo, o colocando no patamar dos países altamente industrializados e com estruturas produtivas extremamente complexas. Para que isso fosse alcançado, o plano operacionalizou mudanças na

¹¹ Optamos por inserir um * após a sigla PND para nos referirmos ao II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND*). Isto foi necessário para distinguirmos os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) do Programa Nacional de Desestatização (PND)

política industrial nacional, alterando as prioridades: do setor de bens de consumo duráveis para o setor produtor de meios de produção, com enfoque na indústria siderúrgica, máquinas, equipamentos e fertilizantes, cujas empresas estatais seriam os agentes centrais das transformações propostas. Por dentro do PND II* também aparece abertura para a política externa, o mercado privado e a empresa privada nacional, o combate à inflação, a exploração do potencial hidrelétrico e a continuação do processo de substituições das importações.

Os resultados esperados com esses investimentos era atingir um PIB na faixa dos US\$ 120 bilhões, somado a uma renda per capita de US\$ 1000,00. O crescimento industrial deveria ser em torno de 12% ao ano, as exportações deveriam crescer a 20% e a agricultura 7% (MATOS, 2002). Em linhas gerais, os objetivos estratégicos do II PND* podem ser sintetizados em torno de dois eixos: (I) Ampliar a base do sistema industrial brasileiro e (II) Elevar o grau de inserção da economia nacional no sistema da divisão internacional do trabalho.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) era o principal responsável pela aplicação das ações, e atuava para dar garantias de demanda e incentivos ao setor privado. Do ponto de vista político, os principais aliados do II PND* eram o capital financeiro nacional, as empreiteiras e as oligarquias arcaicas (MATOS, 2002). A principal problemática envolvendo a operacionalização dizia respeito à questão de onde viriam os recursos para operacionalizar todas as propostas.

Como estratégia, elencou-se uma estrutura de financiamento, a qual forçou às empresas estatais ao endividamento externo para cobrir o hiato de divisas¹². Para além, ocorreu uma estatização da dívida externa e um aumento significativo da mesma devido a facilidade de obtenção de recursos no mercado financeiro internacional. As dívidas do governo para manter o crescimento econômico e funcionamento da economia tiveram como consequência a diminuição da capacidade de financiamento do setor público na década de 80, por conta dos aumentos nos gastos sem criar os mecanismos adequados.

O aumento do endividamento direto externo foi estimulado paralelamente ao aumento da dívida interna, limitando gradativamente os grandes projetos

¹² Trata-se do crescimento vinculado à necessidade de importação de bens intermediários, ou insumos produtivos, e de capital, referentes a máquinas e equipamentos. Seria o caso de países onde a estrutura produtiva é incompleta, e, por isso, há necessidade de importação para crescimento.

governamentais, fato que exigiu constantes revisões nas metas do II PND*. A tabela 01 demonstra os índices econômicos durante os anos que competem o projeto.

Tabela 1 – Resultados macroeconômicos durante o II PND*

Ano	PIB*	Indústria*	FBCF/PIB*	Inflação*	Dívida Externa
1973	14,0	17,03	20,4	28,6	14,9
1974	8,2	8,4	21,8	27,8	20,0
1975	5,1	4,9	23,3	41,2	25,1
1976	10,2	11,7	22,5	42,65	32,1
1977	4,9	3,1	21,4	38,7	37,9
1978	4,9	6,4	22,2	53,9	52,1
1979	6,8	6,8	23,3	100,21	55,8

Fonte: IPEA, 2021. Organizado pelo autor.

PIB* - Taxa de Crescimento;

Indústria* - Taxa de Crescimento;

Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Interno Bruto* - (Taxa de Investimento);

Inflação* - Variação do IGP-DI;

Dívida Externa* - US\$ (Bilhões)

De 1975 à 1979 a produção manufatureira cresceu apenas 6,8% ao ano, a produção de bens de capital a 7% e a de bens de consumo duráveis a 7,4% ao ano, muito abaixo da principal meta do II PND*, que era a manutenção da taxa de crescimento econômico em torno de 10% ao ano, com crescimento industrial em torno de 12% (MATOS, 2002).

Sandroni (1999) faz o seguinte balanço do plano: (I) Significativos avanços na geração de bens de capital, de energia, prospecção de petróleo e produção de álcool e (II) Baixo alcance dos objetivos traçados para o aumento do PIB, da renda per capita, das exportações e da ampliação do mercado consumidor.

De acordo com Matos (2002) a crise mundial do petróleo estaria entre as principais causas da desaceleração do II PND*, aliado ao fato dos limites estruturais do Estado. O Brasil e o mundo entravam naquele momento em um fase de declínio nas taxas de acumulação de capital, reflexo da crise cíclica pelo qual o modo de produção passava, tornando inviáveis a maioria das metas, fato ignorado pelo projeto de Nação-Potência planejado pelos militares.

O III PND*, por sua vez, foi elaborado em 1979, durante o recesso econômico ocasionado pela crise mundial do petróleo. Ele foi idealizado durante o governo militar de João Figueiredo, pelo ministro da fazenda Antônio Delfim Netto, projetado para o período de 1980 a 1985, prevendo ações orientadas a curto e curtíssimo prazo, pois

o país começava a sofrer de forma mais intensa as consequências da instabilidade econômica, impedindo qualquer programação de tempo elevado, como era o caso do II PND* (MATOS, 2002).

Este plano, tal qual os outros PNDs, possuía como objetivo central a construção de uma sociedade industrial desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os cidadãos brasileiros, meta a ser alcançada no menor prazo possível.

Os setores prioritários da economia brasileira a serem fortalecidos durante o III PND* era a agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia, para além, foram considerados os seguintes objetivos prioritários: (I) Acelerado crescimento da renda e do emprego; (II) Melhoria da distribuição de renda, redução da pobreza absoluta e elevação do bem-estar das classes mais fragilizadas; (III) Redução das disparidades regionais; (IV) Contenção da inflação; (V) Equilíbrio do balanço de pagamentos e controle do endividamento externo; (VI) Desenvolvimento do setor energético e (VII) Aperfeiçoamento das instituições políticas (MATOS, 2002).

Destaca-se que durante este período, a “euforia desenvolvimentista” que marcou o processo de criação dos PNDs anteriores não se fazia mais presente, a ponto do III PND* não atingir qualquer um dos objetivos elencados. Em linhas gerais, este plano foi preparado apenas para o cumprimento de uma determinação jurídica, idealizado por um ministério cujo comandante não via qualquer utilidade prática no processo de planejamento da economia brasileira, tornando este projeto obsoleto.

De acordo com Pereira (1998) a não efetividade III PND era reflexo de questões endógenas e exógenas. A primeira dela diz respeito aos impactos ocasionados pela crise mundial do petróleo e do aumento dos juros internacionais, tornando extremamente complexas quaisquer projeções econômicas a longo prazo, e, por outro lado, da crise política interna do governo autoritário, incapaz de formular um plano de ação que conseguisse dar uma resposta adequada a conjuntura específica da época.

Por conta da dificuldade em criar projeções econômicas, o III PND* se apresentava como um documento normativo qualitativo que definia diretrizes, critérios e instrumentos de ação. Matos (2002) demonstra que em função das incertezas e das restrições relacionadas à crise energética, o aumento da dívida externa brasileira e das pressões inflacionárias, o plano não apresentou metas quantitativas, relacionadas ao crescimento da economia, PIB, como foi ocorrido nos antigos.

Desta forma, o III PND* marca o fim da era dos planejamentos como instrumentos efetivos de controle racional da política econômica nacional. Isso

aconteceu devido a algumas questões: (I) Saída do ministro Reis Velloso da Secretaria de Planejamento, e a ascensão de Delfim Neto, representando uma mudança de mentalidade, uma vez que Velloso sempre foi um defensor do planejamento, enquanto Delfim não acreditava no ato de planejar; (II) Distância entre os números previstos no II PND* e os alcançados, criando uma reação contra o planejamento e (III) Dificuldade ocasionadas pelo segundo choque do petróleo e pela alta taxa de juros internacionais limitando as funções do III PND*.

3.2 O plano verão (1989): o ensaio do projeto neoliberal brasileiro

O plano verão foi elaborado em 14 de janeiro de 1989 por Maílson de Nobrega, ministro da Fazenda durante o governo José Sarney (1985-1990), do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), configurando-se como um instrumento que buscava combater o processo inflacionário que sufocava a economia brasileira.

A peculiaridade deste período está relacionada diretamente com a ruptura do governo brasileiro com a economia política do Estado desenvolvimentista, que, apesar de todas as particularidades referentes a cada governo, assumiu centralidade na organização da política econômica brasileira. Deste momento em diante, o Estado deixa de lado cada vez mais o seu papel de agente central do desenvolvimento brasileiro, assumindo a responsabilidade de se reorganizar através de novas orientações políticas.

Esta característica peculiar está relacionada a um dos pilares estruturantes destas reformas econômicas, sendo esse assentado no amplo processo de privatizações defendido, se contrapondo às idéias estatizantes. Nesta perspectiva, é proposto uma contenção na inflação através de reformulações na estrutura interna de funcionamento do Estado, e, para além, as reformas viriam a atingir também os setores produtivos, apontando para:

Redução das despesas de custeio através de uma ampla reforma administrativa, que incluiria a extinção de cinco ministérios; redução das despesas de pessoal através da demissão de funcionários públicos; redução do setor produtivo estatal através de um amplo programa de privatizações; rigidez na programação e execução financeira do tesouro [...] (MODIANO, 2014, p.317).

O Plano Verão buscava avançar no processo de abertura comercial brasileira através de estratégias que eliminavam as tarifas médias de importação, que por sua

vez reduziam as pressões relacionadas às operações com moedas estrangeiras, características de políticas protecionistas de Estados de caráter nacional desenvolvimentista. Este momento representa para a economia brasileira um período de aumento quali-quantitativo das importações (Rezende, 1999).

Esta reestruturação difere-se das aplicadas anteriormente na década de 70, que possuíam um enfoque sobre as exportações através de incentivos mediante políticas públicas. O plano verão, por sua vez, assinalava para o caminho das importações, representando projetos político-econômicos distintos, cujos efeitos na economia brasileira foram:

A abertura comercial iniciada em 1988, reduzindo as tarifas médias de importações de 41%, em 1988, para 19,6% em 1990, e 14,2%, em 1994, não tardou a ter efeito na economia brasileira. As importações tiveram um crescimento de US\$ 14,6 bilhões em 1988, para US\$ 20,6 bilhões, em 1990, conforme Tabela 1. Isto representou um crescimento da ordem de 41,0%, contra uma queda das exportações em torno de 6,8%, no mesmo período. (ESPÍNDOLA, 2015, p. 6)

O período do qual José Sarney esteve à frente da presidência da república (1985-1990), representou, sucessivamente, o fracasso de três planos de estabilização econômica, sendo eles o Plano Cruzado (1986); o Plano Bresser (1987); e o Plano Verão (1989), resultando em um aceleração da espiral inflacionária, que em seu último ano de mandato atingiu índices mensais que “aumentaram mais de dez pontos consecutivamente: 53% em dezembro, 64% em janeiro, 73% em fevereiro e 85% apenas nas duas primeiras semanas de março” (REZENDE, 1999, P. 184). Portanto, é neste período onde a hiperinflação passa a imperar na economia brasileira.

3.3 O plano Collor (1990): solidificando os ideias do projeto neoliberal brasileiro

O início da década de 1990 tem como marco na política brasileira o fim do ciclo Sarney e o início da administração de Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), cujo mandato viria a durar somente dois anos (1990-1992). Os fracassos nas tentativas de estabilização financeira do governo anterior impuseram a Collor e sua equipe a necessidade de novos rearranjos na política econômica brasileira, que encontrava-se extremamente instável e fragilizada. O resultado prático deste processo foi a criação do Plano Collor, que teve como mentora intelectual a economista Zélia Cardoso de Mello.

De um modo geral, tratava-se de produzir um choque deflacionário que fosse capaz de reduzir a liquidez da economia, aliando a abertura comercial de 1989 ao ajuste fiscal, buscando a redução do déficit público como meio de conter a inflação, período esse que teria “início um amplo programa de privatização das empresas estatais e de abertura do mercado brasileiro mediante a liberação generalizada das importações.” (REZENDE, 1999, p.184).

O plano Collor, aplicado em 15 de março de 1990, tal qual o Plano Verão, no que diz respeito à composição da balança comercial brasileira no referido período, manteve sua política de não restrição às importações, mediante a eliminação de medidas tarifárias que buscavam restringir este processo. Aliado a isto, destituiu a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), implementada por Getúlio Vargas (1953), cujo objetivo central era a comercialização direta dos produtos brasileiros, abandonando, portanto, a política oficial de exportação brasileira. Segundo a literatura, o plano Collor possuía ainda como objetivos:

(1) um brutal choque deflacionário com a redução da liquidez; (2) uma reforma monetária; (3) a retenção dos ativos monetários; e (4) uma política de aceleração do processo de privatização das empresas estatais. (ESPÍNDOLA, 2015, p.6)

Analisando as estratégias aplicadas sobre a orientação do plano Collor é possível observar o abandono das políticas estatais que buscavam propulsionar as vendas de produtos brasileiros para o mercado exterior, pois as prioridades agora se concentravam na abertura da economia brasileira para as importações. O segundo pilar residia no espectro das privatizações de setores produtivos ligados ao Estado, onde tais medidas buscavam atingir um processo de modernização forçada na estrutura produtiva e econômica brasileira. Contudo, tal perspectiva não levava em conta a existência das condições institucionais e infraestruturais necessárias, somado aos custos sociais envolvidos para que tal objetivo fosse alcançado, pois:

Paralelamente, a liberação das importações visava forçar a indústria nacional a promover uma maior flexibilidade dos preços, mediante incorporação de ganhos por produtividade, o que implicava em uma modernização tecnológica acelerada, sob pena de se ver expulsa do mercado por meio da concorrência com produtos de procedência externa, que apresentavam preço menor e qualidade maior. (REZENDE, 1999, p. 185)

O processo de inserção do Brasil no mercado mundial planejado pelo governo Collor ignorou o fato de que a entrada indiscriminada de produtos importados em território brasileiro atingiria diretamente indústria nacional, que sofreria as consequências do processo de competição desigual, por apresentarem as características particulares do processo de industrialização tardia do Brasil. A estratégia criada não possibilitava uma igualdade na disputa pela hegemonia do mercado consumidor brasileiro, e desta forma promoveu um "sucateamento do parque industrial, frente a maior competitividade dos produtos estrangeiros em preço ou em qualidade" (REZENDE, 1999, p. 186).

O plano, para inserir o Brasil na rota da economia globalizada, teve sua base fundamentada na política de importações aplicada com maior efetividade a partir de 1989; entretanto, o governo Collor, em março de 1991 decide pela adesão a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), de caráter supranacional, constituído por Argentina, Uruguai e Paraguai, onde o Brasil configurava-se como a economia hegemônica. Tal esforço foi louvável no sentido de fortalecer um bloco econômico comum para a América Latina, mas, de longe, não foi o suficiente para transformar o quadro econômico brasileiro.

Como salientamos, a política econômica visando às importações adotadas proporcionou um salto quantitativo na entrada de bens produzidos fora do Brasil, sobretudo da Europa, Estados Unidos e Ásia, transformando o território nacional em:

[...] Corredor de importação/reexportação. Dadas as facilidades de importação viabilizadas pela administração Collor de Mello, produtos estrangeiros passaram a inundar o mercado nacional, produzindo um duplo efeito: Por um lado, inibiram a produção industrial brasileira (já penalizada pela brusca redução da demanda agregada interna), e por outro, incentivaram as compras dos parceiros do Mercosul de mercadorias estrangeiras em oferta no mercado brasileiro. A prática de reexportação, sem distribuição de bônus internos, tornou-se a mecânica da atividade econômica nacional (REZENDE, 1999, p. 186)

A política de importações atingiu resultados que foram para o caminho oposto do que foi preconizado pelos idealizadores teóricos do governo Collor, pois, por um lado, sufocou a indústria nacional que era pouco dinâmica e complexa, e que agora, desassistida do ponto de vista das políticas públicas do Estado se encontravam com mais limitações para se sustentar no mercado.

Com relação a nossa participação no Mercosul como economia hegemônica à época, deixamos de comercializar os produtos nacionais e passamos a redistribuir os

produtos importados, que, se comparado aos nacionais, possuíam custos inferiores pois os processos produtivos dos países no qual o Brasil importava estes produtos eram mais avançados se comparados com a realidade nacional.

Dentro destas questões, destacamos que os processos produtivos tornam-se mais dinâmicos na medida em que existe a possibilidade de incremento de capital excedente na forma de tecnologia, possibilitando, por exemplo, a massificação da produção. Este processo barateava os custos, criando diferenças hierárquicas entre os países na divisão internacional do trabalho.

O plano de ajuste adotado por Collor apresentou resultados negativos que não foram eficazes na estabilização da economia brasileira, que, aliado a outros fatores, prejudicou seu mandato enquanto presidente da república, o forçando a renunciar em dezembro de 1992, quando a inflação ultrapassava os 25% mensais, acumulando uma taxa anual de mais de 1100% (Rezende, 1999). Portanto, quantitativamente falando, o plano Collor mostrou um:

[...] crescimento de apenas 1,0% do PIB, em 1991, e de -0,5%, em 1992; uma exportação de US\$ 33,8 Bilhões na média e as importações em torno de US\$ 20,7 Bilhões, com um saldo comercial de US\$ 12,9 Bilhões, no referido período. Em 1993, as importações haviam crescido 22,8% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações foram acrescidas de 7,74% (ESPÍNDOLA, 2015, p. 6)

Apesar de todos os aspectos negativos envolvendo o Plano Collor, ele foi extremamente eficaz no que tange o processo neoliberal de reestruturação do Estado e da economia brasileira. Durante este período ocorreram mudanças significativas na administração pública, através do “enxugamento” da máquina pública e na macroeconomia através das importações enquanto força motriz da economia nacional, e, sobretudo, nas privatizações, aspectos estes que seriam mantidos e intensificados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

3.4 O plano real de Itamar/FHC (1993): a consolidação do projeto neoliberal no Brasil

O fracasso alcançado pelo plano Collor justificou a necessidade de execução de mais um plano de estabilização econômica, sendo este aplicado em 1º de março de 1994, intitulado *Plano Real*, realizado durante a gestão de Itamar Franco (1993-1994), pelo até então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. De um modo geral, o plano foi alicerçado através da criação de um indexador econômico diário

(URV), corretor de salários e preços, que tinha como função primordial combater a inflação, comportando uma reforma monetária em duas etapas.

Cabe ressaltar que o plano real foi extremamente eficaz no que tange o cessar do processo inflacionário; tal sucesso reside na adesão de uma alta taxa de juros reais elevada (aproximadamente 20% anuais) e uma taxa de câmbio na faixa de R\$1,00 = US\$1,00. Esta perspectiva teve como reflexo um estímulo para o fluxo de capitais externos, decorrente de uma taxa de juros superior às correntes no mercado internacional.

Outra efetividade reconhecida deste ciclo da economia brasileira está relacionada à maior participação do segmento da sociedade que possuía baixa renda no mercado consumidor, pois os índices inflacionários encontravam-se baixos; os preços variavam apenas em relação às leis de oferta e demanda. Paralelamente, a indústria nacional passava por um processo de modernização forçada, com o objetivo de se adaptar às regras da livre concorrência em uma economia cada vez mais globalizada:

A combinação de altas taxas de juros e de paridade cambial teve o triplo efeito de acelerar a retomada da atividade produtiva nacional mediante a ampliação das vendas a varejo à vista; de forçar o melhor desempenho da indústria nacional via concorrência com produtos importados a preços baixos (REZENDE, 1999. p.190)

Todas as pontuações feitas no parágrafo anterior aliam-se a questões relacionadas diretamente com a conjuntura política brasileira, sendo elas, respectivamente: (I) Segmentos tradicionais temerosos com o avanço dos ideários de esquerda; (II) Empresários que visavam à privatização de indústrias estatais e (III) Setores reformistas apostando na inserção brasileira acelerada no mercado mundial. Todas estas frações políticas aliaram-se através da constituição de um bloco político de coalizão, respaldado por uma significativa parcela da sociedade civil, que agora se via inserida no meandro de consumo. Esta conjuntura garantiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para presidente da república no ano de 1994.

Conforme demonstrado, o plano real foi eficaz em combater a espiral inflacionária, entretanto, o mesmo teve como reflexo uma série de impactos negativos na economia brasileira, sendo o primeiro relacionado à questão do desemprego, que passava agora por um período de crescimento, aumentando de 5,1% para 7,5% em 1995 (ESPÍNDOLA, 2015). Portanto, o desemprego estrutural tornou-se realidade

neste período, configurando-se como uma das facetas da plena inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, pois:

A plena inclusão da economia brasileira no mercado mundial força os setores produtivos nacionais a promover um ajuste estrutural, a fim de poderem competir em igualdade de condições com bens, serviços e mercadorias de procedência externa [...] ocorre que esse ajuste necessariamente deve se dar por um aumento de produtividade, por meio da racionalização dos processos produtivos e/ou administrativos, mediante a substituição de pessoas pelo binômio informática/robótica. Em outras palavras, o desemprego torna-se estrutural. (REZENDE, 1999, p.192)

O desemprego estrutural decorrente de suas particularidades, afeta a economia em três diferentes segmentos: (I) o consumo global é negativamente afetado; (II) o Estado apresenta decréscimos na arrecadação tributária; e (III) congelam-se os investimentos em estruturas produtivas. Entretanto, estas características não viriam a ser a única distorção de adoção do Plano Real, pois a opção por este modelo atingiu outras frentes, como as estruturas produtivas nacionais e a diminuição da autonomia do Estado perante crises econômicas externas.

Do ponto de vista relacionado à balança comercial brasileira, o plano real, tal qual o plano Collor apresentou como resultado a partir de 1990 um crescimento substancial das importações, superando os índices mundiais em um ritmo acelerado, resultando em um déficit na balança comercial brasileira de US\$ 3,3 Bilhões em 1995; e US\$ 6,6 Bilhões em 1998 se comparado ao ano de 1994 cujo superávit era de US\$ 10,4 Bilhões. Tal consequência surge como reflexo da política comercial brasileira, que nesta década estava:

[...] condicionada ao uso do câmbio como âncora nominal de preços. Nesse período, a valorização cambial levou à perda da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional o que, por sua vez, dificultou as exportações e ampliou as importações. (ESPÍNDOLA, 2015, p. 8)

O governo Fernando Henrique Cardoso teve como um dos pilares estruturantes de sua reforma econômica a abertura indiscriminada da economia brasileira para a circulação mundial de capital e mercadoria. A fundamentação teórica usada como aporte para a questão do desenvolvimento do capitalismo no contexto da América Latina pode ser encontrada na íntegra na obra de Cardoso e Falleto (1970), intitulada *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, configurando-se como uma influente contribuição acerca do desenvolvimento econômico na América do Sul.

Através da leitura atenta da obra citada é possível retirar excertos que justificam do ponto de vista teórico uma série de medidas adotadas durante a reformulação econômica proposta pelo Plano Real. A primeira diz respeito aos diferentes processos de industrialização no continente sulamericano, já que, na visão de ambos, as forças motrizes que impulsionaram o fenômeno de industrialização tardia na periferia do sistema capitalista mundial estariam todas ligadas à conjuntura política externa aos países, onde:

[...] a tese central do mesmo encontra-se no seu último capítulo, intitulado “A Internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência”. Neste capítulo, Cardoso procurará demonstrar, primeiramente, que as condições internacionais que deram sustentação à industrialização latino-americana entre os anos 10 e os anos 50 deste século, eram absolutamente particulares, associadas às duas Grandes Guerras, à Grande Depressão e ao início da Guerra Fria. (PAIVA, 2007, p.10)

A visão apresentada pelos autores aponta que, ao término desta conjuntura política internacional, passaram a existir diferentes padrões de industrialização na América Latina. As diferenças nos acordos políticos adotados e na pré-existência de condições infraestruturais básicas variam de país para país, resultando em diferentes graus de avanço e efetividade das políticas industriais (CARDOSO e FALETO, 1970).

O período que sucede a conjuntura política abordada anteriormente, no que diz respeito à continuidade do processo de industrialização na América Latina, representaria para os autores um momento no qual o leque de possibilidades de políticas econômicas para os países dependentes estaria amplamente restrito, restando dois caminhos: (I) A abertura das economias nacionais para os capitais estrangeiros e (II) A superação do capitalismo e a construção socialismo:

as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como são na realidade, salvo se se admite à hipótese de uma mudança radical para o socialismo. (CARDOSO e FALETO, 1970, p.120)

Ainda sobre a referida obra citada anteriormente, vale ressaltar que, conforme demonstrado, alguns grupos a classificam como uma das mais importantes obras relacionadas à teoria da dependência. Entretanto, de modo antagônico, visões divergentes apontam que as formulações defendidas no texto caminham de forma oposta, ou seja, para a negação de postulados comuns que constituem a base das

diferentes versões acerca da dependência latino-americana, constituindo assim um viés "antidependentista", pois:

Defendemos o ponto de vista de que *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* não pode ser tomado como um dos grandes marcos genéticos da Teoria da Dependência. Pelo contrário, pretendemos que este trabalho consubstancie a primeira grande crítica negativa daquele conjunto (vago, subdeterminado, portador de contradições internas e etc) de formulações que identificavam no padrão de articulação das economias latino-americanas às economias capitalistas centrais a razão de ser do subdesenvolvimento das primeiras. (PAIVA, 2007, p.4)

O Plano Real defendia que somente a abertura comercial se configuraria como uma estratégia econômica que apresentaria resultados efetivos em um contexto que assinalava cada vez mais para a integração econômica mundial. Esta tendência hegemônica por sua vez, possuía como resultado o processo de integração econômica a nível mundial que garantia a manutenção das relações de dependência dos países periféricos da América Latina com as nações do centro dominante da economia capitalista (PAIVA, 2007). Cardoso e Falleto (1970, p. 126-127), reconhecendo essa sustentação de dependência, não tardam em apresentar argumentos buscando amenizar esta variável e dar sustentação a sua teoria, pois para eles:

São somente superficiais as semelhanças que parecem existir entre essa nova forma de dependência que existe nas economias formadas por através de enclaves. [...] talvez poder-se-ia dizer que nesse caso acontece o contrário do que ocorre em uma economia de enclave, pois enquanto *as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente do exterior*, o consumo é interno. Inclusive, nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.

A concepção de desenvolvimento para a América Latina formulada por Cardoso e Falleto (1970), surge em um movimento de contraposição às idéias defendidas pelos criadores da teoria marxista dependência, a citar os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos (in memorian). Paiva (2007) aponta também a oposição as teorias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e frações da esquerda nacionalista e anti-americanista dos anos 50.

A oposição ideológica feita ao "cepalismo tardio" do qual Cardoso utiliza como referência as leituras feitas por Florestan (2005), encontra suas raízes fixadas nas diferentes manifestações na questão da dependência da América Latina, que, decorrente das dinâmicas oriundas do capitalismo posterior a segunda metade do

século XX, viriam a surgir formas progressas de dependência, onde a integração plena ao mercado mundial teria como resultado uma perda relativa da autonomia dos Estados perante o controle de sua economia, já que:

O Estado nacional [podia] dirigir, dentro de suas fronteiras, uma série de instrumentos políticos como resposta às pressões do mercado externo e conseguir assim resguardar parte da autonomia nacional precisamente nas decisões de investimento e consumo; para o *novo tipo de desenvolvimento*, os mecanismos de controle escapam parcialmente ao âmbito interno, na medida em que certas normas universais no funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento. (CARDOSO FALETO, 1970, pp. 129-130).

Entretanto, a curiosidade encontrada na leitura sobre o novo tipo de desenvolvimento apresentado em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* reside no fato de que, para os autores:

tal ordenamento supranacional (que implica abrir mão de políticas monetárias – e, por consequência, cambiais – ou de emprego autônomas) não envolve um aprofundamento da dependência (PAIVA, 2007, p.11)

A sustentação teórica utilizada para defender tal leitura encontra-se no fato de que os entraves relacionados à dependência de produtos importados viria a ser superado através da chegada de indústrias multinacionais produtoras de bens de capital em território brasileiro, que viria a ser concretizada através da abertura comercial aplicada pelo plano real, onde os vínculos com o mercado internacional se dariam através de relações *interdependentes*, característica essa, segundo os autores, normal em economias modernas (CARDOSO e FALETO, 1970).

O campo crítico a teoria formulada por Cardoso e Falleto não pouparam esforços em demonstrar o caráter extremamente desnacionalizante (ESPÍNDOLA, 2015) do ponto de vista econômico, resultante da aplicação do plano real, pois, conforme demonstrado anteriormente, a estratégia de superação da dependência latina defendida pelo campo da social democracia brasileira encontrava-se na internalização de setores produtivos de capital internacional, não havendo para eles efeitos colaterais relacionados à adoção de tais estratégias (PAIVA, 2007). As críticas ao plano real são feitas através da demonstração de distorções, demonstrando de forma antagônica que:

A desvantagem básica que a desnacionalização comporta é a progressiva dificuldade do Estado para conseguir controlar certos fatores econômicos

importantes, como preços, ritmos produtivos e substituição de tecnologia, por exemplo, em uma época de crescente capacidade de pressão do capital transnacional sobre os Estados nacionais. Corre-se o risco de o *mercado globalizado substituir o Estado* em decisões econômicas estratégicas, tornando-o refém inerte das flutuações econômicas mundiais. [...] a economia globalizada significa a existência de um *mercado internacional único*, onde os fluxos de capital e a circulação de bens econômicos naturalmente obedecem a uma dinâmica interdependente. (REZENDE, 1999, p.194)

O processo de abertura comercial aplicado através do plano real possuía ainda uma faceta da qual Cardoso e Falleto ocultaram dos seus escritos, onde a limitação encontrada em suas análises reside no fato de não compreender que: (I) A instalação de setores de capital internacional em território brasileiro, amenizaria, naquele contexto histórico específico, as consequências da dependência brasileira somente do ponto de vista conjuntural; (II) Estruturalmente falando, a raiz do problema ainda continuaria intacta, na medida em que a indústria de capital nacional se encontraria ainda estagnada e pouco dinâmica, garantindo, portanto, a manutenção das relações de dependência, na medida em que o “financiamento externo torna-se imprescindível, seja como investimento direto ou como capital de empréstimos” (REZENDE, 1999, p.195). Portanto, ao contrário do que aponta os autores, a abertura econômica não só seria ineficaz, como elevaria a relação da dependência de insumos básicos e bens de capital (ESPÍNDOLA, 2015) e para, além disso, reafirma o caráter desnacionalizante, pois:

Produziu um elevado estoque de capital privado nacional bom e barato que foi parar nas mãos do capital estrangeiro. O processo de privatização das estatais produtoras de serviços industriais de utilidade pública impôs a elas o mesmo destino (PAULANI, 2008, p.22)

Os anos de 1990, marcado pelo avanço de políticas neoliberais na América Latina, cujas estruturas do pensamento econômico acompanhavam tendências mundiais alinhadas ao Consenso de Washington, são classificados como um período onde a subordinação foi consentida, na medida em que novas formas de dependência surgiram nesse contexto, resultado de um “excessivo poder de comando e controle de sua estrutura produtiva nas mãos do grande capital transnacional, principalmente nos setores de média e alta tecnologia” (SAWAYA, 2014, p.126).

Portanto, as novas estratégias de industrialização brasileira nos anos 90, passaram agora a ser permeadas por preceitos neoliberais, cujo poder político está fundamentado através da destituição do caráter nacional desenvolvimentista dos

Estados Nacionais tendo como produto, diferentemente da ideia defendida por Cardoso e Falleto (1970), o surgimento de novas formas de dependência, resultado do controle do capital internacional sobre o processo de industrialização pesada. Sinteticamente, essa nova estratégia:

[...] constitui-se a partir da instrumentalização do próprio Estado como planejador do chamado “tripé de acumulação”: o Estado Nacional integra o projeto de industrialização como responsável por investimentos em setores básicos, infraestrutura e crédito de longo prazo, o capital produtivo internacional torna-se responsável pelos investimentos nos setores de média e alta tecnologia (bens de consumo duráveis; e o capital produtivo nacional participa dos investimentos nos setores da indústria tradicional (bens de consumo não duráveis, onde já estava) e, de forma subordinada, integra o “tripé” como fornecedor de partes de peças e componentes - o formato de *spillover* interno de tecnologia – para o grande capital transnacional. (SAWAYA, 2014, p.126)

Podemos afirmar que a década de 90 representa para o Brasil um momento de intensificação e reformulação das relações de subordinação perante o capital internacional, que neste momento passava por um processo de reestruturação produtiva profundamente marcada pela centralização global de capital, cujas ações objetivavam um aumento na liberdade de movimento de capitais (SAWAYA, 2014). A ascensão do neoliberalismo no Brasil pode ser compreendida através de dois fatores determinantes: o primeiro diz respeito ao fato de que tal orientação política e econômica é uma imposição que busca como objetivo central garantir a continuidade do processo de acumulação mundial de capital; segundo, no Brasil, tal estratégia política foi formulada pela elite nacional em um contexto de crise inflacionária, endividamento externo e sucateamento produtivo/estatal ao longo dos anos 80, garantindo assim a necessidade de adoção de um novo plano de desenvolvimento econômico. Sinteticamente falando:

A adoção do neoliberalismo no Brasil nos anos 90 teve uma dupla determinação. De um lado, foi resultado de uma adoção de governo deliberada, transformada em prática por políticas que deram total liberdade ao movimento dos capitais produtivos e financeiros internacionais, costurada com amplo apoio do bloco de poder interino constituído. De outro, foi o resultado da “ideologia da globalização” internacional, materializada em recomendações políticas que garantiam os interesses do capital mundial produtivo e financeiro. (SAWAYA, 2014, p.129)

O reflexo do novo modelo de desenvolvimento econômico adotado no transcorrer da década de 90 está relacionado diretamente a uma intensificação da dependência brasileira perante o movimento do capital mundial, pois agora as decisões

relacionadas à estrutura produtiva nacional estavam sobre o controle do capital internacional em um grau de intensidade maior se comparado a conjunturas anteriores.

Este reflexo do projeto neoliberal tem como produto o processo de fragilização do Estado e da economia brasileira, pois, como apontamos, sua viabilização estava fundamentada no desmantelamento do estado desenvolvimentista, e, neste contexto específico, passará a agora a atingir o capital privado nacional, que agora se via encurralado pelos produtos oriundos da política de importação e pela pressão da concorrência desigual com empresas transnacionais (SAWAYA, 2014). Conforme apontado por Fiori (2013) o que ocorreu neste momento foi uma transnacionalização dos centros de decisão e da estrutura produtiva brasileira, que agora se via comandada pelo capital originário de fora de suas fronteiras territoriais.

Faz-se importante demonstrar que a *transnacionalização* da estrutura produtiva brasileira promovida pelos neoliberais citada no parágrafo anterior apontada por Fiori (2013), é resultado da mudança de paradigma no que tange a integração dos países periféricos perante a economia mundial, pois como desenvolvemos, este período é marcado por uma forte submissão da cadeia produtiva nacional ao capital internacional, que agora mediam as ações das mesmas com o propósito de garantir seus interesses privados. Entretanto, existem algumas diferenciações substanciais nas estratégias utilizadas pelas multinacionais visando à inserção e o domínio de novos mercados, pois:

submeter-se ao movimento do capital global foi uma política deliberada dos anos 90, como, de certa forma, haviam sido as estratégias de industrialização associadas ao “plano de metas” – (1956 – 60) e “milagre econômico” (1966 – 73). Os contextos diferem. Antes, a estratégia adotada podia ser chamada de “desenvolvimentista associada” e envolvia política de Estado, agora totalmente desmantelado; nos ciclos de crescimento anteriores, o processo de acumulação mundial de capital integrava a periferia pela transferência de plantas produtivas via IDE. Nos anos 90, o movimento do capital no mundo caracterizava-se pela reordenação produtiva baseada em *fusões e aquisições* (ibidem), um processo de centralização mundial de capital no qual os capitais mais fortes tanto enxugavam sua estrutura produtiva pela centralização de plantas espalhadas pelo mundo em uma só, bem como *eliminam os capitais mais fracos*. (SAWAYA, 2014, p.130)

O processo de Fusões e Aquisições utilizado pelo capital internacional como estratégia para o domínio da economia nacional são definidas através da combinação, amigável ou não, entre duas ou mais empresas; as aquisições referem-se à compra

das ações de uma empresa por outra, podendo atingir somente uma parcela das ações, ou mesmo a totalidade das mesmas, porém, neste processo, a empresa adquirida normalmente deixa de existir. Demonstraremos de forma sintética no quadro 2 as diferentes tipologias, definições e possíveis objetivos.

Quadro 2 – Fusões e Aquisições: classificação e principais motivações

Tipo	Definição	Possíveis objetivos
Horizontal	Fusões dentro de uma mesma indústria ou segmento	Obter de economias de escala e escopo Elevação do market-share Penetrar rapidamente em novas regiões
Vertical	Fusões de empresas que estão à frente ou atrás da cadeia produtiva	Maior controle sobre as atividades Proteção do investimento principal Maior facilidade na distribuição dos produtos assegurar matérias-primas (eventualmente a custos mais baixos)
Concêntrica	Fusões de empresas com produtos ou serviços não similares que apresentam algum tipo de sinergia	Diminuição dos custos de distribuição Diversificação do risco, Adquirir rapidamente o know-how no setor Ampliar a linha de produtos Entrar em novos mercados
Conglomerado puro	Fusões sem qualquer tipo de sinergia	Diversificação do risco Aproveitar as oportunidades de investimento

Fonte: (BORGES e COSTA, 2008). Adaptado pelo autor

Até o presente momento da pesquisa, os esforços se concentraram no sentido de apresentar, do ponto de vista teórico, os diferentes planos econômicos aplicados no Brasil que ocorreram após o período de crise cíclica do capitalismo iniciado em 1973. Procuramos demonstrar os efeitos positivos e negativos - no que diz respeito aos diferentes elementos que compõem a totalidade da economia brasileira - como a balança comercial, o PIB, as importações e as exportações. Abordamos também os

aspectos relacionados ao processo de industrialização brasileira durante este período, todos fundamentados em um aporte teórico da economia política.

Conforme demonstramos no transcorrer do texto, os anos 1990 representam o período em que a política econômica brasileira estava fundamentada por ideários neoliberais que buscavam garantir a continuidade do processo de acumulação de capital, onde as ações aplicadas pelos governos possuíam como objetivo tornar o território brasileiro atrativo para os investimentos diretos do capital internacional. A tabela 1 mostra os fluxos de IEDs.

Tabela 2 – Fluxos de Investimento Externos Diretos (IEDs) em países selecionados (US\$ Milhões) 1990-2001

Países/regiões	1990-1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

(*) média anual:

Fontes: Bacen, Cepal e Unctad, 2021. Organizado pelo autor.

Fica claro ao observar os dados referentes à questão brasileira que após a aplicação do plano real, sobretudo na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou a absorver quantias de capital internacional que foram aumentando significativamente na medida em que a década de 90 se desenrolava. Um fator importante ligado a utilização deste capital também já foi abordado ao longo deste texto, e ele está relacionado às privatizações e fusões e aquisições no qual estes capitais estavam concentrados, pois

Durante o governo FHC fica mais evidente a penetração do capital estrangeiro praticamente em todos os segmentos produtivos e financeiros, levando a um aumento do passivo externo líquido do país. [...] Enfatizando ainda este aspecto, temos o fato de que a participação do capital estrangeiro no valor da produção brasileira saltou de 10% do PIB em 1995 para pelo menos 15% em 1998. [...] A partir da segunda metade da década de 1990, conforme observado nos relatórios do *Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil* do Banco central, a economia brasileira registra um crescimento do fluxo de capital externo direcionado principalmente aos processos de privatizações e fusões e aquisições. Em 1994, a participação do capital estrangeiro nestas operações era de 48% do total, passando para 56% em

1995, no ano seguinte atingiu 60% e em 1999 alcançou 70% do total. (ANNA, 2017, pp. 4-5)

Os anos 1990 representam o auge das políticas neoliberais no país, resultando em um amplo processo de privatizações e desnacionalizações que passaria a atingir diversos setores da economia brasileira. O projeto político-econômico que se inicia através do Plano do Verão (1989) é aprofundado pelo Plano Collor (1990) e intensificado pelo Plano Real (1993), criando as condições político-institucionais necessárias para que o projeto neoliberal fosse eficaz em seus objetivos, alterando diretamente as formas e funções do Estado brasileiro e seu papel como agente de produtor da política econômica do território brasileiro.

O governo Fernando Henrique Cardoso e a sua compreensão sobre a questão da dependência brasileira construíram um projeto que foi na direção oposta daquilo que foi defendido através da teoria: aprofundou a dependência da economia nacional ao capital internacional, destruiu os setores produtivos brasileiros através do amplo processo de privatizações e da abertura da economia brasileira para as multinacionais, que desnacionalizaram diversos setores da nossa economia através de estratégias variadas, como os processos de fusões e aquisições.

4 A geopolítica do imperialismo e as continuidades, discontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território no Brasil: uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva

O objetivo do desenvolvimento deste capítulo e de suas subseções consiste em analisar os governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2011) no que refere-se aos fatores relacionados aos processos neoliberais de privatização do território. Para que isso fosse metodologicamente possível, realizamos um levantamento de dados que nos oferecem subsídios para compreender dentro do recorte espaço-temporal da pesquisa as seguintes variáveis: (I) Privatizações/concessões concluídas e (II) Ingresso do capital internacional sobre a forma de IEDs.

Este capítulo é fracionado em três subseções para além da presente nota introdutória, e tem como objetivo central apresentar uma síntese sobre os conceitos que irão operacionalizar as análises que propomos para esta parte da pesquisa. O tópico 4.1 apresenta nossa leitura teórico-metodológica sobre os conceitos de continuidade, discontinuidade e transformações, configurando-se como uma das faces da abordagem geográfica do território que visa contemplar o movimento histórico e multiescalar dos processos político-econômicos (Saquet, 2007).

O tópico 4.2 representa um complemento nas discussões feitas anteriormente, na medida em que procura realizar uma exposição dos documentos jurídicos que regulam dois processos político-econômicos distintos a serem analisados na pesquisa, as privatizações e as concessões. O encerramento deste capítulo acontece no item 4.3 e 4.4 que consiste em uma análise crítica sobre os governos FHC e Lula, avaliação que ampara-se em uma base de dados que será examinada através de leituras que procuram refletir sobre os temas que vem sendo trabalhados ao longo do desenvolvimento da dissertação.

4.1 A abordagem geográfica do território: processos de transformações, continuidades e discontinuidades

Este tópico será destinado ao desenvolvimento teórico-metodológico do que compreendemos como processos de transformações, continuidades e discontinuidades do neoliberalismo no Brasil. Destacamos que embora estes processos operem no campo da imaterialidade, eles se manifestam no território através de políticas econômicas, que, no que tange a pesquisa, tendem a ser tomadas

pelo Estado brasileiro.

Esta proposta de abordagem conceitual tem como ponto de partida as análises feitas por Saquet (2007), argumentando que o processo de produção do território dá-se através de um movimento constante e simultâneo, centrado na convergência entre o tempo histórico e o agora, coexistindo e se materializando na vida cotidiana. Trata-se, portanto, de uma dinâmica territorial multiescalar que abarca uma “conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N)” (SAQUET, 2007, p.56)

Nossas análises partem de um pressuposto fundamental formulado por Saquet (2007), apontando que a convergência entre as esferas política, econômica e cultural através da sua relação e unidade representam efetivamente o processo de constituição do território. Desta forma, este conceito é produto do processo de apropriação e domínio social, e, portanto, apropriado e construído socialmente através de diversos agentes, a incluir o Estado, que assume centralidade em nossa pesquisa. Estas relações ocorrem em um campo de poder e se materializam através de diferentes relações socioespaciais que grupos e agentes mantêm com a utilização do território.

A abordagem teórico-metodológica adotada em nossa pesquisa compreende que o território é historicamente organizado/apropriado por agentes por meio de ações políticas, jurídicas e econômicas. Estas relações de domínio e controle social possuem um caráter político-ideológico que acompanha as lógicas de funcionamento do modo de produção capitalista que estrutura a sociedade, cujos significados alteram-se e (re)organizam o campo das relações sociais.

As relações que produzem o território são executadas por diferentes agentes e atuam dentro uma perspectiva multiescalar (SILVA e ETGES, 2019), resultado de uma expressão relacional de múltiplas escalas (Global/nacional)¹³ e de processos (Políticos, Econômicos e Culturais) que articulam-se entre si, formando uma totalidade (território).

De acordo com Saquet (2007) as características supracitadas são essenciais ao movimento histórico de constituição do território. Para a nossa abordagem teórico-metodológica, destacamos o papel central dos processos políticos, econômicos e jurídicos que constituem a formação do território, pois representam uma expressão

¹³ Não descartamos a importância da escalas regional e local nos processos de produção do território. Enfatizamos as esferas global e nacional por conta da importância para o desenvolvimento da pesquisa.

geográfica da dominação social de uma área, implicando em significativas alterações espaciais.

A conversão de uma determinada área em território acontece mediante a incidência da dimensão política, na medida em que o Estado usa este espaço para controlar, influenciar e determinar regras/ações de grupos ou indivíduos, buscando comandar recursos, fenômenos e relações, “delimitando e efetivando o controle sobre uma área (SAQUET, 2007, p. 65)”.

Outro importante destaque concentra-se no fato de que esta autoridade/influência pode encontrar-se fora do território no qual pretende-se controlar, aspecto fundamental para a nossa pesquisa. Trata-se, portanto, de uma compreensão que busca abordar as diferentes dimensões e quais os respectivos papéis desempenhados no processo de produção e controle do território dentro de uma perspectiva multiescalar.

Conforme citamos, a dimensão política externa incide diretamente nas tomadas de decisões do Estado brasileiro na formulação de sua política econômica, sobretudo quando falamos de estratégias voltadas para atrair o capital internacional na forma de IEDs para o território nacional, assimilando internamente as estratégias do imperialismo. Este processo foi intensificado a partir do momento em que a globalização e o neoliberalismo passaram a orientar e organizar o desenvolvimento das economias dos países periféricos, como é o caso do Brasil.

Reconhecemos, portanto, a articulação sistêmica (IANNI, 1998) da globalização e do neoliberalismo, que representa um novo modelo organizativo do modo de produção capitalista na virada do século XX para o XXI. Neste cenário da Geopolítica do imperialismo contemporâneo, o Brasil encontra-se em um novo patamar de dependência com relação aos países do centro do capitalismo, que passam agora a adquirir os sistemas de produção e de infraestrutura pré-existentes mediante processos de privatizações e, por meio disso, efetua-se o domínio político do território nacional por parte do capital internacional.

A partir desta nova dinâmica de funcionamento do capitalismo surgem o que compreendemos como continuidades, descontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro. Iremos utilizar estes conceitos como ferramentas operacionais buscando avaliar os anos em que Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva estiveram na presidência da república, analisando a possível existência de reformas neoliberais ao longo de seus governos.

Desta forma, compreendemos por *continuidade* o processo de adesão a reformas neoliberais por parte do Estado, garantindo a manutenção do domínio político do território por parte do capital internacional. Tal fato ocorre através da privatizações de setores produtivos e de infraestrutura, empregando o uso corporativo do território, tendência inaugurada através do Plano Nacional de Desestatização nos anos de 1990, por parte do governo Fernando Collor.

No que refere-se a *descontinuidade*, podemos entender tal processo como uma ruptura com as políticas econômicas orientadas por preceitos neoliberais, onde o Estado passa a atuar mediante um conjunto de estratégias que vão na contramão de ações que visem privatizar o uso do território brasileiro, buscando romper com as relações de “subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional” (SAMPAIO JR., 2012, p. 674)

Por fim, temos o que denominamos de transformações do processo neoliberal que incide no território nacional nos governos analisados, as quais são responsáveis por mutações na forma como este processo se estruturou na passagem do final do século XX e início do XXI. Tal compreensão parte de um esforço dos estudos territoriais que buscam “identificar e caracterizar as mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural” (SAQUET, 2006, p. 82).

Em linhas gerais, a transformação do processo neoliberal brasileiro inaugura um novo cenário, combinando elementos de continuidade e descontinuidade, tornando-se um novo fenômeno, com características de funcionamento particulares no que refere-se à dimensão política e econômica que compõem o ordenamento territorial. Esta conversão gera como resultado uma nova e complexa forma de atuação do Estado que mescla características parciais de ruptura com a tendência neoliberal dos anos de 1990 (privatizações), e inaugura um novo período do pensamento econômico brasileiro, centrado em descontinuidades e transformações da forma como o neoliberalismo se implementaria no território.

O esforço interpretativo para compreensão desta nova etapa da economia brasileira tem como base os princípios da dialética, tendo em vista que “no salto, há mudanças sociais, territoriais e continuidades. A ruptura não comporta necessariamente uma perda da continuidade histórica” (SAQUET, 2007, p. 72). Sendo assim, as transformações pelo qual passa o processo neoliberal na virada do século

XX para o XXI não representa um período de mera continuidade ou ruptura com o ordenamento territorial neoliberal, mas sim uma tendência que mescla aspectos de doutrinas econômicas de campos que se colocam como antagônicos, resultando por exemplo, nas chamadas teorias "neodesenvolvimentistas", cujo:

desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos "positivos" do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR., 2012, p. 679)

A velha forma se transforma em uma nova roupagem do processo econômico, num movimento constante de descontinuidade e continuidade. O movimento de continuidade ocorre na ausência de mudança e na própria descontinuidade, que contém características do processo político e de totalidades anteriores. "Com isso, o velho não é eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo [...] Há, aí, uma destruição criadora, presente, lenta e veloz, multiforme, às vezes explícita e às vezes implicitamente. (SAQUET, 2007, p. 71)

4.2 As novas faces da geopolítica do imperialismo no Brasil: As Continuidades, descontinuidades e as transformações do processo neoliberal.

Buscando prosseguir com as discussões deste capítulo, iremos expor nesta subseção uma síntese sobre os marcos normativos que orientam as privatizações e concessões realizadas ao longo do nosso recorte espaço-temporal. Esta apresentação será feita mediante análise de documentos jurídicos disponíveis em plataformas oficiais do Estado, como o setorial de desestatização do BNDES, órgão responsável por realizar tais processos, além de leis do planalto central e bibliografias complementares.

Enfatizamos que embora a privatização e a concessão sejam processos distintos no que refere-se às formas operacionais de execução, elas fazem parte de um conjunto de estratégias inauguradas através do Programa Nacional de Desestatização (1990). O objetivo central deste projeto é, dentre outros, reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades 'indevidamente' exploradas pelo setor público (Brasil, 1990).

A escolha pelo desenvolvimento do marco legal das privatizações e

concessões logo após o tópico 4.1 tem um propósito que segue a linearidade da pesquisa. Pretende-se, com isso, evidenciar o processo de continuidades, descontinuidades e transformações pelo qual o processo neoliberal atravessou após a inauguração do Programa Nacional de Desestatização.

Conforme demonstramos em nosso capítulo 03, a agenda de desestatização aparece com maior força na política brasileira na década de 1980, conjuntura que viria a se fortalecer nos anos posteriores. Com a eleição de Fernando Collor (1990-1992) a privatização virou agenda central do programa econômico do governo, através da instituição do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990.

Ainda nos anos de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, é criado o Conselho Nacional de Desestatização, através da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que por sua vez revoga a Lei 8.031 de Collor. Tal medida representa um conjunto de ações que tinha como propósito central realizar um processo irrestrito de privatizações, seguindo de forma doutrinária as imposições do consenso de Washington e do FMI, colocando mais uma vez em evidência o poder do imperialismo enquanto política de dominação dos países da periferia do sistema capitalista.

Considera-se, portanto, desestatização (Brasil, 1997): (I) a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; (II) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade e (III) a transferência ou outorga de direitos sobre bens móveis e imóveis da União, nos termos desta Lei.

No que refere-se a nossa pesquisa, destacamos a centralidade do tópico (II) que versa sobre a transferência de serviços públicos para a iniciativa privada. Tal estratégia parte de um conjunto de ações que busca, conforme abordamos, “contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infra-estrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito” (Brasil, 1997).

De acordo com Art. 4 da Lei nº 9.491 as desestatizações podem ser executadas

através de um conjunto diverso de modalidades operacionais: (I) alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações; (II) abertura de capital; (III) aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição; (IV) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações; (V) dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos; (VI) - concessão, permissão ou autorização de serviços públicos e (VII) aforamento, remição de foro, permuta, cessão, concessão de direito real de uso resolúvel e alienação mediante venda de bens imóveis de domínio da União, (BRASIL, 1997).

Dentre as modalidades de desestatização apresentadas anteriormente, iremos nos ater com maior ênfase no desenvolvimento conceitual em torno de dois processos e suas diferentes tipificações: (I) privatizações e (II) concessões. A primeira representa a alienação de um empreendimento ou instituição pública para o setor privado por meio de contrato de compra e venda, normalmente realizada em forma de leilão público, transferindo a responsabilidade da garantia da continuidade de fornecimento do serviço prestado, juntamente com questões relacionadas à manutenção. Desta forma, o Estado brasileiro se isenta de toda e qualquer responsabilidade pela gestão do sistema de infraestrutura público e de suas ações. A administração fica a cargo do setor privado, que torna-se detentor integral da propriedade, cujas ações foram transferidas de forma permanente pelo Estado através do órgão responsável. A segundo, às concessões, por sua vez, são orientadas normativamente pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Ela prevê o poder concedente para União, Estado, Distrito Federal e o Município em transferir o fornecimento de atividades para a iniciativa privada.

Considera-se por concessão, portanto: (I) concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; (II) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder

concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo e (III) permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. (BRASIL, 1995).

Embora sejam modalidades integrantes do processo de desestatização preconizado pelo PND, a concessão opera de forma distinta da privatização, na medida em que o Estado transfere somente a administração de um equipamento público à iniciativa privada, que fica responsável pela prestação do serviço para a sociedade por um determinado prazo de validade. Este processo acontece mediante licitação, por meio da forma de concorrência prevista na Lei 8.987; entretanto, a titularidade das empresas e dos sistemas de infraestrutura permanecem sob a jurisdição do Estado.

No regime de concessão, é legalmente garantido à iniciativa privada o direito de exploração destes ativos durante o período estipulado pelo contrato de licitação, que retorna para a posse da União após o encerramento do prazo. Tal tipo de operação costuma ser comum em setores onde historicamente existiu uma hegemonia de controle por parte do Estado, como a transmissão de energia elétrica, serviços de água, saneamento básico e, mais recentemente, rodovias e aeroportos.

No processo de desestatização brasileiro existem duas formas de concessão de serviços para a iniciativa privada: Concessões comuns e Parcerias público-privada. A diferença entre as propostas reside sobre a forma de remuneração que a empresa vencedora da licitação irá receber pela prestação do serviço concedido pela entidade federativa (BRASIL, 2004).

Na concessão comum, o regime de arrecadação é mantido por meio de receita que vem do próprio usuário do serviço, além de outras arrecadações advindas da administração, mantendo o negócio autossuficiente e viavelmente rentável. Desta forma, o ente público que concede não precisa desembolsar nenhum tipo de verba para garantir que o contrato continue em funcionamento.

No que refere-se às Parceria Público-Privada (PPP), vale ressaltar inicialmente que elas são regulamentadas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da administração pública, formulada durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2006). De acordo com o artigo 2º a “Parceria público-privada é o contrato

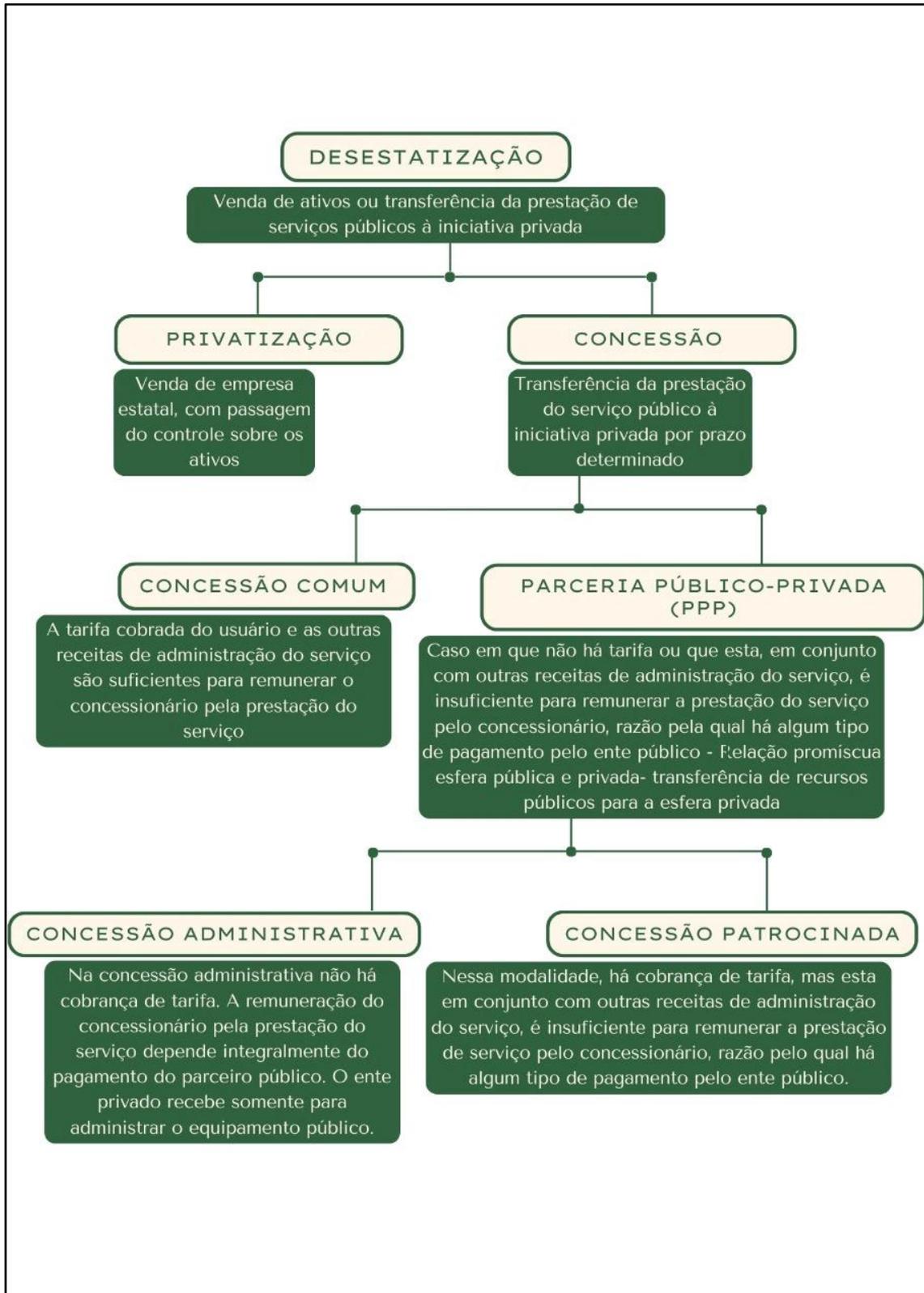
administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.” (BRASIL, 2004). A primeira modalidade (a Concessão patrocinada) consiste em uma “concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.” (BRASIL, 2004.) Desta forma, a cobrança de tarifa pelo serviço, juntamente com outras receitas de administração, é insuficiente para remunerar de forma satisfatória o concessionário, exigindo pagamento adicional por parte do poder público.

A segunda modalidade (Concessão administrativa), formalizada através de um “contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.” (BRASIL, 2004). Sendo assim, não há cobrança de tarifa, a remuneração do concessionário pela prestação do serviço depende integralmente do pagamento do parceiro público; o ente privado recebe somente para administrar o equipamento público.

Existem algumas regras gerais de funcionamentos da PPPs que se aplicam a todas as modalidades. A primeira delas é que o valor mínimo do contrato deve ser R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e o período de prestação do serviço seja superior a 5 anos. Por último, é vedado o tipo de contrato que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública (BRASIL, 2004).

Na figura 02 apresentamos uma síntese dos tópicos que foram discutidos ao longo deste subcapítulo.

Figura 02 – Infográfico sobre os processos de desestatização



Fonte: Brasil (1990; 1995; 2004). Organizado pelo autor.

Buscando finalizar as discussões, enfatizamos que o projeto neoliberal de privatização do território brasileiro, com grande incentivo estatal centrado no Plano

Nacional de Desestatização, passou por inúmeros processos de transformações. Inicialmente esta política operou por meio de uma única modalidade, a privatização, entretanto, com o passar dos anos, novas formas foram surgindo, dando novas roupagens ao neoliberalismo no Brasil e os seus impactos no território.

Para além disso, temos o fato de que a criação do PND em 1990 foi o resultado de uma adequação por parte do governo Fernando Collor, às imposições de ordem político-econômica de uma geopolítica imperialista do centro do capitalismo, mais especificamente dos Estados Unidos da América. Neste sentido, aceitar o receituário neoliberal de reformulação do Estado brasileiro era condição fundamental para tornar o território nacional suficientemente atrativo para os investimentos externos diretos.

Para além, garantia empréstimo de moeda em organismos supranacionais como o Banco Mundial e o FMI, visando financiar o desenvolvimento da economia nacional e, paralelamente, reforçando nossa condição de país periférico subserviente às políticas de dominação do imperialismo.

4.3 A agenda neoliberal e o território brasileiro: Uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva

O objetivo desta etapa consiste em realizar uma análise sobre os governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), buscando compreender as continuidades, discontinuidades e transformações pelo qual o processo neoliberal de privatização do território passou na passagem do século XX para o XXI.

Seguindo a perspectiva metodológica que orientou todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, iremos dividir esta subseção em dois tópicos, uma para a experiência de Fernando Henrique Cardoso e outra para o ciclo referente ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal estratégia faz parte de um esforço que busca compreender as transformações que o Plano Nacional de Desestatização passou através das diferentes estratégias e modalidades aplicadas no que refere-se ao processo neoliberal no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma análise que busca evidenciar os impactos ocasionados por esta agenda político-econômica no território nacional. Conforme demonstramos, dois marcos iniciais da trajetória do neoliberalismo no Brasil podem ser observados através da política de abertura comercial e do Programa Nacional de Desestatização (PND) por meio da lei nº 8031 de 12 abril de 1990 durante o governo

Fernando Collor. Tais estratégias buscavam, entre outras questões, acelerar o processo de privatizações das empresas estatais e rearranjar a posição do Estado na economia mediante a transferência de atividades exploradas pelo setor público para a iniciativa privada, questões estas fundamentais para a presente pesquisa.

O BNDES desempenhava papel central neste processo, na medida em que atuava não só na organização dos projetos de desestatização, mas também como órgão de apoio financeiro aos vencedores dos leilões. A eficácia no processo de reestruturação do Estado alcançado por estas estratégias fez com que elas fossem intensificadas nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), que buscou tornar o território brasileiro ainda mais atrativo para o capital financeiro internacional.

Tal processo de reestruturação econômica tinha como objetivo central a integração do Brasil na economia mundial, e para atingir tais metas adotou-se como estratégia principal a abertura da economia nacional para o capital internacional. Estes investimentos se materializaram no território nacional sobre a forma de IEDs ligados a leilões de bens/sistemas de infraestrutura nacional, os quais vinculam-se a União e/ou a governos em suas esferas estaduais, orquestrados por intermédio do Plano Nacional de Desestatização.

Tozi (2009) afirma que durante esta etapa existe um abandono da perspectiva de um “capitalismo nacional”, substituído por uma visão que aponta como caminho para o desenvolvimento a associação do capital nacional com o internacional, independente qual seja a sua origem. O processo torna mais complexo a distinção entre empresas nacionais e internacionais, acarretando uma internalização do processo de globalização no território, na economia e na política e, conforme aponta Santos (1996), a ordem global passa a impor aos lugares a sua racionalidade.

Neste contexto da "nova" política econômica do Estado brasileiro, podemos observar como resultados, com base nos dados do BNDES (2020), que entre os anos de 1990 e 1994 foram registradas a privatização de 33 empresas, cujas alienações geraram uma receita de US\$ 8,6 bilhões, somado ao acréscimo de US\$ 3,3 bilhões em dívidas transferidas ao setor privado, alcançando o resultado de US\$ 11,9 bilhões. Deste montante, os investimentos do capital internacional representaram uma pequena parcela de 5%, fato que iria mudar nos anos subsequentes.

Conforme apontamos, durante o governo Collor foram aplicadas reformas estruturais de caráter neoliberal na administração pública, através da redução do funcionalismo público e das funções do Estado enquanto órgão central de fomento da

política industrial brasileira. Macroeconomicamente falando, abriu-se a economia brasileira para as importações sem limitações, aliando o processo de privatização de setores produtivos ligado ao poder público, visando garantir o plano de metas formulado para os países periféricos para atender as demandas estabelecidas no consenso de Washington, aspectos que seriam intensificados quali-quantitativamente durante os governos Fernando Henrique Cardoso.

4.3.1 O PND assume a centralidade na política econômica brasileira: as privatizações nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)

O início do governo Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995 é marcado pela continuidade da política de estabilização da economia brasileira. Vale salientar que FHC chefiou a elaboração do plano real, durante a administração Itamar Franco, enquanto atuava como ministro da fazenda e das relações exteriores, cujo sucesso das estratégias adotadas garantiram sua eleição para a presidência.

Um dos pilares ideológicos de sustentação do plano real era, conforme demonstramos no capítulo 03, o reordenamento da posição do Estado na economia, adequando-se às imposições feitas pelo consenso de Washington para os países da periferia do sistema capitalista. Neste sentido, a proposta desta subseção consiste em avaliar os impactos no território da política neoliberal de privatizações aplicadas ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso.

Utilizamos como base de dados principal o relatório de atividades do Plano Nacional de Desestatização, organizado pelo BNDES. Através dele realizamos um levantamento de todos os processos de privatizações concretizados entre os anos que competem os governos Fernando Henrique Cardoso. Como fonte complementar, nos amparamos no censo de capitais estrangeiros do BACEN, que demonstra a evolução dos investimentos externos diretos feitos no território brasileiro entre os anos de 1995 a 2002.

Notamos então alguns aspectos formulados por Cardoso e Falleto (1970), haja vista que eles justificam, do ponto de vista teórico, um conjunto de ações aplicadas durante a ‘estabilização’ econômica orquestrada pelo Plano Real. Vale salientar inicialmente que a eleição de 1994 representou, de acordo com Almeida (2010), um desfecho do processo de transição democrática. O programa de governo dos dois principais candidatos, a citar Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se concentrava em torno do aprimoramento da democracia pela via do

afastamento da crise inflacionária que solapava a economia brasileira.

O que diferenciava os candidatos, naquele contexto específico, eram as estratégias adotadas para atingir o objetivo final, amplamente concentrado em torno da estabilidade da economia nacional. Luiz Inácio Lula da Silva representava, naquela eleição, uma continuidade das políticas econômicas características do estado desenvolvimentista que FHC buscava erradicar, colocando-se como o:

candidato da conservação, da defesa do estatismo, corporativismo e do nacionalismo. Recuperou o projeto de um “capitalismo de Estado nacional e progressista” e definiu sua estratégia como anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, como antessala do socialismo, o que em muito reduziu seu arco de alianças. (ALMEIDA, 2010, p. 113)

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, apresentou-se nas eleições de 1994 como candidato da *transformação*, da superação do Estado varguista montado a partir da década de 1930, o que, de certa forma, o colocou em ‘oposição’ à continuidade deste modelo. Desta forma, é possível listar alguns fatores que foram fundamentais para a vitória e ascensão de FHC à presidência, cuja trajetória que o colocou em evidência no cenário da política brasileira ocorreu principalmente durante o governo Itamar Franco:

i) a implantação do Plano Real que, ao baixar drasticamente a inflação, potencializou os índices eleitorais do ex- Ministro da Fazenda e passou ao eleitorado a sensação de segurança e a perspectiva de estabilidade com mudança; ii) a utilização da máquina do Estado; iii) apoio dos empresários, disponibilizando uma quantidade sem precedentes de recursos financeiros; iv) a adesão da mídia acoplada e uma eficiente campanha de marketing político que disseminaram na opinião pública e entre os eleitores a imagem de um candidato que traria estabilidade com progresso e ordem, além de da mensagem implícita de um poderoso otimismo. (ALMEIDA, 2010 p. 112)

Para além das questões citadas anteriormente, temos o fato de que, naquela conjuntura específica, Fernando Henrique se apresentava como o candidato com um projeto de governo que caminhava na direção das “mudanças, das reformas, do progresso acoplado à estabilidade e à ordem” (ALMEIDA, 2010, p. 112). O diagnóstico intelectual feito por FHC sobre a falência do modelo de Estado desenvolvimentista, aliado a suas colaborações na formulação de reformas neoliberais na economia nacional, o colocaram em um patamar de “intelectual orgânico” e porta-voz das reformas e da hegemonia burguesa no Brasil.

Todas as questões listadas anteriormente fizeram que o projeto de governo

tivesse ampla adesão de diversos setores da burguesia nacional, e, paralelamente, o parlamento conseguiu construir um amplo campo de alianças com partidos não só conservadores, mas também de centro e alguns setores do campo progressista, os quais abraçaram as reformas propostas. Tal fato fez que ocorresse já no primeiro ciclo FHC, quebras dos alicerces do Estado nacional-desenvolvimentista, orientado pelas seguintes ações governamentais:

Estado não cumpriria funções empresariais que seriam transferidas para a iniciativa privada; as finanças deveriam ser equilibradas; os estímulos diretos às empresas privadas deveriam ser reduzidos; os privilégios para categorias de funcionários, extintos. (ALMEIDA, 2010, p. 87)

A agenda proposta por FHC foi quase que integralmente viabilizada ainda durante o seu primeiro mandato, devido ao fato da ampla adesão parlamentar conquistada. Isso só foi possível graças a aprovação, por parte do Congresso Nacional dos projetos de reforma constitucional e infraconstitucional, que preparou o terreno para que as privatizações pudessem ocorrer dentro dos moldes esperados, dentre as quais destacamos:

a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobras, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões). (...) estimulou fortemente o Congresso a aprovar lei complementar regulando as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, já autorizada pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc.), conseguiu a aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo GATT e preservou o programa de abertura comercial que já havia sido implementado. Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, executou um enorme programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual (SALLUM, 1999, p. 14).

Todas as medidas citadas anteriormente possibilitaram ao governo FHC realizar uma reestruturação nas formas e funcionalidades do Estado brasileiro, atingindo, em linhas gerais, as esferas administrativas, previdenciária, fiscal e tributária. Para além, garantia a continuidade (de questões iniciadas com Collor) da desregulamentação e liberalização do mercado; supressão dos monopólios estatais

(reordenamento produtivo estatal); privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, e por fim, inserção ampla da economia brasileira no processo de globalização em curso na economia mundial (Almeida, 2010).

Através da leitura de Fiori (1995) é possível traçar um panorama que relaciona a vitória de Fernando Henrique diretamente com às transformações pelo qual o modo de produção capitalista atravessava no final do século XX. O ponto de análise inicial utilizado foram as estratégias adotadas para garantir o sucesso do programa de estabilização e das reformas estruturais formuladas pelo Consenso de Washington, do qual FHC e seus técnicos procuraram aplicar de acordo com a realidade brasileira. Trata-se, portanto, de uma:

estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais, ora operadas diretamente pelos técnicos do FMI e BIRD, em países africanos, ora pelos *technopols*, nos países com corpos burocráticos mais estruturados, como o Brasil e a Argentina, por exemplo. (ALMEIDA, 2010, p.115)

Desta forma, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso estava assentada em uma nova relação de dependência com os centros dominantes de poder do capitalismo globalizado. Para além, o plano foi gestado pela nova elite nacional dominante, buscando viabilizar a consolidação do Plano Real, o qual era orientado pela doutrina que tinha como objetivo padronizar as economias periféricas, fruto do Consenso de Washington.

O plano de governo de FHC adotou como estratégia central a abertura comercial, caminhando a passos largos para o que vinha sendo preconizado pelos defensores da globalização neoliberal. O Estado brasileiro ao aderir às políticas econômicas projetadas pelos organismos internacionais imperialistas impulsionou (PAIVA, 2007) o processo de integração nacional da economia mundial. Entretanto, o custo envolvido nesse processo seria a manutenção do status do Brasil enquanto um país periférico dependente, cuja relação entre centro x periferia apresentava-se sobre novas características.

Passado a apresentação deste breve panorama sobre as linhas gerais do programa neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e das condições políticas e institucionais que garantiram sua eleição ainda no primeiro turno no fim do ano de 1994, passaremos agora a avaliar as privatizações e concessões realizadas ao longo dos seus dois mandatos, os quais trazem a luz de forma marcante a perda de controle sobre o território por parte do Estado brasileiro.

Buscando evidenciar as repercussões práticas do plano real, procuramos elaborar uma base de dados que abarcasse todos os processos de privatizações concluídos durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso. A tabela 03 e 04 e a figura 03 apresentam as variáveis com todo o nível de detalhamento disponibilizado nos relatórios de atividades do programa nacional de desestatização.

Tabela 03 – Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (1995 a 2002) referente a privatizações

ANO	TIPO DE OPERAÇÃO	EMPRESA	SETOR
1995	Privatizações Federais (PND)	Copene	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	Salgema	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	CPC	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	CQR	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	Nitrocarbono	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	Pronor	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	CBP	Petroquímico
1995	Privatizações Federais (PND)	Escelsa	Energia
1996	Privatizações Federais (PND)	Polipropileno	Petroquímico
1996	Privatizações Federais (PND)	Koppol	Petroquímico
1996	Privatizações Federais (PND)	Deten	Petroquímico
1996	Privatizações Federais (PND)	Polibrasil	Petroquímico
1996	Privatizações Federais (PND)	EDN	Petroquímico
1996	Privatizações Federais (PND)	RFFSA (Malha Oeste; Malha Centro-Leste; Malha Sudeste; Malha Tereza Cristina; Malha Sul	Ferroviário
1996	Privatizações Federais (PND)	Light Sesa	Energia
1997	Privatizações Federais (PND)	Light	Energia
1997	Privatizações Federais (PND)	Escelsa	Elétrico
1997	Privatizações Federais (PND)	CVRD	Mineração
1997	Privatizações Federais (PND)	RFFSA (Malha Nordeste)	Ferroviário
1997	Privatizações Federais (PND)	Tecon 1 (Codesp)	Portuário
1997	Privatizações Federais (PND)	Banco Meridional	Financeiro

1998	Privatizações Federais (PND)	Sistema Telebrás-Banda B (Áreas 3,4,5,6 e 8)	Telecomunicações
1998	Privatizações Federais (PND)	Codesa – Terminal Capuaba e Paul	Portuário
1998	Privatizações Federais (PND)	Tecon 1 – Porto de Sepetiba	Portuário
1998	Privatizações Federais (PND)	Gerasul	Energia
1998	Privatizações Federais (PND)	Porto do Rio (Cia. Docas - Terminal de Cargas)	Portuário
1998	Privatizações Federais (PND)	Porto de Angra dos Reis	Portuário
1998	Privatizações Federais (PND)	Fepasa – Malha Paulista	Ferroviário
1998	Privatizações Federais (PND)	Gerasul (Leilão de Sobras)	Energia
1998	Privatizações Estaduais	Conerj	Portuário
1998	Privatizações Estaduais	Coelce	Energia
1998	Privatizações Estaduais	Eletropaulo Metropolitana	Energia
1998	Privatizações Estaduais	CRT	Telecomunicações
1998	Privatizações Estaduais	Celpe	Energia
1998	Privatizações Estaduais	Flumitrens	Transportes
1998	Privatizações Estaduais	Elektro	Elétrico
1998	Privatizações Estaduais	Bemge	Financeiro
1998	Privatizações Estaduais	EBE	Elétrico
1998	Privatizações Estaduais	Terminal Garagem Menezes Côrtes	Transportes
1998	Privatizações Estaduais	Bandepe	Financeiro
1999	Privatizações Federais (PND)	Gerasul	Energia
1999	Privatizações Federais (PND)	Datamec	Informática
1999	Privatizações Federais (PND)	Codeba (Porto de Salvador)	Portuário
1999	Privatizações Federais (PND)	Telebrás	Telecomunicações
1999	Privatizações Estaduais	Elektro	Energia
1999	Privatizações Estaduais	Comgás	Energia
1999	Privatizações Estaduais	Baneb	Financeiro
1999	Privatizações Estaduais	Cesp (Paranapanema, Tiete)	Energia
1999	Privatizações Estaduais	Gás Noroeste – SP	Energia
2000	Privatizações Federais (PND)	Gerasul	Energia
2000	Privatizações Federais (PND)	Ações Petrobras – Oferta Pública	Energia
2000	Privatizações Federais (PND)	Banespa	Financeiro
2000	Privatizações Estaduais	Celpe	Energia
2000	Privatizações Estaduais	Gás Sul – SP	Energia
2000	Privatizações Estaduais	Cemar	Energia
2000	Privatizações Estaduais	Manaus Saneamento	Saneamento
2000	Privatizações Estaduais	Banestado	Financeiro
2000	Privatizações Estaduais	Saelpe	Energia

2001	Privatizações Federais (PND)	Petrobras – Ações Preferenciais	Energia
2001	Privatizações Federais (PND)	BEG	Financeiro
2001	Privatizações Estaduais	Paraiban	Financeiro
2002	Privatizações Federais (PND)	Banco do Estado do Amazonas (BEA)	Financeiro
2002	Privatizações Federais (PND)	CVRD – Oferta Pública	Múltiplos

Fonte: Relatório do Programa Nacional de Desestatização (1995-2002). Organizado pelo autor.

Tabela 04 – Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (1995 a 2002) referente a Concessões

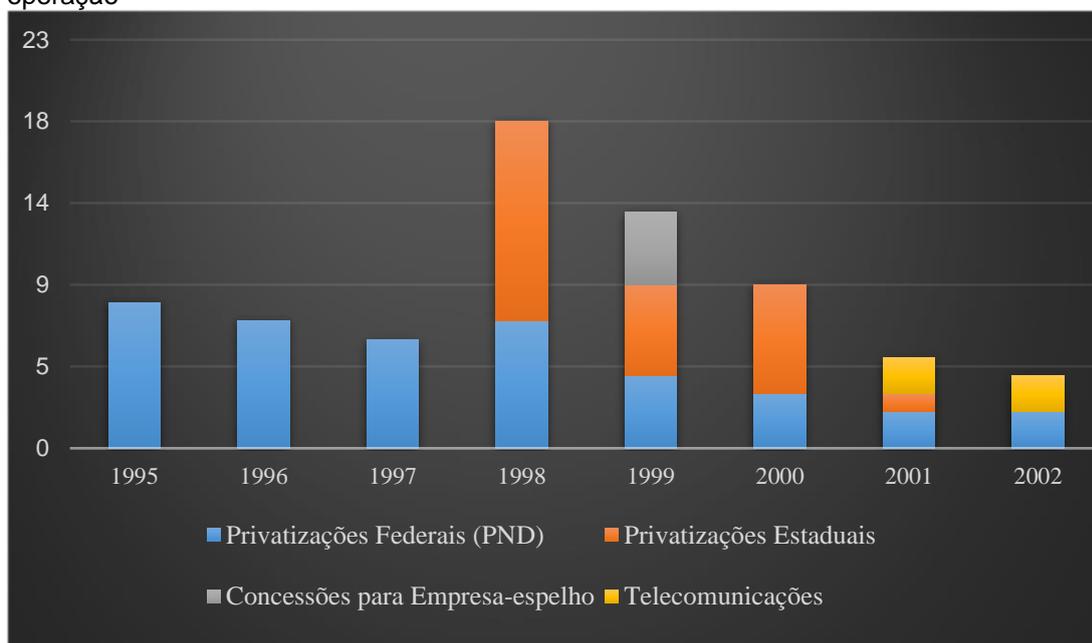
ANO	TIPO DE OPERAÇÃO	EMPRESA	SETOR
1999	Concessões para Empresa-espelho	Tele Norte Leste	Telecomunicações
1999	Concessões para Empresa-espelho	Embratel	Telecomunicações
1999	Concessões para Empresa-espelho	Telesp	Telecomunicações
1999	Concessões para Empresa-espelho	Tele Centro Sul	Telecomunicações
2001	Telecomunicações	Banda D (Região I, II, III)	Telecomunicações
2001	Telecomunicações	Banda E (Região I)	Telecomunicações
2002	Telecomunicações	Banda D (Sobras)	Telecomunicações
2002	Telecomunicações	Banda E (Sobras)	Telecomunicações

Fonte: Relatório do Programa Nacional de Desestatização (1995-2002). Organizado pelo autor.

uma série de bancos estaduais, os quais configuravam-se como importantes agências de financiamento do desenvolvimento regional. Para além, iniciou um amplo processo de entrega para a iniciativa privada dos terminais portuários, além de praticamente exterminar a utilização da malha ferroviária nacional. Esta perspectiva coaduna com os apontamentos de uma política de privatização/perda do controle do território nacional por parte do Estado, estratégia esta que torna-se evidente por meio dos dados e planos por ora apresentados.

Para procurar compreender as atividades realizadas pelo PND durante os governos FHC, elaboramos o gráfico 06, que lista todas as privatizações concluídas durante o nosso recorte temporal, levando em consideração o ano e o tipo de operação realizada. Esta análise possibilitou entender quais as principais estratégias utilizadas pelo presidente e sua equipe econômica para acelerar o processo de leilão das empresas estatais e dos sistemas de infraestrutura nacional, que agora passariam para o controle do capital internacional.

Gráfico 06 – Desestatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Tipo de operação



Fonte: BNDES (1995-2002). Adaptado pelo autor.

De acordo com Rodrigues e Jurginfeld (2019), as privatizações avançaram sobre o governo Fernando Henrique de forma quantitativa e qualitativa. Visando 'desburocratizar' e facilitar tais processos, foram criados decretos, leis e medidas provisórias que simplificaram as estratégias de intervenção do Programa Nacional de Desestatização, agilizando e ampliando o número de empreendimentos estatais

entregues à iniciativa privada:

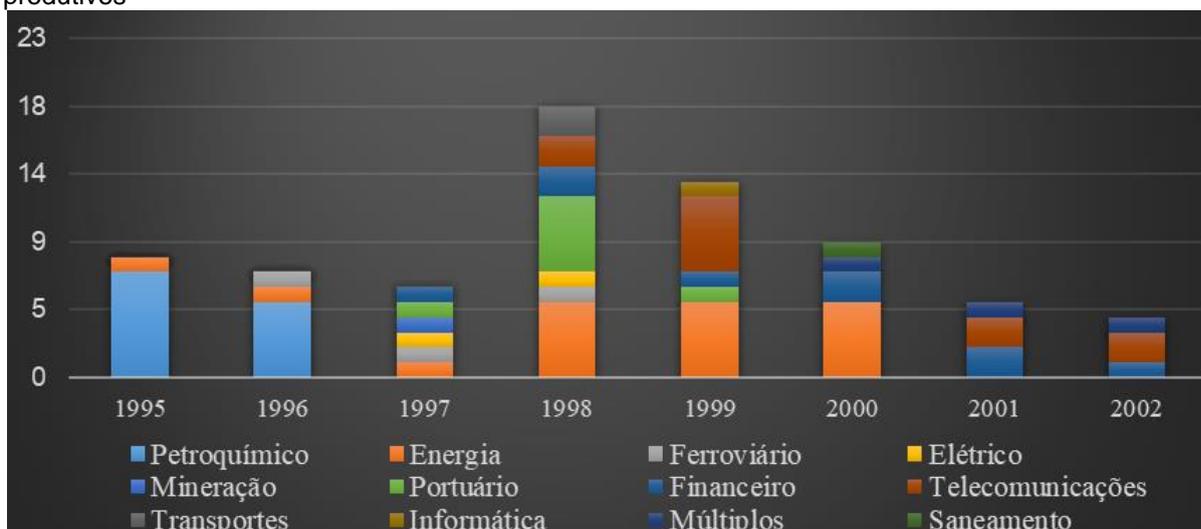
Ela promoveu mudanças na Lei 8.031, de abril de 1990, e criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND) em substituição à Comissão Diretora, com o objetivo de conferir “maior agilidade” (Programa..., 1996, p. 35) às privatizações. Além desta, a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 30 n. 9.074, de 7 de julho de 1995, 31 que estabelecia a lei geral de concessões, e a Lei que definiu o novo regime de concessões de serviços públicos, foram outros marcos importantes do governo FHC. A Lei 8.987 estabeleceu “o novo regime de concessão e permissão de serviços públicos, aplicável aos setores de energia elétrica e de transportes, este último envolvendo o sistema rodoviário, ferroviário e portuário” (Programa..., 1996, p. 7). E a Lei 9.074 foi “aplicada às concessões dos serviços e obras públicas, em especial os serviços de energia elétrica, viabilizando sua transferência ao setor privado” (Programa..., 1996, p. 7). Além disso, a Lei 8.987 trouxe outra alteração significativa: estender o PND aos Estados e Municípios. (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019, p. 409)

O projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso avançou também no caminho da privatização de setores que ainda não haviam sido entregues para a iniciativa privada e para o capital internacional durante o ciclo inicial do PND, ainda no período do governo Fernando Collor. O primeiro deles, referente aos serviços de telecomunicações, englobando a telefonia celular, serviços de satélites, radiodifusão e TV a cabo, garantiu a quebra do monopólio estatal neste segmento, mediante a aprovação no congresso nacional de um conjunto de leis e decretos (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019).

O programa político de Fernando Henrique representa, portanto, uma *continuidade* do PND iniciado com o governo Collor, entretanto, tal processo é construído através de *transformações* nas estratégias utilizadas, na medida em que FHC avança juridicamente “no que dizia respeito às empresas que poderiam ser privatizadas, o II PND incluiu dois tipos de empresas que não faziam parte do PND original: serviços públicos e instituições financeiras públicas estaduais.” (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019, p.409)

Para estratificar ainda mais os dados do PND sobre o governo FHC, elaboramos o gráfico 07 que, por sua vez, demonstra os processos de privatizações de acordo com os setores produtivos.

Gráfico 07 – Desestatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Setores produtivos



Fonte: BNDES (1995-2002). Adaptado pelo autor.

O PND durante o governo FHC atuou também através de duas diferentes estratégias: concessões para empresa-espelho e telecomunicações. Elas tinham como propósito central quebrar o monopólio público sobre os serviços de telecomunicações e telefonia celular, através da privatização da empresa estatal e do sistema Telebrás, que representou, naquele período, o processo mais ousado de alienação de bens da administração pública, superando a empreitadas realizadas por Fernando Collor, garantindo a continuidade e transformando o desenvolvimento das políticas neoliberais em território brasileiro.

Buscando dar prosseguimento a análises dos dados elaboramos a tabela 05, a qual apresenta alguns dos principais resultados das privatizações referentes ao PND na era de Fernando Henrique Cardoso. Os valores foram retirados dos relatórios oficiais do BNDES setorial desestatizações, onde selecionamos aqueles que apresentaram um maior impacto no cenário nacional, para que posteriormente possamos comentar alguns dos casos mais emblemáticos do governo FHC.

Tabela 05 – Receita dos principais leilões realizados através do PND na era FHC – (US\$ Milhões)

EMPRESA PRIVATIZADA	Valor da venda (US\$ Milhões)
Sistema Telebrás	US\$ 22.000,00 milhões
CVRD	3.298,90
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2.356,90
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sudeste	888,9
Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul)	879,48

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	399,932
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Centro-Leste	316,9
Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene)	270,444
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp - Tecon 1)	251,1
Banco Meridional do Brasil	240,1
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sul	216,6
Salgema Indústrias Químicas S.A.	139,213
Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC)	99,564
Polibrasil S.A. Ind. e Com.	99,4
Porto de Sepetiba	92,96
Polipropileno S.A.	81,2
Pronor S.A.	63,452
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Oeste	62,36
Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP)	36
Terminal Roll-On Roll-off do Porto de Rio de Janeiro	31,56
Nitrocarbono S.A.	29,55
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Tereza Cristina	18,51
Estireno do Nordeste S.A.	16,6
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Nordeste	15,8
Malha Paulista (antiga Fepasa)	15,8
Cais de Paul	15,8
Deten Química S.A.	12,1
Cais de Capuaba	10,71
Porto de Angra dos Reis	9,36
Koppol Films S.A.	3,1

Fonte: Relatório de atividades do PND (1995-2002). Organizado pelo autor

Conforme demonstra a tabela, a privatização do sistema Telebrás foi o grande triunfo, representando a vitória política, institucional e jurídica do projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro mandato, haja visto que foram necessárias diversas manobras e aprovações parlamentares para incluir no PND os serviços de telecomunicações.

De acordo com dados oficiais do BNDES (1999) a privatização do sistema Telebrás foi a maior operação de um bloco de controle já realizada no mundo e a maior cifra arrecadada em uma desestatização no primeiro mandato do governo Fernando Henrique, totalizando R\$ 22 bilhões, ultrapassando 63% do valor mínimo

estabelecido para o leilão. Deste montante total, o capital internacional por meio de países como Espanha e Portugal foram responsáveis pelo investimento de R\$ 8,026 bilhões, mais que o dobro do total pago por empresas exclusivas de capital nacional (R\$ 3,874 bilhões).

O restante do valor pago pela Telebrás foi realizado por intermédio da associação entre capital internacional e capital nacional, totalizando um investimento na faixa dos R\$ 10,157 bilhões. Rodrigues e Jungerfeld (2019) salientam que durante este período os investidores internacionais eram bem tratados pelo governo brasileiro, na medida em que FHC e sua equipe realizaram várias 'incursões inversas' para os países do centro do capitalismo, buscando fazer propagandas das desestatizações e paralelamente atrair investimentos externos diretos para o território brasileiro.

O próximo caso refere-se à privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), concretizada no ano de 1997. O valor total da desestatização atingiu a cifra de US\$ 3,3 bilhões, que ficavam muito abaixo das receitas geradas por este importante patrimônio estatal. Vale salientar que a CVRD era a maior empresa produtora e exportadora de minério de ferro do mundo e a maior produtora de ouro da América Latina (BNDES, 1998).

Antes da privatização, o Estado brasileiro detinha 75,97% da composição acionária da empresa, cenário que viria a mudar após a desestatização. Passado o leilão, o controle da CVRD ficou nas mãos do consórcio Brasil, liderado pela CSN, cuja composição era feita através de representantes do capital privado internacional e nacional. A privatização da CVRD é mais um exemplo prático de como as políticas de governo estavam perfeitamente alinhadas com as estratégias de intervenção do imperialismo na passagem do século XX para o XXI. Tal fato confirma-se na constatação de que o valor pago por este importante patrimônio nacional (US\$ 3,3 bilhões) estava abaixo das avaliações feitas pelo "banco Salomon Brothers em quase US\$ 8 bilhões e pelo banco Lehman Brothers, em US\$ 10,4 bilhões." (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019, p. 413).

Para além, a CVRD era uma empresa estatal em produção em constante expansão e com altas taxas de lucro, sendo extremamente rentável para o Estado brasileiro. A receita líquida era, no ano de 1997, R\$ 5,2 bilhões e o lucro líquido R\$ 756 milhões. Também destaca-se que foram feitos investimentos por parte do Estado na faixa dos US\$ 2,7 bilhões, visando aumentar e diversificar a capacidade produtiva e tecnológica. O governo tentava justificar tal ato sobre o argumento de que:

vendia “empresas estatais caindo aos pedaços”, os dados da CVRD explicitavam justamente o contrário. O valor pago pela Vale na desestatização, de US\$ 3,3 bilhões, correspondia a quase um terço do seu patrimônio líquido registrado em 1997, de R\$ 9,4 bilhões, e era menor do que o faturamento que a empresa teria em 1997, de R\$ 5,4 bilhões. (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019, p. 414)

O último caso a ser comentado refere-se a privatização da Light Serviços de Eletricidade S.A, do estado do Rio de Janeiro, vendida no ano de 1996. A Light era uma empresa estatal cujas receitas operacionais líquidas atingiram, no ano de 1994, a casa dos R\$ 1,3 bilhões, obtendo um lucro líquido de R\$ 127 milhões em 1994 e R\$ 173,3 milhões em 1996.

Era, portanto, um empreendimento estatal lucrativo e que prestava um serviço estratégico, cuja Eletrobrás detinha o controle majoritário de 81,61% das ações. Após a sua desestatização, a empresa foi arrematada pelo valor mínimo estabelecido, por meio do “consórcio liderado pela estatal francesa Electricité de France (EDF), associada às norte-americanas Houston Energy Industries, do Texas, e a AES Corporation, de Virginia (EUA)”. Um ano após o leilão, em 1997, a Light atingiu uma receita líquida de R\$ 1,6 bilhões e um lucro de R\$ 324,3 milhões (RODRIGUES, JUNGERFELD, 2019, p. 415).

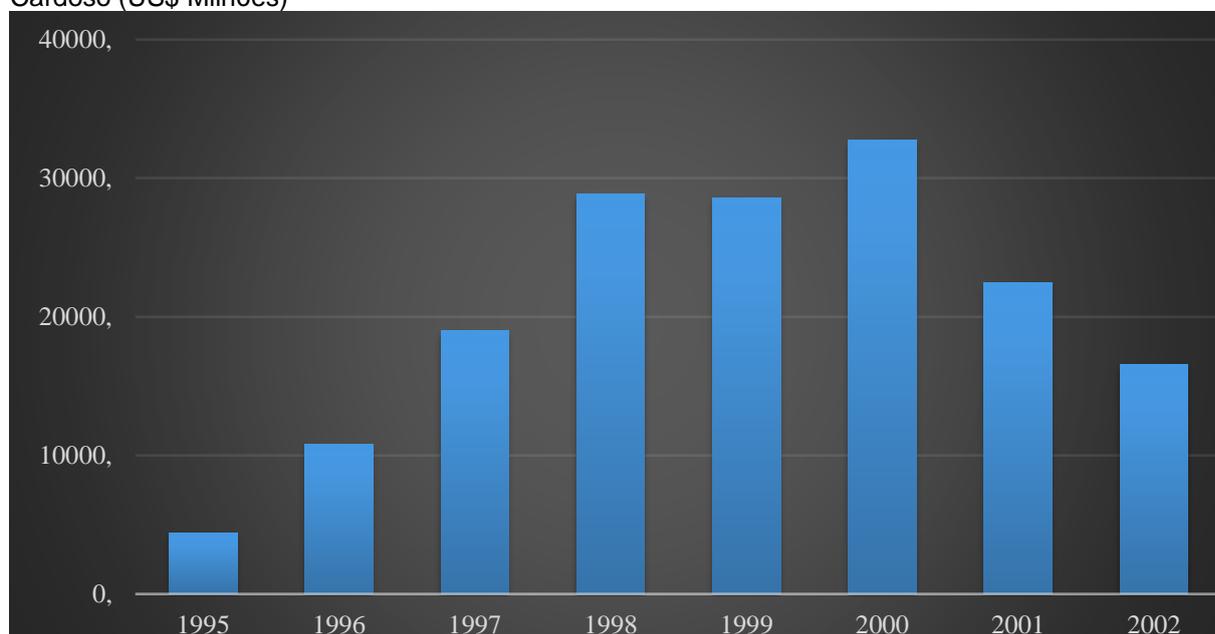
A desestatização da Light Serviços de Eletricidade S.A por parte do governo FHC foi responsável por desnacionalizar a prestação de um serviço essencial à vida da população do estado do Rio de Janeiro. Para além deste fato, o consórcio que administrava a distribuição de energia antes feita pelo Estado brasileiro, passou a importar tecnologia, equipamentos e peças de suas empresas matrizes, atingindo diretamente a indústria nacional.

As consequências do aprofundamento do receituário neoliberal representado pelos governos Fernando Henrique Cardoso traz consigo novas dinâmicas aos processos de privatizações no Brasil, pois eleva a quantidade dos setores produtivos e de infraestrutura entregues ao setor privado e, paralelamente, o capital internacional assume o seu papel enquanto investidor central. Estima-se que o programa de desestatização tenha arrecadado US\$ 78,6 bilhões entre os anos de 1995 a 2002, cujos investimentos estrangeiros representaram a parcela de 53% do total, o que significa um aumento de 48% se comparado com os anos iniciais do PND (BNDES, 2020).

Fica evidente ao observar os dados referentes à questão brasileira que após o plano real tornar-se política oficial do Estado, sobretudo nos governos Fernando Henrique Cardoso, o território brasileiro passou a absorver investimentos externos diretos que foram aumentando de forma significativa na medida em que a década de 90 se desenrolava. O capital internacional, por sua vez, concentrava suas operações em torno de tomar controle dos processos de privatizações realizados pelo governo federal.

Os governos Fernando Henrique representam um período em que a política econômica brasileira estava orientada por ideários neoliberais, que por sua vez, buscavam garantir a continuidade do processo de acumulação de capital dos países do centro do capitalismo. As ações governamentais possuíam como objetivo tornar o território brasileiro atrativo para os investimentos externos diretos do capital internacional. O gráfico 08 mostra os fluxos de investimentos externos diretos no território brasileiro, demonstrando a evolução destes investimentos no recorte espaço-temporal estabelecido para a pesquisa.

Gráfico 08 – Evolução dos investimentos externos diretos durante o governo Fernando Henrique Cardoso (US\$ Milhões)



Fonte: Relatório de Investimento Mundial UNCTAD (2022). Adaptado pelo autor

Conforme aponta o gráfico 08, durante o governo FHC as estratégias do capital internacional foram orientadas visando assumir o controle das estruturas produtivas e dos sistemas de infraestrutura nacionais entregues mediante o plano nacional de desestatização, característica fundamental do modus operandi do imperialismo no

final do século XX, que buscava adquirir as estruturas preexistentes dos países alocados na periferia do sistema capitalista, inaugurando uma remodelagem da geopolítica imperialista.

Através da análise dos gráficos 07 e 08, é possível inferir que 1998, 1999 e 2000 foram o período dos governos Fernando Henrique Cardoso nos quais mais houveram privatizações concretizadas e, ao mesmo tempo, o maior fluxo de investimentos externos diretos passam a se materializar no Brasil, alterando significativamente as formas de uso e controle do território nacional.

Tal processo foi garantido por intermédio da adesão das reformas neoliberais, criando as condições institucionais de privatização dos sistemas produtivos e de infraestrutura e, por consequência, a perda do controle sobre setores estratégicos instalados no território nacional. Para além deste aspecto, temos a participação cada vez maior do capital internacional no valor da produção brasileira, que saltou de 10% do PIB em 1995 para pelo menos 15% em 1998.

A partir da segunda metade da década de 1990, observa-se nos relatórios do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil do Banco Central que a economia brasileira registra um crescimento do fluxo de capital externo, concentrando-se principalmente nos processos de privatizações e fusões/aquisições. No ano de 1994, a participação do capital estrangeiro nestas operações era de 48% do total, passando para 56% em 1995, atingindo no ano seguinte 60%, alcançando em 1999, 70% do total (Anna, 2017).

De acordo com Sarti e Laplane (2002) a análise da composição dos IEDs nos governos Fernando Henrique Cardoso demonstram que uma parte considerável deste capital foi destinada à aquisição de ativos já existentes. Tal fato ocorre por que, diferentemente de outras conjunturas, os países do centro do capitalismo não estavam mais interessados em construir, mas sim de tomar para si o controle de estruturas preexistentes.

As estratégias do imperialismo enquanto política de dominação dos países periféricos concentravam agora seus esforços visando garantir o sufocamento das economias periféricas, por meio do controle de empresas estatais e sistemas de infraestrutura, usando mecanismos como as F&A. Para além, o Estado Brasileiro assume neste período o papel de subserviência, na medida em que entrega o patrimônio nacional para o setor privado.

Finalizamos as nossas discussões evidenciando que os investimentos externos

diretos durante os governos Fernando Henrique deram prioridade aos processos de privatizações realizados no território brasileiro. As fusões e aquisições foram utilizadas como estratégia para que esse capital primeiramente se consolidasse e depois ampliasse sua posição no mercado nacional. Decorrente disto (Anna, 2017) o Brasil foi um dos países que ingressaram na rota dos IEDs na década de 1990, e ao longo de 1994-2001, manteve-se entre os principais absorvedores deste tipo de investimento:

Gonçalves em seu estudo revela que já era de se esperar, que em função das políticas adotadas pelo governo FHC, o capital estrangeiro tenha dado preferência aos processos de fusões e aquisições como estratégia para entrar ou ampliar suas posições no mercado nacional. [...] foi possível evidenciar que o país, foi um dos que ingressaram na rota dos investimentos externos diretos na década de 1990 e, ao longo do período de 1994-2001, manteve-se entre os principais países em desenvolvimento absorvedores deste tipo de investimento. Isto ocorreu em grande medida, com o aprofundamento das políticas neoliberais adotadas pelo governo, as quais se mantinham em sintonia com o movimento de mundialização do capital que atingiu os países em desenvolvimento neste período. (ANNA, 2017, p. 5-6)

Este fato deu-se por conta do aprofundamento das políticas neoliberais adotadas pelo governo, que estava em consonância com o movimento de mundialização do capital, atingindo diretamente os países em desenvolvimento, e, paralelamente, transformando as relações de dependência entre centro e periferia, condição fundamental para o processo de acumulação de capital.

Outra questão fundamental referente a política econômica do governo Fernando Henrique, diz respeito ao processo de desnacionalização da economia brasileira, que é um reflexo direto das privatizações orquestradas pela política neoliberal nos anos que competem a nossa análise. Desta forma, FHC disponibilizou por intermédio dos leilões do Programa Nacional de Desestatização um elevado estoque de capital privado nacional (setores produtivos e sistemas de infraestrutura) que foi parar nas "mãos" do capital externo. O processo de privatização das estatais produtoras de serviços industriais de utilidade pública impôs a elas o mesmo destino (PAULANI, 2008).

4.3.2 O Programa Nacional de Desestatização em processo de transformação: notas sobre o regime de desestatização do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011)

Antes de iniciarmos a exploração dos dados referente aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva , iremos apresentar de forma breve alguns aspectos gerais do

contexto econômico mundial no período pós-2002, cujo ponto de partida da análise é “que a conjuntura internacional tem sido particularmente favorável desde 2003.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 34)

Esta conjuntura econômica internacional tem afetado positivamente todas as esferas que constituem as relações econômicas internacionais, elevando os índices mundiais do comércio, produção, tecnologia e das finanças. Diferentemente de momentos de recessão, os países periféricos, como é o caso do Brasil, se beneficiaram diretamente deste período de estabilidade do sistema monetário global. Trata-se, portanto, de uma etapa de expansão da economia brasileira, cujos números alcançados pelo governo Lula superaram os que foram produzidos na era FHC:

Os resultados macroeconômicos (setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas) dos dois governos Lula foram melhores do que os de seu antecessor. Entre 2003 e 2010, o Brasil atravessou o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas. O PIB cresceu 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano). (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 923)

Tal contextualização torna-se necessária para compreender alguns dados da questão econômica nacional não de forma isolada, mas articulada ao processo de expansão da economia mundial no recorte temporal estabelecido para a análise. No caso de países periféricos, avaliações que levem consideração de forma exclusiva os indicadores econômicos nacionais sem considerar o contexto econômico internacional, suprimem das análises a:

[...] seguinte percepção lógica: os países que não obtêm melhoras relativas na fase ascendente do ciclo internacional são aqueles que, *ceteris paribus*, têm mais chances de ser afetados por fatores desestabilizadores externos na fase descendente do ciclo. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 34)

O fato a ser evidenciado é que durante os anos do primeiro governo Lula (2003 a 2006) a taxa média de aumento real da renda mundial foi de 4,9 %, superando os índices seculares referente ao período 1890-2006, que atingiu 3,2% na taxa média e 3,8% anual, no que refere-se aos ganhos reais (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007). Desta forma, na esfera produtivo-real, as dinâmicas da economia mundial apresentaram um desempenho muito superior no período em que Lula ascende à presidência, superando a média e a mediana desde o ano de 1890. Tratava-se, portanto, de uma condição extremamente excepcional da economia brasileira, o que fortaleceu a continuidade das políticas econômicas de estabilização iniciadas com o plano real idealizado por FHC:

Precisamente, entre os anos de 2002 a 2006, o Brasil passou a contabilizar uma expansão vigorosa da economia real na casa percentual de 4,9% dentre indicadores, tais como: demanda doméstica, consumo interno/privado, fixação de limites nas despesas públicas, investimento no produto interno bruto, solidez na formação e expansão do Índice de Preços ao Consumidor e nos registros dos instrumentos das atividades de balanço de investimento estrangeiro direto, Conta Corrente e demais demonstrativos externos. (LIMA, 2010, p. 265)

Todas as questões listadas acima, aliam-se ao fato de que durante as eleições de 2002, Lula enquanto candidato assume o compromisso de garantir a continuidade dos pagamentos ao FMI, mantendo a troca permanente de informações e relatórios técnicos-econômicos com os organismos multilaterais do centro do capitalismo. Desta forma, tem-se no governo Lula a manutenção da política externa de Fernando Henrique Cardoso e de seus desdobramentos representados pelos deveres a serem executados.

A transição entre o governo Fernando Henrique e a posse de Luiz Inácio é marcado por outra continuidade para além da política externa, e aqui nos referimos a questão econômica, sobretudo os aspectos macroeconômicos que foram extremamente eficazes em conter a espiral inflacionária pela qual o país atravessou no início da década de 1990. Teixeira e Pinto afirmam categoricamente que (2012, pp. 921-922) “As linhas mestras do regime de política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula”.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 tem como um dos fatores a garantia da manutenção de diversos aspectos da política econômica e externa aplicadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso que, por sua vez, garantiu um contexto de estabilidade para a conjuntura nacional, reconquistando a confiança de organismos internacionais de financiamento, como FMI. Tal estratégia representou, naquele período, um caráter mais moderado ao plano de governo do Partido dos Trabalhadores, que em outros momentos assumia uma postura mais radical e de oposição sistemática ao PSDB, construindo um cenário de polarização entre os partidos. Em linhas gerais, temos um início de governo que marcou:

categoricamente o padrão das novas relações exteriores financeiras do Brasil, expressivamente, pelos avanços, já obtidos, com a disciplina fiscal, o significativo controle da inflação no compromisso selado, de sólida estruturação dos compromissos macroeconômicos, que passaram a

desempenhar com êxito o combate aos choques financeiros externos. Durante os primeiros anos, o compromisso político internacional assumido e os altos índices de crescimento econômico, juntos fortaleceram progressivamente o método utilizado para o desenvolvimento do país, garantidos pela política econômica e conduzidos pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega. (LIMA, 2010, p. 265)

Os resultados iniciais das estratégias adotadas por parte da equipe de governo possibilitaram dar continuidade às expectativas e confianças depositadas sobre o Brasil na era FHC que apresentava, naquele contexto, características de um país economicamente estável e em ascensão. Para além, reconfigurou a opinião pública e internacional no que refere-se a relação do Estado brasileiro com o FMI, que foi marcada por meio de vínculos conturbados, crises e interesses divergentes ao longo da história.

A passagem do século XX para o XXI representa para o PT, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seu presidenciável desde os anos de 1989, um período de transformação que vem o aproximando paulatinamente em *alguns eixos* ao programa social-liberal do PSDB da década de 1990. A moderação nos discursos e nas práticas se materializa na manutenção da política econômica.

Politicamente falando, Luiz Inácio Lula da Silva se colocava nas eleições de 2002 como um candidato crítico ao regime de privatizações aplicado por FHC através do Programa Nacional de Desestatização. O projeto petista representava, naquele contexto, a proteção às empresas estatais e a Petrobrás, cujo discurso se materializou através do slogan “É Lula de novo para eles não privatizarem mais nenhuma empresa do povo.” (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014, p. 45).

Esta estratégia eleitoral de crítica ao modelo privatista tucano por parte do PT se amparou nos resultados de pesquisas de opinião que demonstravam que a base eleitoral não via com bons olhos a entrega do patrimônio nacional para a iniciativa privada. Entretanto tais críticas ficaram, em grande medida, no campo das ideias, tendo em vista que ao vencer as eleições de 2002, o discurso de combate total às privatizações será remodelado (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014).

Embora na prática o governo siga um dos aspectos da espinha dorsal das políticas econômicas neoliberais, não afirmamos que o modelo de privatização do PT sobre a figura de Lula seja idêntico ao aplicado por Fernando Henrique Cardoso. O *modus operandi* da política privatista petista deu-se por intermédio de uma forma muito particular, fugindo das estratégias clássicas utilizadas por Collor, Itamar e FHC,

evidenciando a descontinuidade e, ao mesmo tempo, uma transformação. Em linhas gerais:

associamos inicialmente a privatização à venda de empresas estatais. De fato, esta foi a forma mais comum de privatização nos governos Collor, Itamar e FHC, com a venda das estatais por meio de leilões em bolsas de valores. À exceção dos leilões de campos de petróleo, essa forma “tradicional” de privatização – que, em geral, produz mais desgaste político – praticamente não foi utilizada nos governos petistas da esfera federal. (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014 , p.45).

No lugar da estratégia clássica das privatizações da era FHC, temos no governo Lula um Programa Nacional de Desestatização concentrado principalmente nas concessões via Parcerias Público-Privadas (PPs), além dos incentivos fiscais e às terceirizações, o que garantiu uma continuidade e, paralelamente, uma ruptura/transformação das características do projeto neoliberal periférico brasileiro.

FHC representava o caminho do neoliberalismo econômico clássico e da diminuição do papel do Estado; Lula, por sua vez, apresentava-se nas eleições como o candidato que iria romper com o ciclo de privatizações.

Na prática, o governo seguiu um caminho que, em certa medida, manteve a estrutura do capitalismo e do neoliberalismo funcionando no território nacional. Conforme destaca a autora Souza (2021, p.102-103) existiria um processo de mudança no que tange ao ativismo político, econômico e social do Estado, contudo:

sob o impacto das medidas conservadoras do primeiro ano de governo (subida da taxa de juros e da meta de superávit, corte de gastos, reforma da previdência), sobressaiu a ideia de continuidade com os governos FHC [...] Em síntese, após um primeiro ano de conservadorismo neoliberal, a partir de 2004, o governo Lula adotaria medidas recomendadas pelo campo desenvolvimentista, sem o abandono das diretrizes da política macroeconômica herdadas dos governos FHC.

Neste sentido, há uma remodelagem vinculada ao avanço de uma política de concessão, que representa a (des)continuidade do modelo de entrega dos serviços públicos essenciais para a iniciativa privada, que visa não a qualidade, mas sim a maximização das taxas de lucros.

Desta forma, o governo superou as divergências históricas com a estratégia da privatização. Ao utilizar a desestatização como mecanismo para gerir os sistemas de infraestrutura nacional temos uma aproximação dos dois projetos (que em outros períodos foram antagônicos), caracterizando uma política econômica híbrida (SOUZA,

2021; MORAIS e SAAD FILHO, 2011).

Tratava-se, portanto, de uma estratégia que tinha por objetivo atrair investimentos privados para o território brasileiro, buscando solucionar problemas relacionados ao financiamento e à gestão do sistema de infraestrutura nacional. Para que isso fosse possível, o governo lança um amplo programa de concessões de estradas, ferrovias, usinas e portos como a muitos anos não era visto, inaugurando a era de privatizações/concessões petistas (CLEMENTE; LEAL; NEVES, 2007).

Embora concessões e privatizações sejam estratégias distintas, elas partem do mesmo princípio central, o da desestatização, o qual pressupõe transferir do Estado para a iniciativa privada a responsabilidade pela prestação de serviços e obras infraestruturais. Neste sentido, o governo inovou por meio da elaboração/aprovação da lei de Parcerias Público-Privadas em 2004, que proporcionou financiamento público para serviços geridos pela esfera privada; para além, também possibilitou um seguro financeiro caso essa função não garantisse o retorno lucrativo esperado.

As PPPs foram o carro chefe da desestatização no governo Lula, representando a forma mais comum pela qual foram realizadas as obras dos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs). Tal estratégia foi importada da Inglaterra, representando medidas extremamente vantajosas para o capital privado, configurando-se como uma operação sem riscos, ou seja, o lucro da empresa 'vencedora' é garantido pelo Estado em contrato:

O mais absurdo desta lógica é que, nos contratos, está estimada determinada demanda e, conseqüentemente, um determinado faturamento anual da empresa com o direito da concessão. Se a demanda não for atingida, o Estado é obrigado a cobrir a diferença, garantindo faturamento praticamente integral, mesmo sem uso do serviço ou obra. (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014 , p.47)

Nesta modalidade de privatização, por exemplo, o Estado solicita a iniciativa privada a construção de uma obra de engenharia e/ou concede sua gestão por um período de 5 a 35 anos. A empresa vencedora do edital é compensada pelo governo por intermédio de diferentes meios: (I) valor fixo pago ao longo de um período e (II) direito de exploração do espaço com cobrança de tarifas.

O governo assume de forma exclusiva os custos de financiamento, entregando a gestão e transferindo recursos públicos para a iniciativa privada por meio das diferentes modalidades de compensação. Mesmo observando-se em termos

econômicos um aumento dos investimentos do Estado, os mesmos direcionaram-se em grande medida à iniciativa privada nacional e internacional. Logo, o Estado vinculava-se ainda, de forma indireta, ao projeto neoliberal econômico no que refere-se às questões do território nacional, na medida em que abre mão de suas atribuições enquanto *ente* que explora e comanda os serviços de infraestrutura do país.

Assim, consideramos ter ocorrido não uma ruptura completa, mas sim a transformação do processo neoliberal brasileiro, o qual será caracterizado por continuidades e descontinuidades. Este caminho será observado mediante as novas estratégias do capital vinculadas ao Estado, ocasionando uma perda de controle sobre o território nacional de forma efetiva (mediante a venda direta - privatização) ou temporal, por meio das PPPs.

Para ilustrar esta característica, elaboramos a tabela 05 e 06 e a figura 04 que, respectivamente, listam todas as atividades concretizadas pelo Programa Nacional de Desestatização ao longo dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e espacializa o fenômeno (2003 a 2011).

Tabela 06 – Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (2003 a 2011) referente a privatizações.

ANO	TIPO DE OPERAÇÃO	EMPRESA	SETOR	EXTENSÃO (KM)
2003	Privatizações Federais (PND)	Liasa	Alumínio	
2003	Privatizações Federais (PND)	Celpe	Energia	
2003	Privatizações Federais (PND)	Enersul	Energia	
2003	Privatizações Federais (PND)	Celpe	Energia	
2004	Privatizações Federais (PND)	BEM (Banco do Estado do Maranhão)	Financeiro	
2005	Privatizações Federais (PND)	Banco do Estado do Ceará (BEC)	Financeiro	

Fonte: BNDES (2003-2011). Organizado pelo autor.

Tabela 07 – Relatório de atividades do Programa Nacional de Desestatização (2003 a 2011) referente a concessões.

ANO	TIPO DE OPERAÇÃO	EMPRESA	SETOR	EXTENSÃO (KM)
2003	Programa de transmissão de energia	Lote A (Londrina/Araraquara)	Energia	370 km
2003	Programa de transmissão de energia	Lote B (Salto Santiago/Cascavel Oeste)	Energia	350,9 km

2003	Programa de transmissão de energia	Lote C (Teresina II/Fortaleza II)	Energia	541 km
2003	Programa de transmissão de energia	Lote D (Camaçari II/Sapeaçu)	Energia	106 km
2003	Programa de transmissão de energia	Lote E (Machadinho/Campos Novos)	Energia	51 km
2003	Programa de transmissão de energia	Lote F (Coxipó/Cuiabá/Rondonópolis)	Energia	193 km
2003	Programa de transmissão de energia	Lote G (Montes Claros/Irapé)	Energia	150 km
2004	Privatizações Federais (PND)	BEM (Banco do Estado do Maranhão)	Financeiro	
2004	Programa de transmissão de energia	Lote A (Cuiabá/Itumbiara)	Energia	811 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote B (Ivaiporã/Londrina)	Energia	120 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote C (Cascavel Oeste/Foz do Iguaçu Norte)	Energia	115 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote D (Tucuruí/Vila do Conde)	Energia	324 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote E (Linhas Furnas/Pimenta)	Energia	75 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote F (Linha Itutinga/Juiz de Fora)	Energia	140 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote G (Linha Macaé/Campos)	Energia	92 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote H (Linha Milagres/Tauá)	Energia	200 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote I (Linha Milagres/Coremas)	Energia	200 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote J (Linha Porto Primavera/Dourados/Imbirussu)	Energia	300 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote K (Linha Campos Novos/Blumenau)	Energia	375 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote T (Colinas/Sobradinho)	Energia	942 km
2004	Programa de transmissão de energia	Lote T (Irapé/Araçuaí)	Energia	65 km
2005	Programa de transmissão de energia	Lote A (Interligação Norte-Sul III Trecho 1)	Energia	453,8 km

2005	Programa de transmissão de energia	Lote B (Interligação Norte-Sul III Trecho 2)	Energia	695 km
2005	Programa de transmissão de energia	Lote C (Interligação Norte-Sul III Trecho 3)	Energia	681 km
2005	Programa de transmissão de energia	Lote D (Interligação Norte-Sul III)	Energia	708 km
2005	Programa de transmissão de energia	Lote E (LT Campos Novos-Pólo)	Energia	273 km
2005	Programa de transmissão de energia	Lote F (LT Barra Grandes-Lages)	Energia	195 km
2005	Programa de transmissão de energia	LT Tijuco Preto-Itapeti - LT Itapeti-Nordeste	Energia	50 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Jauru (MT) - Samuel (RO)	Energia	949 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT Ribeirão Preto (SP) - Poços de Caldas (MG) - LT Jaguará (MG) - LT Estreito (MG)	Energia	308 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT São Simão (GO) - Ribeirão Preto (SP)	Energia	412 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote D - LT Neves I (MG) - Mesquita (MG)	Energia	172 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Funial (BA) - Itapebi (BA)	Energia	198 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote F - LT Mascarenhas (ES) - Verona (ES)	Energia	107 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote G - LT Cascavel Oeste (PR) - Foz do Iguaçu (PR)	Energia	115 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Paracatu (MG) - Pirapora 2	Energia	246 km
2006	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT Curitiba (PR) - Bateias - LT Canoinhas (SC) - São Matheus do Sul (SC)	Energia	85 km
2007	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Colinas (MG) - Ribeiro Gonçalves C2 (MG) - LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí C2 (MG)	Energia	367 km
2007	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT São João de Piauí (PI) - Milagres (CE) - SE São João do Piauí (PI) - SE Milagres (CE)	Energia	400 km
2007	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT Juba - Jauru - SE Juba - LT Maggi - Nova Mutum CD - SE Maggi	Energia	402 km
2007	Programa de transmissão de energia	Lote D - LT Presidente Médici - Santa Cruz I	Energia	233 km

2007	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Jardim Penedo - SE Penedo	Energia	110 km	
2007	Programa de transmissão de energia	Lote F - LT Baleias (PR) - Pilarzinho (PR)	Energia	29 km	
2007	Programa de transmissão de energia	Lote G - LT São Luiz II (MA) - São Luiz III (MA) - SE São Luiz III (MA)	Energia	36 km	
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-153/SP	Rodovias	2600 km	
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-116/PR/SC	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-393/RJ	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-101/RJ	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-381/MG/SP	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-116/SP/PR	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-116/376/PR	Rodovias		
2007	Programa de concessões de rodovias federais	BR-101/SC	Rodovias		
2008	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Tucuruí - Xingu (PA)- LT Xingu - Jurupari (PA) - SE Xingu (PA) - SE Jurupari (PA)	Energia		527 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT Oriximiná - Jurupari (PA) - LT Jurupari (PA) - Laranjal (AP) - LT Laranjal - Macapá (AP) - SE Macapá (AP) - SE Laranjal (AP) - SE Oriximiná (PA)	Energia		618 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT Oriximiná - Itacoatiara (AM) - LT Itacoatiara - Cariri (AM) - SE Itacoatiara (AM) - SE Cariri (AM)	Energia	586 km	
2008	Programa de transmissão de energia	LT Maggi - Juba (MT) - LT Parecis - Maggi (MT) - LT Nova Mutum - Sorriso (MT) - LT Sorriso - Sinop (MT) - SE Parecis - SE Juína - Juína	Energia	775 km	
2008	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Interlagos - Piratininga II (SP) - SE Piratininga II	Energia	1,5 km	
2008	Programa de transmissão de energia	Lote F - LT Nova Santa Rita - Scharlau (RS) - SE Scharlau (RS)	Energia	23 km	

2008	Programa de transmissão de energia	Lote G - LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II (BA) - SE Teixeira de Freitas II (BA)	Energia	152 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote H - SE Mirassol II (SP) - SE Getulina (SP) -SE Araras (SP)	Energia	3 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote I - LT Joinville Norte (SC) - Curitiba C2 (PR) - LT Jorge Lacerda B - Siderópolis C3 (SC) - SE Forquilha (SC) - Joinville/Curitiba - Lajeado Grande	Energia	162,5 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote J - SE Venda das Pedras (RJ)	Energia	23,5 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote K - SE Atibaia II (SP)	Energia	1,4 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote L - LT São Simão(MG) - Itaguaçu (GO) - LT Itaguaçu - Barrados Coqueiros (GO) - SE Itaguaçu (GO)- SE Barra dos Coqueiros (GO)	Energia	72 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Ribeiro Gonçalves - Balsas - SE Balsas	Energia	95 km
2008	Programa de transmissão de energia	SE Miranda II - Presidente Dutra - São Luiz 2 - C1, C2 -SE Miranda	Energia	*
2008	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (MG)	Energia	180 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote D - LT Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4 - LT Porto Alegre 8 - Porto Alegre 9 - Nova Santa Rita -Porto Alegre 9 - LT Monte Claro - Garibaldi	Energia	81 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote E - SE Naranjiba - SE Pitaçu	Energia	*
2008	Programa de transmissão de energia	Lote F - SE Missões - 2TR's - 230/69 kV Complementação do Seccionamento da LT 230 kV Santo Ângelo - São Borja Adequação do Setor de 230 kV 2º e 3º Transformadores	Energia	*
2008	Programa de transmissão de energia	Lote G - SE Suape II - SE Suape III	Energia	46 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote A - se coletora porto velho - 2 estações conversoras ca/cc/ca - Lt coletora porto velho - porto velho c1 e c2	Energia	17,3 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote B - Lt cuiabá - ribeirãozinho - lt ribeirãozinho - rio verde norte	Energia	606 km
2008	Programa de transmissão de energia	Estação retificadora nº 01 ca/cc,500/+600kv-3150 mw; estação inversora nº01cc/ca,+600/500kv-2959mv	Energia	*

2008	Programa de transmissão de energia	LT coletora porto velho Araraquara 2	Energia	2375 km
2008	Programa de transmissão de energia	SE Araraquara 2 -Lt Araraquara - furnas -c1 e c2lt - araraquara2 - Araraquara -ct eep c1 e c2	Energia	30 km
2008	Programa de transmissão de energia	estação retificadora nº2 - estação inversora nº02 cc/ca	Energia	*
2008	Programa de transmissão de energia	Lote G - Lt coletora - porto velho - Araraquara 2 - nº02	Energia	2375 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote A - rede básica - Lt ilha solteira– ilha solteira 2 -Lt ilha solteira 2 - inocência 1 cd e cs 1 - Lt Inocência - chapadão 1 cd e 1 cs - 230 kv; subestação ilha solteira 2 - subestação inocência - subestação chapadão	Energia	248 km
2008	Programa de transmissão de energia	ICG - Lt inocência– Parnaíba i - Lt chapadão– guatambu - se inocência - se chapadão - se Parnaíba - se guatambu	Energia	75 km
2008	Programa de transmissão de energia	IEG - Lt Parnaíba i– ute Parnaíba ii - Lt chapadão - ute entre rios - Lt chapadão - ute porto das águas - Lt chapadão - ute chapadão - Lt chapadão - ute costa rica - Lt guatambu - pch figueira - Lt guatambu - ute nardini	Energia	224 km
2008	Programa de transmissão de energia	LOTE B - rede básica - Lt chapadão - Imbirussu - Lt Imbirussu - Sidrolândia - Lt Sidrolândia - Anastácio - subestação Sidrolândia - subestação rio brilhante - subestação Ivinhema	Energia	446 km
2008	Programa de transmissão de energia	ICG - Lt rio brilhante - se Sidrolândia - se rio brilhante - se Ivinhema - se santa luzia ii	Energia	22 km
2008	Programa de transmissão de energia	IEG - Lt santa luzia ii– ute santa luzia i - Lt santa luzia ii - ute eldorado - Lt Ivinhema - ute Ivinhema - Lt Ivinhema - ute cerona - Lt Ivinhema - ute terra verde	Energia	150 km
2008	Programa de transmissão de energia	Lote C - rede básica - Lt chapadão - jataí - Lt barra dos coqueiros - quirinópolis - Lt palmeiras - edéia - se jataí - se quirinópolis - se edéia	Energia	238 km
2008	Programa de transmissão de energia	ICG - Lt jataí - mineiros - Lt mineiros - morro vermelho - se jataí - se mineiros - se morro vermelho - se quirinópolis - se edéia	Energia	125 km

2009	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4	Energia	11 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT Porto Alegre 9 - Porto Alegre 8 - Lt Nova Santa Rita - Porto Alegre 9	Energia	74,3 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT Porto Velho-Samuel (RO) - LT Samuel -Ariquemes (RO) - LT Ariquemes - Ji - Paraná (RO) - LT Ji Paraná - Pimenta Bueno (RO) - LT Pimenta Bueno -Vilhena (RO) - LT Vilhena - Jauru (MT-RO)	Energia	987 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote D - LT Porto Velho - Abunã e Abunã - Rio Branco (RO-AC)	Energia	487 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Jauru - Cuiabá (MT) - SE Jauru (MT)	Energia	348 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote F - LT Pau Ferro - Santa Rita II (PE-PA) - LT Paulo Afonso III - Zebu (AL) - SE Santa Rita II (PA) - SE Zebu (AL) - SE Natal III (RN)	Energia	116, 3 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote G - SE Itatiba (SP)	Energia	1 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote H - SE Santos Dumont (MG)	Energia	2 km
2009	Programa de transmissão de energia	Lote I - SE Jandira (SP) - SE Salto (SP)	Energia	10,9 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Araraquara 2 - Taubaté	Energia	356 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote B - -SE Caxias 6 --SE Ijuí 2 -SE Nova Petrópolis 2 -SE Lajeado Grande	Energia	1,5 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote C -LT Monte Claro - Garibaldi	Energia	33,34 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote D - LT Integradora Xinguara - SE Xinguara -SE Carajás	Energia	79 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Miranda - Encruzo Novo - SE Encruzo Novo	Energia	240 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote F - SE Várzea Grande	Energia	850 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote G - SE Arapiraca III	Energia	46 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote H - SE Pólo	Energia	*
2010	Programa de transmissão de energia	Lote I - SE Cerquilha III	Energia	2 km

2010	Programa de transmissão de energia	Lote A - LT Paraíso - Açú II - LT Açú II - Mossoró II - LT - Extremoz II - João Câmara - SE Extremoz II - SE João Câmara 2	Energia	274 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote B - LT Bom Jesus da Lapa II - SE Igarorã	Energia	115 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote C - LT Sobra III - Acaraú II - SE Acaraú II	Energia	97 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote A - SE Viamão III - SE Porto Alegre - SE Restinga - Se Candelaria II - LT Viamão II - Restinga - LT Restinga - Porto Alegre - LT Campo Bom - Taquara - LT Porto Alegre VIII - Porto Alegre IX - Nova Santa Rita	Energia	117,5 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote B - SE Foz do Chapecó -	Energia	*
2010	Programa de transmissão de energia	Lote C - SE Corumbá - SE Umuarama -	Energia	*
2010	Programa de transmissão de energia	Lote D - SE Umuarama - LT Cáscavel Oeste - Umuarama	Energia	130 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote E - LT Xavantes - Pirineus	Energia	50 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote F - SE Lucas do Rio Verde	Energia	*
2010	Programa de transmissão de energia	Lote G - SE Corumbá - LT Corumbá - Anastácio	Energia	295 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote H - SE Sete Lagoas	Energia	2 km
2010	Programa de transmissão de energia	Lote I - LT Itacaiúnas - Carajás	Energia	108 km
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	UHE Ferreira Gomes	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	UHE Colider	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	UHE Garibaldi	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	PCH Santa Cruz de Monte Negro	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	PCH Canaa	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	PCH Jamari	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	PCH Pirapora	Energia	
2010	Aproveitamento Hidrelétrico	UHE Santo Antônio do Jari	Energia	

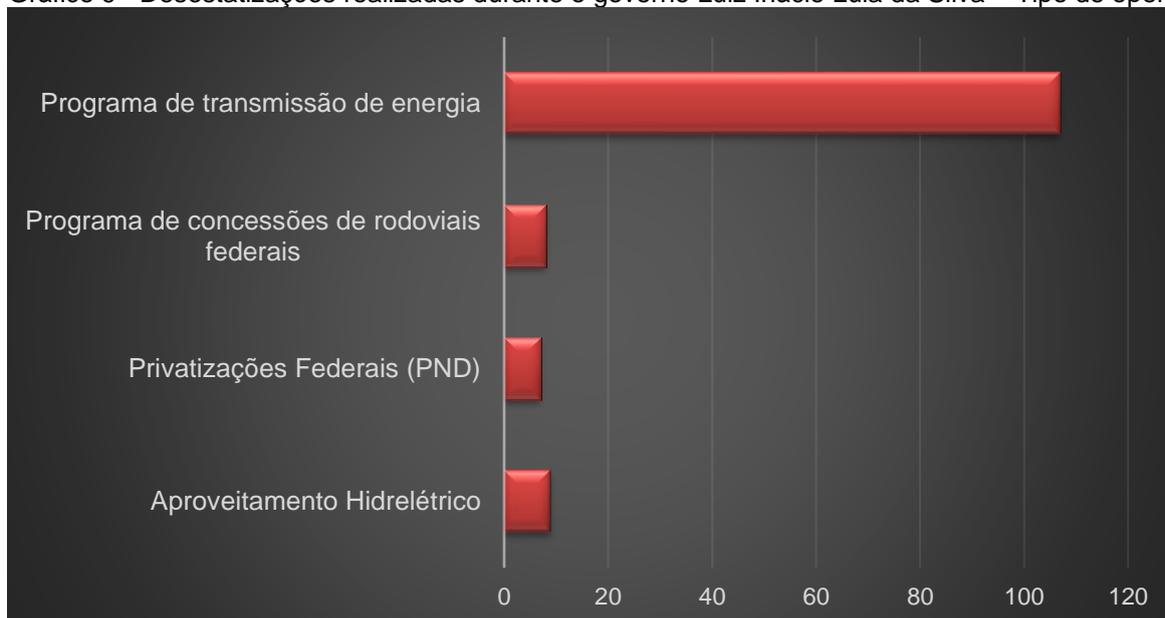
iniciados através do governo FHC, demonstrando o compromisso de Lula em garantir a conclusão de processos começados pelo seu antecessor, mesmo que a estratégia representasse o abandono de um dos pilares eleitorais que o elegeu: o fim da política de entrega do patrimônio nacional para a iniciativa privada.

O levantamento destes dados partem de uma estratégia que buscou sistematizar os números referentes ao Programa Nacional de Desestatização ao longo do nosso recorte espaço-temporal, buscando seguir a metodologia oficial adotada pelo BNDES. No que refere-se ao governo em análise, os resultados dispostos no relatório do PND foram levantados por intermédio de quatro diferentes tipos de operações, listadas de acordo com a ordem de grandeza numérica de operações: (I) Programa de transmissão de energia; (II) Programa de concessões de rodovias federais; (III) Privatizações federais e (IV) Aproveitamento hidrelétrico.

O PND na era Lula deu continuidade a algumas ferramentas operacionais de FHC, como é o caso das privatizações federais, embora os números tenham sido inexpressivos quando comparamos as experiências. Em linhas gerais, o *modus operandi* da transformação do processo neoliberal se concentrou em torno da entrega para a iniciativa privada via concessão dos serviços relacionados a transmissão de energia, dando continuidade e renovando as concessões do setor elétrico iniciado com Fernando Henrique Cardoso.

O gráfico 09 foi elaborado buscando evidenciar as desestatizações concluídas durante o governo Lula, organizadas de acordo com o tipo de operação realizada.

Gráfico 9 - Desestatizações realizadas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva – Tipo de operação

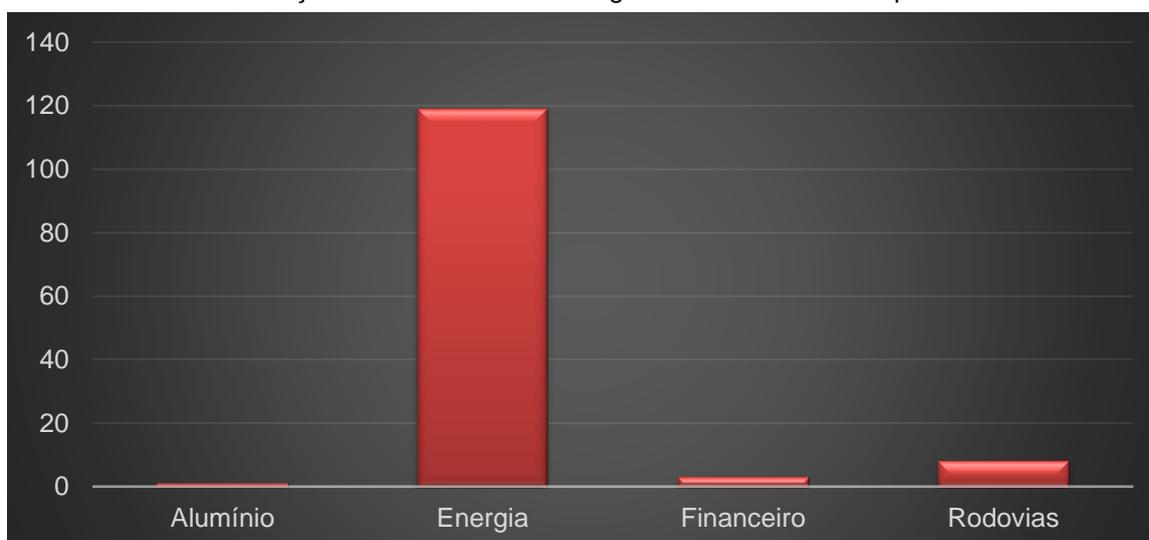


Fonte: Relatório de atividades do PND (1995-2002). Organizado pelo autor

Das 131 operações realizadas, 107 foram relacionadas ao Programa de transmissão de energia, 9 Aproveitamentos hidrelétricos, 8 Programas de concessões de rodovias federais e 7 Privatizações federais (PND). De acordo com dados disponibilizados do setorial BNDES desestatizações, o governo Lula foi responsável pela entrega para a iniciativa privada de aproximadamente 27.857,74 quilômetros de linhas de transmissão de energia. No que refere-se aos setores atingidos, Lula foi bem menos incisivo que FHC, e tal fato deu-se pela existência de um número muito baixo de desestatizações feitas através da modalidade privatizações, o que demonstra em certa medida um processo de descontinuidade da política econômica que o antecedeu.

O gráfico 10 mostra as desestatizações concluídas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva de acordo com os setores produtivos atingidos.

Gráfico 10 - Desestatizações realizadas durante o governo Lula – Setores produtivos



Fonte: Relatório de atividades do PND (1995-2002). Adaptado pelo autor

Conforme demonstramos, o governo pouco utilizou em seus processos de desestatizações a estratégia clássica de privatização. Entretanto, destacamos dois casos específicos que consideramos pontos fora da curva: a entrega para a iniciativa privada do Banco do Estado do Maranhão e do Banco do Estado do Ceará.

O Banco do Estado do Maranhão foi privatizado no dia 10 de fevereiro de 2004, com aval do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Bradesco, vigésimo sétimo maior banco do mundo (de acordo com o ranking da Forbes), adquiriu o banco estatal

pelo valor de R\$78 milhões, em uma operação investigada pelo ministério público federal. Para regularizar as contas antes da privatização, o governo do Estado do Maranhão desembolsou um total de R \$333 milhões. De acordo com a matéria¹⁴ do sindicato dos bancários do Maranhão, o então presidente sequer respondeu ao estudo elaborado pela entidade, que apontava outras soluções para a situação em que se encontrava o banco estadual

Esse foi o primeiro leilão de privatização do governo, que entregou para o capital privado um banco com 76 agências, sendo 9 em São Luiz e 67 distribuídas pelo interior do Estado. Segundo matéria do jornal folha de São Paulo (2004)¹⁵ o banco estadual possuía uma importância estratégica, pois concentrava as contas do funcionalismo público estadual e municipal e possuía uma ampla rede de cobertura que prestava serviços para municípios do interior do Maranhão, garantindo o acesso da população aos serviços bancários.

Apesar de todos os fatos citados anteriormente, o banco estatal foi arrematado pelo Bradesco praticamente pelo valor mínimo estabelecido para o Leilão, que foi fixado em R\$77,172 milhões. O valor pago pelo conglomerado empresarial multibilionário foi R\$78 milhões, representando um ágio de 1,073%.

O mesmo destino aplicou-se ao Banco do Estado do Ceará, que representava naquele período um importante marco do desenvolvimento e da bancarização da população cearense. Para que o processo de privatização fosse concluído de forma integral e o Bradesco assumisse o controle e a estrutura, foram necessários 11 anos, a passagem do século XX para o XXI e o aval de dois presidentes que na teoria encontravam-se em campos antagônicos.

De acordo com matéria do Jornal Folha de São Paulo (2005)¹⁶, a venda do Banco do Estado do Ceará estava prevista desde o governo FHC (1995-2002), fazendo parte de um processo de renegociação das dívidas do Ceará. Tal processo representava a forma operacional da política neoliberal no Brasil, onde a solução para os problemas referentes à economia do Estado passavam pela entrega de instituições públicas para a iniciativa privada. No primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, seguindo o compromisso de honrar processos iniciados pelo seu antecessor (antes

¹⁴ <https://bancariosma.org.br/paginas/noticias.asp?p=15067>

¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u80529.shtml>

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2212200526.htm>

rival no campo político) deu continuidade¹⁷ a privatização, finalizando o leilão do banco cearense em dezembro de 2005, sob protestos de entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil e de sindicatos.

Entre o ano de 2001 até a conclusão do processo, houveram inúmeras batalhas judiciais entre sindicalistas e o governo federal, ocasionando nove interrupções que atrasaram a conclusão da privatização. Foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2005 para garantir a continuidade do processo.

O preço mínimo fixado para o leilão após autorização do Supremo era de R\$542,721 milhões. No dia 21 de dezembro de 2005 o Banco do Estado do Ceará é adquirido pelo Bradesco pelo valor de R\$700 milhões, representando a segunda privatização do governo Luiz Inácio Lula da Silva, ambas concentradas no setor financeiro.

Por intermédio desta aquisição, o Bradesco consolidou sua liderança entre as instituições financeiras privadas no Brasil que, junto com outros bancos privados, passaram a assumir cada vez mais protagonismo no sistema financeiro brasileiro, colocando este setor sobre os ditames do capital e ampliando a desestatização bancária iniciada nos anos de 1990 por FHC. De acordo com Minella (2007, p. 109) a conjuntura de 2005 era marcada pelo fato de que:

Bradesco, Itaú, ABN Amro, Unibanco, Santander, HSBC, Citibank, Safra, Votorantim e BankBoston. Em conjunto, esses bancos controlaram, em 2005, 48,65% do volume total das operações de crédito e 32,55% dos títulos e valores mobiliários de todo o sistema financeiro (cf. Quadro 1). Quatro são bancos privados nacionais, um é classificado como associado ao capital externo (Unibanco) e os demais constituem grandes instituições financeiras estrangeiras, ou seja, entre os dez maiores bancos privados do País, cinco são estrangeiros.

O Bradesco passou a controlar então um total de 70 agências espalhadas pelo Estado do Ceará, 280 mil contas, incluindo as referentes aos funcionários públicos cearenses. Dentre as desestatizações bancárias realizadas até o ano de 2005, a operação realizada pelo governo Lula correspondeu ao maior ágio sobre o valor mínimo (28,98%), entregando para o capital privado uma instituição estatal estratégica para o desenvolvimento regional, desmontando estruturas que remontavam ao período desenvolvimentista da história econômica brasileira.

¹⁷<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/privatizacao-do-bec-completa-uma-decada-1.1545320>

Neste contexto restavam apenas duas instituições financeiras a serem privatizadas: Banco do Estado do Piauí e Banco do Estado de Santa Catarina. Vale ressaltar que ambos foram retirados do Programa Nacional de Desestatização via decreto pelo governo Lula, e posteriormente, adquiridos pela união através do Banco do Brasil¹⁸, demonstrando as peculiaridades do governo que, ora garante a continuidade das privatizações e, em outros momentos, enfrenta tais questões por meio de uma descontinuidade. Por conseguinte, seguindo a análise de Souza (2021) e Morais e Saad Filho (2011), observa-se momentos de inflexão entre os governos, destacando-se segundo os autores supracitados três distinções:

1) incentivos estatais para os investimentos do grande capital privado, por meio de financiamentos/isenções e investimentos públicos em infraestrutura, acompanhados dos estímulos à formação/expansão de multinacionais brasileiras visando a transformá-las em agentes competitivos internacionalmente; 2) programas de transferência de renda, elevação do salário- mínimo e do crédito ao consumo que promoveram expansão do mercado interno; e 3) ativismo no campo diplomático, especialmente nas relações Sul-Sul (SOUZA, 2021, p. 103).

A agenda da transferência de renda, o papel que o Estado assumiria no trato da questão social em conjunto com a retomada de um regionalismo como forma de fortalecimento econômico evidencia que nos encontramos diante de um modelo híbrido que mescla continuidades, descontinuidades e, por consequência, transforma o processo neoliberal brasileiro.

O governo transformou então o PND em um novo regime de desestatização, como é o caso das concessões de rodovias federais. De acordo com relatórios do Programa Nacional de Desestatização, o governo Lula entregou para a iniciativa privada cerca de 2.600 quilômetros de rodovias federais via PPPs, movimentando um fluxo intenso de capitais privados de origem nacional e internacional como não se via desde a privatização do sistema Telebrás¹⁹. Os leilões foram realizados na Bolsa de Valores de São Paulo, palco de inúmeras desestatizações na era Fernando Henrique Cardoso.

O critério principal utilizado pelo governo para estabelecer o vencedor dos

¹⁸ <https://bancariosriodosul.com.br/default.php?pg=noticia&p1=1067>
<https://gov-pi.jusbrasil.com.br/noticias/289875/bep-e-incorporado-pelo-banco-do-brasil>

¹⁹ <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79551-6009-491,00-ENFIM+LULA+PRIVATIZOU.html>

leilões das concessões de rodovias federais foi oferecer a menor tarifa do pedágio. Trata-se, portanto, de um modelo de desestatização que transformou a proposta de concessão aplicada pela equipe econômica que o antecedeu nas esferas federal e estadual (que cobrava uma taxa pela exploração dos serviços por parte da empresa vencedora):

Nas concessões anteriores, tanto no governo Fernando Henrique Cardoso quanto no modelo adotado pelos tucanos Mário Covas e Geraldo Alckmin, em São Paulo, as empresas interessadas também tinham de pagar anualmente um valor pelo “aluguel” das estradas, conhecido como outorga. Segundo a Associação Nacional de Transportes de Carga e Logística (NTC), no caso da Rodovia dos Bandeirantes, que liga a cidade de São Paulo ao interior do Estado, o valor desse pagamento chegou a ser 30% da receita da concessionária. Nesse modelo, o valor da tarifa fica mais caro, porque a empresa embute o valor da outorga no preço cobrado dos veículos. (CLEMENTE; LEAL; NEVES, 2007).

A estratégia de concessão de rodovias federais durante o governo Lula transformou-se em um modelo que abriu mão da taxa de exploração, mas, ao mesmo tempo, reduziu a taxa interna de retorno do negócio. Esta estratégia buscava forçar as empresas concessionárias a serem mais eficientes na prestação de serviços e a reduzir sua margem de lucro.

Dos sete trechos leiloados pelo governo federal, cinco ficaram com a empresa OHL Brasil (de origem espanhola), um com o conglomerado espanhol Acciona e a rodovia BR-153 fica sobre o controle do grupo BR Vias, da família Constantino, principal acionista da empresa Gol Linhas Aéreas. Trata-se, portanto, de uma extensão significativa do território brasileiro entregues majoritariamente para o capital internacional, cujo governo assume, mais uma vez, uma postura que se orienta pelo postulado da desestatização, que pressupõe transferir para a iniciativa privada o controle sobre os serviços e obras, reordenando a presença do Estado na economia.

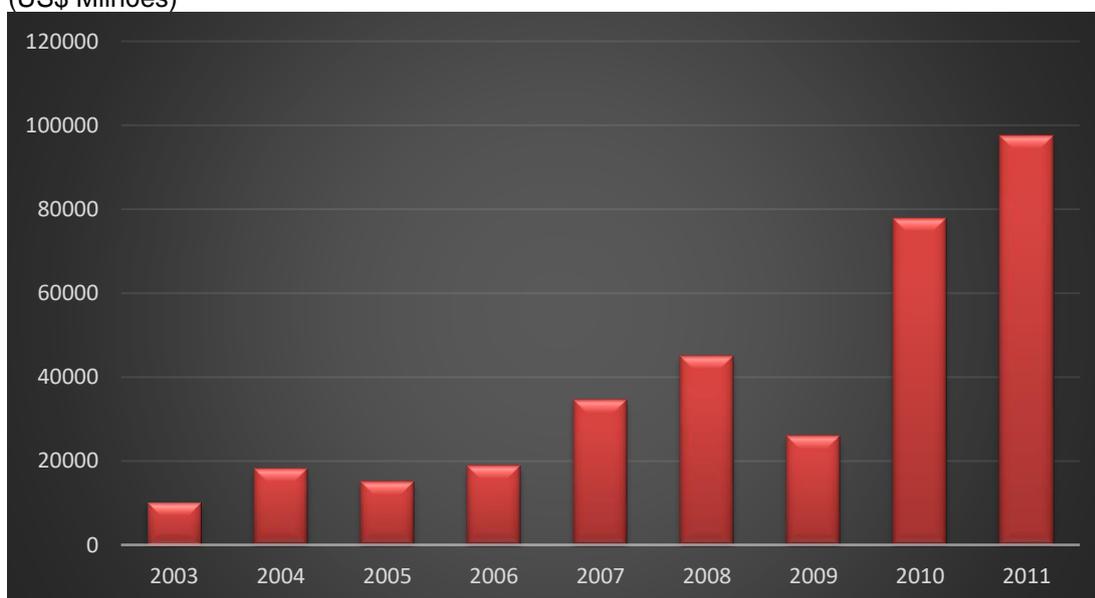
Assim como no setor de transmissão de energia, existia uma crença por parte da equipe de governo de que o modelo seria sustentável a longo prazo, uma vez que a prestação de um serviço essencial para o transporte de pessoas e de cargas não seria comprometido tendo em vista que a margem da taxa de lucro do capital internacional viria a cair. De acordo com o então presidente, o interesse das empresas estrangeiras em assumir as concessões de rodovias demonstram confiança na situação política e econômica do país.²⁰

²⁰<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/lula-diz-que-concessao-de-rodovias-muda-a-historia->

A confiança que os países do centro do capitalismo viriam a depositar no Brasil não se materializou em elevados fluxos de investimentos externos diretos no território nacional. Terminada a onda das estratégias clássicas de privatizações iniciadas na década de 1990, o percentual de IEDs passa a oscilar de forma sistemática, (LIMA, 2010) reflexo da conjuntura política internacional atuando dentro de uma perspectiva multiescalar, atingindo de formas distintas as economias nacionais.

O gráfico 11 demonstra o comportamento dos investimentos externos diretos no território brasileiro durante os anos que competem os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011)

Gráfico 11 - Evolução dos investimentos externos diretos durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (US\$ Milhões)



Fonte: Relatório de Investimento Mundial UNCTAD (2022). Adaptado pelo autor

Conforme demonstra o gráfico, o primeiro governo Lula é marcado por um fluxo de IEDs que oscilam entre o aumento e a diminuição. Esta questão estava, do ponto de vista interno, associada ao baixo número de privatizações realizadas (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007), gerando inseguranças ao capital internacional quanto à presença do Partido dos Trabalhadores na presidência da república. Tais operações registraram um retardo até o ano de 2010, reflexo da crise conjuntural pelo qual o capitalismo passou a partir da crise financeira de 2008:

As operações econômicas do Brasil, nesse período, registraram uma estagnação do ritmo, com retardo na evolução progressiva, obtida nos anos

anteriores, sobretudo por conta da paulatina inversão de capitais de investimentos financeiros, ocorridos com o início da crise de créditos, de hipotecas e de suas execuções, nascidas da crise dos subprimes e na falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos. (LIMA, 2010, p. 267)

O central para a nossa análise sobre a questão dos IEDs nos governos Lula reside na constatação de que, “com o fim das privatizações de empresas estatais, o ingresso líquido de IED se reduziu significativamente” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 70). Entretanto, temos de forma paradoxal a inauguração de um novo modelo de desestatização, fundamentado na:

lei das chamadas parcerias público-privado (PPP), com o intuito de desencadear nova fase das privatizações, agora abarcando a infra-estrutura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investimento do Estado. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 111)

Embora as concessões via PPPs realizadas durante os governos Lula sejam distintas da estratégia clássica das privatizações realizadas por FHC, elas partem do mesmo pressuposto central, representam uma transformação do processo de desestatização, constituindo-se como uma forma de perda de controle territorial de forma temporal pelo Estado.

Para além, temos uma continuidade da política econômica e externa aplicada por seu antecessor, FHC, fundamentada sobretudo em metas de inflação, disciplina fiscal e garantia de boas relações (subserviência a política imperialista) com o FMI. Outro importante ponto reside na manutenção de alguns aspectos do modelo neoliberal periférico, sobretudo quando falamos da transformação no Programa Nacional de Desestatização na era petista, que encontra novos modelos (Concessões via PPPs) para entregar os sistemas de infraestrutura nacional para a iniciativa privada de capital nacional e, sobretudo internacional, principalmente quando falamos das rodovias federais.

Tais questões reafirmam a fragilidade do Estado brasileiro no que refere-se ao controle de seu território e a partir da transformação, garante a continuidade ao princípio da desestatização (PND), que pressupõe transferir do Estado para a iniciativa privada serviços extremamente essenciais para a vida da população, agora regida pela lógica do processo de acumulação de capital na era da economia globalizada.

O propósito do capítulo 4 e suas respectivas subseções não era apresentar de

forma exaustiva os processos aplicados através do Programa Nacional de Desestatização durante o nosso recorte espaço-temporal. O centro da análise consistiu em avaliar de que forma as desestatizações ocorreram nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, levando em consideração as modalidades utilizadas como ferramenta para entrega dos sistemas produtivos e de infraestrutura para a iniciativa privada, seja ela de capital internacional ou nacional.

Para que isso fosse possível, buscamos evidenciar os processos de *continuidade, descontinuidade e transformações* pelo que o Programa Nacional de Desestatização sofreu na transição do século XX para o XXI, onde os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva encontraram a sua maneira de aplicar os pressupostos que envolviam a política de desestatização.

5 Considerações finais

A dissertação de mestrado aqui desenvolvida procurou utilizar os arcabouços teóricos e metodológicos da ciência geográfica, sobretudo os conceitos das áreas da geopolítica e geografia econômica para compreender de que forma o projeto do imperialismo e do neoliberalismo se entrelaçaram no Brasil. Utilizamos como recorte temporal os anos de 1995 à 2011, durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luíz Inácio Lula da Silva, e a abrangência dos fenômenos na realidade nacional como escala analítica.

Longe da pretensão de querer esgotar os debates por conta da amplitude do fenômeno, procuramos concentrar nossas análises em torno do papel desempenhado pelo Programa Nacional de Desestatização na constituição do neoliberalismo no Brasil, buscando compreender quais os impactos ocasionados no que refere-se a dimensão de controle, por parte do Estado brasileiro, do seu território.

Em nossas análises, procuramos evidenciar, inicialmente, que a doutrina neoliberal representa, para os Estados periféricos, como é o caso brasileiro, um projeto de dominação político-econômica dos países imperialistas do centro do capitalismo. Esta nova geopolítica do imperialismo contemporâneo desdobra-se em estratégias que são específicas do período que remonta ao fim do século XX e que, por sua vez, difere-se de outros mecanismos de intervenção que ocorreram ao longo da história.

O Estado brasileiro ao aceitar o receituário do projeto neoliberal periférico imposto através do consenso de Washington, insere-se na economia globalizada de forma subalterna, reconfigurando as relações entre centro e periferia. Tal afirmação parte da noção de que um dos pilares que sustentam o desenvolvimento do neoliberalismo reside nas privatizações, que consiste na transferência para o capital privado internacional e nacional das empresas e sistemas de infraestrutura estatais, reduzindo o controle sobre seu próprio território.

A informação supracitada anteriormente responde a um dos questionamentos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa: o neoliberalismo e seu processo de privatização do território brasileiro podem ser considerados estratégias de intervenção do imperialismo no Brasil do início do século XXI? A resposta é complexa, mas as análises demonstram que, sobretudo nos países periféricos como o Brasil, a chegada do neoliberalismo trouxe consigo um amplo processo de desestatização, onde cada

governo aplicou por meio de diferentes modalidades. Para compreender as diferentes nuances do Programa Nacional de Desestatização nos diferentes governos, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa: analisar, sobre a ótica da Geopolítica do Imperialismo, as continuidades, descontinuidades e transformações do processo de privatização do território brasileiro durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011).

A utilização da abordagem territorial elaborada por Marcelo Saquet (2007), baseada nos conceitos de transformação, continuidade e descontinuidade foi necessária para que pudéssemos compreender de que forma o Programa Nacional de Desestatização foi aplicado nos governos FHC e Lula. Tal proposta ofereceu subsídios para verificar as modalidades de desestatização utilizadas, os setores atingidos, possibilitando a construção de um perfil do PND e das privatizações no nosso recorte espaço-temporal.

O primeiro dos ciclos analisados, referente aos anos de 1995 a 2002, durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, observamos um Programa Nacional de Desestatização amparado em um processo agressivo de privatizações que foi iniciado pelo seu antecessor, Fernando Collor de Mello. O projeto de FHC representou a continuidade e o aprofundamento da política neoliberal inaugurada por Collor, avançando de forma qualitativa e quantitativa no que refere-se aos setores produtivos e de infraestrutura estatais entregues para a iniciativa privada, ocasionando a perda do controle territorial de estruturas essenciais para o Estado, sobretudo quando nos referimos ao capital de origem internacional, aportando no território nacional sobre a forma de Investimentos Externos Diretos.

De acordo com dados oficiais do BNDES, no PND de Fernando Henrique foram realizadas um total de 71 operações de desestatização, operadas majoritariamente nas modalidades de privatizações federais e estaduais, seguidas pelas estratégias de telecomunicações e concessões para empresas-espelho.

Este governo por intermédio de suas privatizações foi responsável pelo desmantelamento de inúmeras empresas do parque industrial nacional, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce. No que refere-se aos sistemas de infraestrutura, FHC quebrou o monopólio estatal sobre as telecomunicações através do leilão do Sistema Telebrás, entregando para o controle do capital internacional uma importante parcela do território brasileiro.

Além disso, temos a destruição do sistema bancário nacional, na medida em

que desestatizou 09 bancos estaduais, agentes extremamente importantes para se pensar uma política de desenvolvimento regional em um país de extensão continental como o Brasil. Com esse feito, o presidente Fernando Henrique consolidou com maestria o domínio de bancos privados de capital nacional e internacional sobre o sistema financeiro brasileiro, executando integralmente as idéias formuladas pelos países imperialistas do centro do capitalismo através do consenso de Washington.

O segundo período analisado situa-se no início do século XXI, entre os anos de 2003 a 2011, referente aos governos Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, cujo PND assume uma postura inovadora que transforma as características das desestatizações quando comparada com seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

A moderação do PND do governo Lula reside na constatação de que foram realizadas um número ínfimo de desestatizações através da estratégia clássica de privatizações federais, pois as mesmas geravam um intenso desgaste político, sobretudo quando falamos da base eleitoral que levou o PT à presidência. Um dos slogans da campanha era justamente descontinuar a política privatista de Fernando Henrique.

Mas a moderação atingiu também outra esfera do governo Lula, que garantiu a continuidade diplomática de processos de privatizações iniciados pelo seu antecessor, na medida em se comprometeu e concluiu a entrega dos Bancos do Estado do Ceará e do Banco do Estado do Maranhão para a iniciativa privada, adquiridos via leilão do PND pelo Bradesco, ampliando ainda mais o domínio do capital privado sobre o sistema financeiro nacional. A mesma questão aplica-se as empresas estatais Celpa, Enersul e Celpe, cujo Estado alienou pequenas ações detidas por entidades da administração federal, finalizando compromissos iniciados por Fernando Henrique Cardoso, abandonando uma parcela do discurso político responsável em parte pela sua chegada a cadeira de comando do Estado brasileiro.

No que refere-se às descontinuidades e transformações, apontamos que ocorreu um processo de desestatização que inovou os mecanismos de atuação do PND, na medida em que concentrou, majoritariamente, suas ações em torno das concessões via Parcerias Público-Privadas, modalidade criada por lei em 2004 durante o primeiro governo Lula. Esta estratégia foi amplamente utilizada, sobretudo quando falamos da entrega de uma parcela dos serviços de infraestrutura nacional para a iniciativa privada, ocasionando a perda do controle do território de maneira temporal. Foram concedidas para o controle do capital privado de origem internacional

e nacional 2.600 quilômetros de rodovias federais e 27.857,74 quilômetros de linhas de transmissão de energia.

Neste sentido, temos nos governos Lula mudanças no papel estatal enquanto responsável pelo controle de uma parcela dos sistemas de infraestrutura nacional do seu próprio território, entregues para a iniciativa privada, majoritariamente, por meio de concessões. Trata-se, portanto, de uma transformação do modelo privatista neoliberal formulado pelos países do centro do capitalismo, dando novas roupagens às relações entre centro e periferia na ordem geopolítica do imperialismo contemporâneo. Entretanto, destacamos que essa transformação carrega consigo elementos de continuidade, na medida em que submete o território nacional, mais uma vez, aos princípios da desestatização, que consiste em entregar para o capital privado de origem internacional e nacional (de forma efetiva ou temporal) atribuições que anteriormente eram de responsabilidade do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI)** / José Rubens Mascarenhas de Almeida, 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ALMEIDA, M. P. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso** / Monica Piccolo Almeida, 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.
- AMIN, S. **GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO**. Revista Novos Rumos n. 45 (21): (2006). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2128/1755>
- AMIN, S. **O imperialismo, passado e presente**. Revista Tempo vol.9 n.18 Niterói Jan./June 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-7042005000100005
- ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. In: EMIR, S; GENTILI, P. G. (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.
- ANDRÉ, P. B; MESQUITA, Z. G. **DO IMPERATIVO DA FLUIDEZ À PRIVATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE TRANSPORTES NO BRASIL EM PERÍODOS RECENTES (2007-2016)**. In: Anais Eletrônicos do XIII Enanpege. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562628221_ARQUIVO_artigo_enanpege_mesquita_andre.pdf
- ANNA, E. P. S. **O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO BRASIL DURANTE O GOVERNO FHC (1995-2002)**. Revista Observatório de la Economia Latinoamericana. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/investimento.html>
- AS principais privatizações de cada presidente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, nov. 2013. Caderno dinheiro público % cia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/11/78768-as-principais-privatizacoes-de-cada-presidente.shtml>
- BANDEIRA, J. L. ESPÍNDOLA, C. J. **OLIGOPOLIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR GENÉTICO NO BRASIL: DESNACIONALIZAÇÃO, FUSÕES E INICIATIVA CHINESA NO SETOR**. In: Anais Eletrônicos do XIII Enanpege. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562623172_ARQUIVO_enanpege2019.pdf

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. In: Faculdade de ciências sociais e humanas. Lisboa: Persona, 1982.

BASTIANI, P. A. **DO ESTADO PROVIDOR AO ESTADO REGULADOR: AS CONCESSÕES E PARCERIAS-PÚBLICO-PRIVADAS NAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**. In: Anais eletrônicos do XIII Enanpege, São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562640486_ARQUIVO_TrabalhocompletoENANPEGE2019.pdf

BECKER, B. K. **A Geografia e o resgate da Geopolítica**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.1 (2012). p. 117-150, 2012 ISSN 2237-3071

BENETTI, M. D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2004.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização no Brasil**. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF

BORGES, A. C. G; COSTA, V. M. H. M. **FUSÕES E AQUISIÇÕES: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1992 A 2007**. In: Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, outubro de 2008.

BORON, A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo** / Atilio A. Boron. - 2a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2020. Libro digital, PDF

BRASIL (País). Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.**

BRASIL (País). Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.**

BRASIL (País). Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

BRASIL (País). Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997. **Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.**

CAPUTO, A. C; MELO, H. P. **A Industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC**. Revista Estudos Econômicos vol.39 no. 3 São Paulo July/Sept. 2009.

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, 143p.

CERQUEIRA, J. B. A de. **UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: SURGIMENTO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS**. Revista Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008.

CISLAGHI, J. F. **Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT**. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2019 _ n. 43, v. 17, p. 60 - 73

CLEMENTE, I; LEAL, A; NEVES, M. L. **Enfim, Lula privatizou...** Revista Época, 11 de outubro de 2007. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79551-6009-491,00-ENFIM+LULA+PRIVATIZOU.html> Acesso em agosto de 2022.

CORREA, D. S. **FUSÕES E AQUISIÇÕES DE EMPRESAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO PERÍODO 2000 – 2018**. In: Anais Eletrônicos do XIII Enanpege. São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562975701_ARQUIVO_FusoeseaquisicoesnoBrasilumaanalisedosdadosparaENANPEGE2019.pdf

CORRÊA, R. L. **Análise crítica dos textos geográficos: breves notas**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2º. Semestre de 2003.

COSTA, E. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. ICP, São Paulo, 2013.

DUMENIL, G; LEVY, D. **Neoliberalismo: neo-imperialismo**. *Econ. soc.* [online]. 2007, vol.16, n.1, pp.1-19. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000100001&script=sci_abstract&tlng=pt

ESPÍNDOLA, C. J. **Políticas públicas e a dinâmica recente da balança comercial do agronegócio brasileiro**. In: Carlos José Espíndola; Cesar A. A. Martins. (Org.). **Brasil: Temas de Geografia econômica**. 1ed. Rio Grande: Ed FURG, 2015, v. 1, p. 43-70.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FILGUEIRAS, L. GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Em publicação: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. ISBN: 987-1183-56-9

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FIORI, J. L. **Ontem, hoje e 2030: tendências do sistema mundial — com ênfase na América do Sul**. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/lpea/Ministério da

Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 197-230.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GENNARI, A. M. **GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 90**. Revista PESQUISA & DEBATE, SP, Volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GODOY, A. S. **PESQUISA QUALITATIVA, TIPOS FUNDAMENTAIS**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, pp. 20-29. Maio/Junho 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>

GODOY, P. R. T. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO NA TRADIÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA GEOGRAFIA**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 2, págs. 00-00, jul/dez. 2015

GONÇALVES, C. W. P; AZEVEDO, N. M; **A GEOGRAFIA DO IMPERIALISMO: UMA INTRODUÇÃO**. BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA – BPG. n. 59 (1982). Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1028>

GONÇALVES, C. W. Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, R. **A internacionalização da produção: uma teoria geral?**. Revista de Economia Política, Vol. 4, nº1, janeiro-março/1984.

HARVEY, D. **O NEOLIBERALISMO: história em implicações**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOEVELER, R. C. **Imperialismo e dependência versus interdependência: o lado silenciado de um embate teórico**. Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 5(3), 35-51. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n3p35>

IANNI, O. **GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO**. Revista São Paulo em Perspectiva, 1998. 32 p. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf

IANNI, O. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Revista Estudos Avançados. v.8 n.21, (1994). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/728>

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEADATA**: base de dados

macroeconômicos. <http://pedata.gov.br> (11 out. 2021)

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEITE, L. M. **Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica**. *Econ. soc.* [online]. 2014, vol.23, n.2, pp.507-534. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-06182014000200507&lng=es&nrm=iso&tlng=pt

LEME, A. A. **NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REFORMAS DO ESTADO: reflexões acerca da temática**. Revista Barbaroi no.32 Santa Cruz do Sul jun. 2010.

LENIN, V. I. (1986). **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega.

LIMA, R. O. **Brasil-FMI: a política externa do governo Lula**. Ponto-e-Vírgula. n. 7: 1º semestre de 2010. pp. 262-273. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14010/10311>

MACIEL, D. **Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf

MASSIMO, L. **COMO SE EXPLICA O NEOLIBERALISMO NO BRASIL? UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DADOS**. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 47: 133-153 SET. 2013

MATOS, P. O. M. **ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ELABORADOS NO BRASIL APÓS O II PND**. Patrícia de Oliveira Matos. - - Piracicaba, 2002. 184 p. Dissertação (mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002.

MINELLA, A. C. **Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 100-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/dGJqvvpN7jLmBf4gndSvDf/?lang=pt#>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Lei nº 8.031, de 13 de abril de 1990. **cria o Programa Nacional de Desestatização (PND), e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 abr. 1990

MODIANO, E. **A ÓPERA DOS TRÊS CRUZADOS: 1985, 1989**. In: MARCELO, A. P. **A ORDEM DO PROGRESSO: DOIS SÉCULOS DE POLÍTICA ECONÔMICA REPUBLICANA**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2014.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 31, p. 507-527, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2,

p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>>.

PAIVA, C. Á. N. **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: O ANTI-DEPENDENTISTA**. In: Revista Ensaios FEE. Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2166>.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, L.C.B. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

PESSÔA, V. L. S **GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo investigativo**. Geo UERJ – ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 4-18. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/3682/2554>

PROGRAMA Nacional de Desestatização: **relatório de atividades**. Rio de Janeiro: BNDES, 1995-2011.

REZENDE, C. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, C. H. L; JUNGERFELD, V. F. **Desnacionalização e Financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. ECONOMIA E SOCIEDADE Vol. 28, N. 2 (66), p. 293-619, jul. (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art05>

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R.T. **AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO**. Revista Diálogos Educ., Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, set/dez. 2006. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>

ROMERO, D., ANDREASSY, É., & GODEIRO, N. **Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT**. São Paulo: ILAESE, 2014.

SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.)**. - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SALLUM, B. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, vol. 11, no 2, outubro de 1999, p.1-21. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdBtk3MtbcbJBkNqZWh48p/abstract/?lang=pt>

SAMPAIO JR., P. A. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 112, p. 672-688, Dec. 2012 .Available from <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 18 July 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>.

SANDRONI, P. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. São Paulo: Editora Best Seller: 1999.

SANTOS, M. **Globalização, cidadania e meio técnico-científico-informacional**. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (orgs.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1998.

SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>

SAQUET, M. A. **Proposições para Estudos Territoriais**. Revista GEOgrafia, ano VIII, n.15, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511>

SARTI, F; LAPLANE, M. F. **O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643088>

SAWAYA, R. R. **PODER ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 39, 2014. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/84>

SILVA, L. C. M. **Proporção e distribuição espacial do capital privado sobre a propriedade da infraestrutura elétrica do país – perda do controle do estado sobre o território**. In: Anais Eletrônicos do XIII Enanpege. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562986752_ARQUIVO_TrabalhoCompletoENANPEGE201912.07.pdf

SILVA, T. L; ETGES, V. E. **A ANÁLISE MULTIESCALAR NOS ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Anais do XVIII ANPUR. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>

SILVEIRA, M. L. **UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: DO MÉTODO À METODOLOGIA**. Revista Território, Rio de Janeiro, n. 6. jan/jun., LAGET/ UFRJ, 1999 (a).

SOUZA, A. M. **DEPEDÊNCIA E GOVERNOS DO PT**. Souza, Angelita Matos Dependência e governos do PT / Angelita Matos Souza. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.

TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/abstract/?lang=pt>

TOZI, F. **O território como recurso: a privatização das telecomunicações no Brasil. Do leilão dos fragmentos à totalidade do território.** Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 47-66, jul./dez. 2009

XAVIER, G. L. **O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência.** Rev. katálysis vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9802018000200387